



Pág. 3

Mais uma do sr. Jardim

GRANDE MANIFESTAÇÃO EM LISBOA Não ao “projecto Gonelha”! Pela liberdade e unidade do movimento sindical!

Dezenas de milhares de trabalhadores descenderam ontem às ruas para manifestarem o seu firme repúdio pelo projecto-lei Gonelha e por todas as medidas antidemocráticas e antioperárias que põem em causa os seus mais legítimos interesses. Pela liberdade e unidade sindical, por um governo e uma política democrática ao serviço dos trabalhadores e do

País, foram palavras de ordem insistentemente gritadas nas ruas de Lisboa e que reflectem profundas aspirações populares.

A hora da realização da manifestação obriga-nos a que somente na próxima edição do «Avante!» lhe dediquemos o espaço devido.

Pág. 5



Aspecto geral do vasto terreno, numa encosta da Serra de Monsanto voltada ao rio, onde a Festa se vai realizar. Muito trabalho já foi feito — ainda que não pareça... As próximas jornadas de fim-de-semana irão ser decisivas para que os trabalhos preparatórios decorram dentro dos prazos previstos

A preparação do terreno para a Festa do «Avante!» avança em bom ritmo — mas há muito a fazer!

(págs. centrais)

Pioneiros de Lisboa em festa «para que o sol seja de todos»



Pág. 3

Resistência antifascista perpetuada em monumento

Pág. 8



MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE HÁ QUATRO ANOS

Comemorou-se no passado dia 25 o quarto aniversário da proclamação da República Popular de Moçambique e o décimo sétimo da fundação da Frelimo. Nessa data, o camarada Álvaro Cunhal, Secretário Geral do PCP, enviou ao camarada Samora Moisés Machel, Presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, o seguinte telegrama:

Nesta data histórica em que se celebra o 4.º aniversário da proclamação da República Popular de Moçambique e 17.º da fundação da Frelimo transmitimos-lhe, e por vosso intermédio a todos os militantes da Frelimo e ao povo moçambicano, as mais calorosas saudações dos comunistas portugueses.

Estamos certos de que sob a direcção do seu Partido de vanguarda marxista-leninista o povo moçambicano alcançará novos sucessos na edificação da sua Pátria. Fazemos votos para que continuem a reforçar-se os tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade fraternal existentes entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum da liberdade, do progresso, da paz e do socialismo.

Pág. 10

ÁLVARO CUNHAL SÁBADO À NOITE NO ZAMBUJAL

O camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, participa no próximo sábado numa sessão no Zambujal (perto da Póvoa de St.ª Iria). A sessão realiza-se às 21 horas, no salão dos Bombeiros.



O significado e o alcance do SALT-2

Pág. 12

Editorial

V GOVERNO OU ELEIÇÕES INTERCALARES?

Há exactamente vinte dias Portugal é gerido por um governo sem qualquer autoridade jurídica, moral, e política — um governo exonerado pelo Presidente da República e rejeitado sem apelação nem agravo pela maioria parlamentar e democrática constituída pelo PS e o PCP, um governo vivamente contestado e detestado pela imensa maioria do Povo português que, de maneira impressionante e peremptória, reclamou nas ruas e em numerosos actos públicos a sua destituição imediata.

Este governo de direita, politicamente desautorizado e constitucionalmente demitido; estreitamente vinculado, estruturado e alinhado com os partidos e organizações da direita e da extrema-direita — o PPD/PSD, o CDS, o PPM e ainda a CAP, a CIP e a CCP; protegido e apadrinhado pelo Imperialismo e o capital estrangeiro que o usam como um peão de brega na defesa dos seus interesses estratégicos e de rapina económica — este governo provadamente reacconário, continua, dizíamos, a actuar como se nada de fundamental tivesse acontecido a seu respeito à luz da legitimidade constitucional, das instituições democráticas do País e do veredicto popular.

O governo Mota Pinto/PPD/CDS, precisamente demitido em resultado da sua prática política profundamente nefasta ao povo e ao País, persiste nos mesmos métodos arbitrários, ilegítimos e violentos que estiveram na base da sua exoneração em 7 do mês corrente. E persiste, desafiando e violando abertamente a vontade nacional, expressa sob todas as formas.

Esta manobra de governar, desgovernando, leva a concluir que as crises governamentais cada vez mais agudas e frequentes, provocadas pela falência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, se inserem na estratégia da direita para a reconquista do Poder e se tornaram um dado essencial da ofensiva de desestabilização política das forças reacconárias contra as instituições democráticas, a Constituição e o 25 de Abril.

A necessidade e urgência de substituição do governo demitido e de uma alternativa democrática para a situação actual tornou-se uma questão inadiável para abrir caminho à rápida superação da crise e para o necessário aciaramento político nacional.

Tornou-se, sobretudo, um imperativo categórico para pôr cobro imediato aos desmandos, às ilegalidades e ao marginalismo constitucional a que, açodado, se entregou o governo demitido do novo «professor de Coimbra» encebado pela reacção portuguesa e internacional.

A formação de um governo democrático, dispondo do necessário apoio parlamentar e popular para assegurar a direcção das questões correntes do Estado, dentro do respeito pelas regras da democracia e das exigências de apaziguamento imediato nas zonas mais conflituosas da problemática nacional, num período forçosamente transitório que se estende até 1980, tem de ser o desenlace rápido do processo de negociações entre os partidos com representação parlamentar e o Presidente da República e mais precisamente entre o PS, o PCP e outros sectores democráticos em conexão com os esforços e a iniciativa política que a Constituição atribui ao Presidente da República.

É chegada a altura de se fazer o balanço deste processo negocial, de tirar rápidas conclusões para se decidir o caminho a seguir para a superação do impasse governativo, designadamente qual a alternativa que se coloca às forças políticas e aos órgãos de soberania sobre os quais impende a responsabilidade de uma saída para a urgente substituição do governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS cuja permanência nas cadeiras do Poder constitui uma autêntica calamidade para a vida do País e uma ameaça permanente para as instituições democráticas.

★ ★ ★

A posição dos partidos da direita, francamente minoritários na Assembleia da República, tem sido afirmada com suficiente clareza: os partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral recusam-se a participar em qualquer governo antes de novas eleições.

Entretanto, esta exigência aparentemente «democrática» de novas eleições pela «minoria de direita» esconde todo um processo de intenções antidemocráticas e golpistas e aparece associada na fraseologia e no conteúdo concreto, à estratégia de conquista do poder por métodos anticonstitucionais pela direita e aos maneios conspiratórios das forças mais reacconárias que têm em Sá Carneiro e Freitas do Amaral os seus chefes legais mas têm na sombra os seus organizadores secretos.

A direita parlamentar reclama eleições antecipadas — e não intercalares — e fá-las além disso depender de um projecto de revisão constitucional e referendário da Constituição e de uma nova lei eleitoral que manipularia fraudulentamente a favor da minoria de direita a vontade popular expressa nas eleições.

Para os partidos de Sá Carneiro e Freitas do Amaral e para todos os golpistas da direita as chamadas eleições antecipadas a efectuar em 1979 anulariam e dispensariam as eleições normais e legislativas previstas constitucionalmente para 1980.

A atitude do Partido Socialista continua a assentar não somente na sua costumada ambiguidade, que tem custado ao PS a perda de importantes posições e influência política, como encobre projectos claramente incompatíveis com uma necessária estabilização social e política da situação nacional.

O PS continua perigosamente enredado nas manobras da direita, apostada em fazer dele um partido invertido. Mário Soares, no meio das suas diatribes baratas contra o PCP, afirma que o seu partido possui uma alternativa de governo mas continua a não lhe dar realização prática; o PS teme sem uma justificação séria as eleições intercalares e para isso não hesita em arrastar no tempo a solução da crise governativa mantendo assim o País sob a calamitosa política do governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS que representa uma grave ameaça para o regime democrático.

O PS continua com os seus inadmissíveis compromissos à direita agora materializados na aprovação parlamentar na generalidade da monstruosa lei Gonelha de divisão do movimento sindical, votada conjuntamente pelo PS e os partidos da direita.

Quer dizer: à alternativa da formação de um V Governo com base parlamentar estável para governar o País até 1980, rejeitada pelo PPD e o CDS, comprometida pelas irresoluções e os compromissos equívocos do PS, começa claramente a inviabilizar-se e a impor como única alternativa democrática para a situação actual a realização de eleições intercalares.

★ ★

O PCP sempre defendeu consequentemente uma alternativa democrática para a solução da crise governativa — formação de um governo apaziguador dos conflitos criados pelos

governos anteriores em particular pelo governo Mota Pinto/PPD/CDS, com base parlamentar estável, resultante do entendimento dos partidos e organizações democráticas, designadamente do PS e do PCP, sob a iniciativa necessária e constitucional do Presidente da República.

Ou então, na impossibilidade de um acordo para a formação de um tal governo, a realização de eleições intercalares para a clarificação política nacional e a formação de um governo que assegurasse a governação do País até às eleições de 1980.

Esta alternativa democrática imerge cada vez mais como a única aceitável e viável para a crise actual.

É evidente que o processo de negociações entre os partidos e o Presidente da República para a formação de um V Governo até às eleições de 1980, dotado de uma base parlamentar estável, toca o seu fim e a situação aponta agora com força para a necessidade das eleições intercalares.

Sem desprezar todas as mínimas possibilidades ainda existentes para a formação de um V Governo de legislatura até 1980, o PCP salienta que a urgência de libertar o País da acção perniciosa do governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS coloca na ordem do dia esse outro processo de viabilização de uma saída democrática para a crise.

A rápida execução desta alternativa exige a formação de um governo de gestão que assegure os negócios correntes do Estado e assegure o respeito das normas constitucionais durante o processo eleitoral, como condição prévia para a dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições intercalares no prazo mínimo de 3 meses como estipula a Constituição.

O PCP está disponível para examinar com o PS e todos os outros partidos democráticos e, naturalmente, com o Presidente da República, as modalidades práticas para dar execução a uma tal alternativa.

O PCP está seguro que a imediata substituição do governo demitido de direita Mota Pinto/PPD/CDS facilitará este processo e que a realização de eleições intercalares possibilitará uma nova e grande vitória das forças democráticas e uma correspondente derrota do bloco reacconário do PPD/PSD - CDS - PPM - MIREN e outras formações da direita, assim como a defesa consequente das instituições e do regime democrático e do processo resultante do 25 de Abril.

Delegação do PCP na Roménia

A convite do Partido Comunista Romeno deslocou-se à República Socialista da Roménia de 17 a 23 deste mês, uma delegação do PCP composta por Carlos Durão e César Roussaud, membros suplentes do CC, Orlando Paulista, membro do Comité Local de Lisboa, Jorge Monteiro, da Comissão

Distrital de Castelo Branco e Carlos Morgadinho, da Comissão Distrital de Lisboa da UJC.

A delegação do PCP teve reuniões com a Secção organizativa do CC do PCR, na qual participou Florea Yon, membro do CC do PCR, com os Comités Distritais de Vilcea e Dolj, com Comités de

empresas e de outras organizações do PCR.

Esta delegação teve também encontros com membros dos secretariados dos Bureaus Executivos dos distritos, com Ghizela Vass, do CC, e Teodor Coman, membro suplente do Comité Político Executivo e Constantin Dascălescu, membro do

Comité Político Executivo e do Secretariado do CC do PCR.

Os encontros e visitas realizadas, que incidiram particularmente sobre o trabalho de organização do PCR, estenderam-se também ao conhecimento das realizações económicas da República Socialista da Roménia.

Visita de uma delegação do PSOH

De 18 a 23 de Junho, e conforme o «Avante!», já noticiou na última semana, visitou o distrito de Santarém uma delegação do Partido Socialista Operário Húngaro do distrito de Békés.

A delegação era composta por Bela Csáthi, secretário de economia política do Comité do Partido daquele distrito, László Rudik, colaborador do CC, István Balázs, presidente da Cooperativa Agrícola de Endrod e Károly Morvay.

Durante a sua estadia no distrito de Santarém a delegação do PSOH foi

recebida na Direcção da Organização Regional de Santarém e em diferentes centros de trabalho locais do PCP.

Efectuou também diversas visitas que lhe permitiram o contacto directo com os trabalhadores e as realidades sócio-económicas do distrito, designadamente às instalações da CP no Entrocamento, à Cooperativa Metalomecânica Dopovo, em Torres Novas, à Compal em Almeirim, à Cooperativa Agro-Pecuária da Goux e Atela,

à Metalúrgica Duarte Ferreira, no Tramagal, à Cooperativa Transformadora dos Produtos Agrícolas do Vale do Sorraia, em Coruche, e às Unidades Colectivas de Produção «Monte da Unidade» e «Vasco Gonçalves». A delegação foi recebida em Santarém, Alpiarça e Coruche nas respectivas Câmaras Municipais.

No Couço realizou-se um comício-festa de amizade em que intervieram Bela Csáthi e Raimundo Cabral, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Em Lisboa, a delegação do PSOH do distrito de Békés foi recebida por uma delegação do PCP composta por Sérgio Vilarigues, da Comissão Política e do Secretariado do CC, Eugénio Pisco, suplente do CC e membro da DORSA e Graça Filipe, da Secção Internacional.

A visita desta delegação decorreu em ambiente amistoso e fraternal, contribuindo para o reforço dos laços de cooperação e amizade existentes entre o PCP e o PSOH.



Dois aspectos da estada dos camaradas húngaros no distrito de Santarém



Delegação da DORA na RDA

A convite da Direcção Distrital de Neubrandenburg do Partido Socialista Unificado da Alemanha, visitou a República Democrática Alemã entre 17 e 23 de Junho uma delegação da Direcção da Organização Regional do Alentejo do Partido Comunista Português, dirigida por António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central, e composta ainda por António Carichas de

Albuquerque, membro suplente do CC, José Lucas, da Comissão Distrital de Beja, Jorge Soares, da Comissão Distrital de Évora, e Bernardina Sebastião, da Comissão Central da UJC.

Durante esta visita, a Delegação da DORA, foi recebida por Gerhard Gruenberg, membro do Bureau Político e Secretário do Comité Central do PSUA, e teve encontros de trabalho com Johannes

Chernitzer, membro do CC e 1.º Secretário da Direcção Distrital de Neubrandenburg, Gerhard Mueller, 2.º Secretário da mesma Organização, bem como com outros dirigentes do PSUA do Distrito de Neubrandenburg. Teve ainda a oportunidade de tomar contacto com a realidade política, económica e social e particularmente com a política agrícola e o trabalho de organiza-

ção do PSUA no referido distrito. Nas múltiplas visitas a escolas, fábricas, cooperativas de produção agrícola e a outros locais, bem como nos encontros que realizou e nos contactos que manteve com a juventude e os trabalhadores da RDA, a Delegação da DORA do PCP foi alvo das calorosas manifestações de profunda amizade e solidariedade fraternas que caracterizam as relações entre o PSUA e o PCP.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 779744/779751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 768345/779722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 779829/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B - 4000 Porto. Tel. 29536.

Casa da Venda: R. do Almada, 19-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26351.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 779839/779750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Maio: 78 240



LIVROS • DISCOS • ARTESANATO •
MEDALHAS • SELOS • BUGIGANGAS
• JOGOS INFANTIS •



Mais uma do sr. Jardim ou um caso esclarecedor do que é o PPD no poder

Arrogância e megalomania? Completo desprezo pelas regras e instituições democráticas? Anticomunismo e anti-sovietismo dos mais primários e grosseiros? Tendência irreprimível para a provocação e o dislate? Manifestação inequívoca do que é uma actuação política incompatível com o Portugal de Abril? O leitor que escolha. Qualquer destas expressões — e não duvidamos que, conhecidos os factos, não será preciso grande imaginação para encontrar muitas outras — poderiam caracterizar uma das mais recentes atitudes da cacicagem madeirense e, nomeadamente, do sr. Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira e destacada figura do sá-cameirismo nacional. Os factos falam por si — e vamos contá-los.

• Uma história exemplar

Tudo começou quando na Freguesia da Ribeira Brava chegou ao conhecimento público (sem publicação nos jornais diários), a criação de um emprego, adstrito à Junta de Freguesia. Inicialmente, nem os próprios interessados conseguiram saber ao certo do que se tratava. A primeira informação verbal da Câmara falava, de forma muito vaga, num lugar destinado à actividade nas zonas rurais, «criado pela Secretaria da Agricultura», afirmando que os interessados se deviam dirigir à Junta de Freguesia. No entanto, quem ali pediu informações acabou por não ficar muito esclarecido, pois o sr. presidente da Junta dizia, como que a fugir à conversa, que sim, que parecia haver uma vaga, que não tinha a certeza do que se tratava, que tudo dependia da Secretaria Regional da Agricultura... O sr. presidente só sabia ao certo é que era preciso escrever à máquina.

Assim, os interessados dirigiram-se àquele Secretária. Um deles foi José Luís Barros Andrade, de 19 anos, como 7.º ano do Liceu, Serviço Cívico cumprido, filho de um trabalhador agrícola e de uma bordadeira. Não possuindo as condições financeiras para prosseguir os seus estudos, o José Andrade pensou procurar emprego, esperando que na Secretaria da Agricultura lhe dessem as informações necessárias e definitivas. Porém, ali disseram-lhe para se dirigir à Junta de Freguesia, pois tudo dependia desse organismo...

Após um constante rodopio entre a Secretaria e a Junta, o José Andrade acabou por recorrer ao presidente da Câmara. Este, no meio de grande gritaria, «informou-o» que só é obrigado a ajudar quem muito bem entende (!), tendo-lhe sugerido, à laia de compensação, o lugar de covelro municipal, que em breve ficaria vago...

Passados alguns dias, o candidato foi informado que não haveria concurso para o lugar pretendido. Este já tinha «donos»: era para a futura nora do presidente da Junta, uma menor, com o 5.º ano liceal...

Perante esta ilegalidade — demonstrativa, aliás, do ambiente que se vive na Região Autónoma da Madeira, devido à política caciquista do Governo PPD e dos seus servidores — o José Andrade decidiu expor o assunto ao Provedor de Justiça, que em 20 de Abril de 1978 lhe respondeu favoravelmente.

Decorridos alguns meses, conseguiu arranjar colocação como professor provisório. Depois, teve que iniciar o serviço militar. Entre fins de Novembro e princípios de Dezembro do mesmo ano, necessitou de um atestado, para fins militares, com o objectivo de justificar que era o sustentáculo económico dos pais (que tinham adoecido). O documento foi pedido pelo irmão na Junta de Freguesia. Supõe-se que intencionalmente, o atestado passado vinha errado, tendo sido devolvido, pois não pôde ser aceite para os fins em vista.

Foi então que a funcionária da Junta disse ao irmão do José Andrade para avisar a mãe de que, se o seu filho pretendesse o atestado (sabia muito bem que sim!), ela devia dirigir-se aos serviços da Junta. A mãe do José Andrade assim fez. No dia em que foi teve que passar lá a manhã, a tarde e parte da noite. Mal chegou à Junta, a respectiva funcionária disse à mãe do requerente (o que, aliás, fez durante toda a manhã) que para ser passado o atestado, o filho tinha que prescindir das suas opções políticas e deixar de colaborar em jornais de orientação democrática. Devia, também, denunciar os outros autores dos artigos e as pessoas que o tinham aconselhado a recorrer ao Provedor de Justiça. Além disto, a mãe do José Andrade devia ir buscar a casa a correspondência trocada entre o filho e o Provedor, para ficar na posse da Junta. Sem seguir estas condições, não haveria atestado.

A senhora foi resistindo. Passou lá toda a tarde, e quando a Junta fechou foi levada para a residência do presidente pela citada funcionária e marido, respectivamente nora e filho do presidente da Junta de Freguesia. Fecharam o portão de ferro, ao que

a mãe do José Andrade disse que, se não o abrissem, gritaria por socorro. Mudaram, por momentos, de tática, levando-a para casa, com «boas maneiras», oferecendo-lhe bebidas e insistindo, agora «calmamente», para que ela entregasse a referida correspondência. Se o fizesse, tudo se resolveria. A partir de certa altura, também a mulher do presidente da Junta participou no inquérito e nas ameaças pidescas.

Por volta das 22 horas, as pressões sobre a senhora (diabética) atingiram proporções extremas. Tudo servia de ameaça. O filho perderia o emprego, iria à polícia, seria expulso, seria preso, pois «não admitiam professores comunistas». Nunca mais poderia obter da Junta qualquer documento. Enfim, ameaças atrás de ameaças. No entanto, iam repetindo que tudo se resolveria se a mãe do José Andrade entregasse a correspondência trocada entre o filho e o Provedor de Justiça.

Cada vez mais pressionada e intimidada, a senhora acabou por ceder, dizendo que, contudo, não

sabia onde estavam as cartas. Foram então a sua casa, no Caminho Chão. Revistaram todo o quarto do José Andrade, gavetão, livros, etc, sempre à «boa maneira» fascista, num estilo muito semelhante ao da PIDE.

Enquanto procuravam a correspondência — o que não vieram a obter — continuavam as ameaças, dizendo inclusivamente que o presidente da Câmara estava muito zangado e que, portanto, o José Andrade escusava de pensar em arranjar emprego na Ribeira Brava.

Após a busca, voltaram a pôr as suas condições: quando no fim-de-semana seguinte o José Andrade viesse a casa devia entregar aos senhores da Junta a referida correspondência. Só então lhe dariam o atestado...

Após a busca, voltaram a pôr as suas condições: quando no fim-de-semana seguinte o José Andrade viesse a casa devia entregar aos senhores da Junta a referida correspondência. Só então lhe dariam o atestado...

Após a busca, voltaram a pôr as suas condições: quando no fim-de-semana seguinte o José Andrade viesse a casa devia entregar aos senhores da Junta a referida correspondência. Só então lhe dariam o atestado...

Após a busca, voltaram a pôr as suas condições: quando no fim-de-semana seguinte o José Andrade viesse a casa devia entregar aos senhores da Junta a referida correspondência. Só então lhe dariam o atestado...

• O Requerimento dos deputados comunistas

Tendo tomado conhecimento destes graves acontecimentos, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou a 3 de Abril deste ano na Assembleia da República, para ser dirigido ao Governo Regional da Madeira, à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia da Ribeira Brava, um requerimento em que se começa por salientar:

«Ao admitir ilegalmente uma funcionária, recusando do mesmo passo e de forma discriminatória a atribuição desse posto de trabalho a um cidadão que para tal se candidatara, reunindo os necessários requisitos legais, a Junta de Freguesia da Ribeira Brava violou gravemente regras e princípios constitucionais de importância fundamental no domínio da protecção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Reeditou, assim, métodos e processos de compadrio e nepotismo que importa afastar definitivamente da nossa administração pública».

Depois de sublinhar que «a situação é tanto mais grave quanto, tendo sido exposta ao Provedor de Justiça, obteve o quebrosado parecer favorável daquele órgão», mantendo-se, no entanto, a ilegalidade e a discriminação, afirma o requerimento assinado pelos deputados comunistas Vital Moreira e Carlos Aboim Inglês, que «sobre o cidadão que, no exercício dos seus direitos constitucionais, requereu a reparação de uma comprovada arbitrariedade, abateu-se uma verdadeira perseguição que não só lhe denega serviços elementares a que tem direito, como conduz à violação do seu domicílio e se traduz quotidianamente em novas

e inconstitucionais ameaças (que assumem já formas de uma verdadeira «interdição profissional» na Ribeira Brava)».

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido, representado pelos deputados comunistas já mencionados, requereram ao GR da Madeira, à Câmara Municipal

e à Junta de Freguesia da Ribeira Brava a prestação da seguinte informação:

«Quando e através de que meios tencionam pôr cobro às situações de ilegalidade, arbitrio e perseguição acima descritas, garantindo o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos na Região Autónoma da Madeira?»

• A «resposta» do sr. Jardim

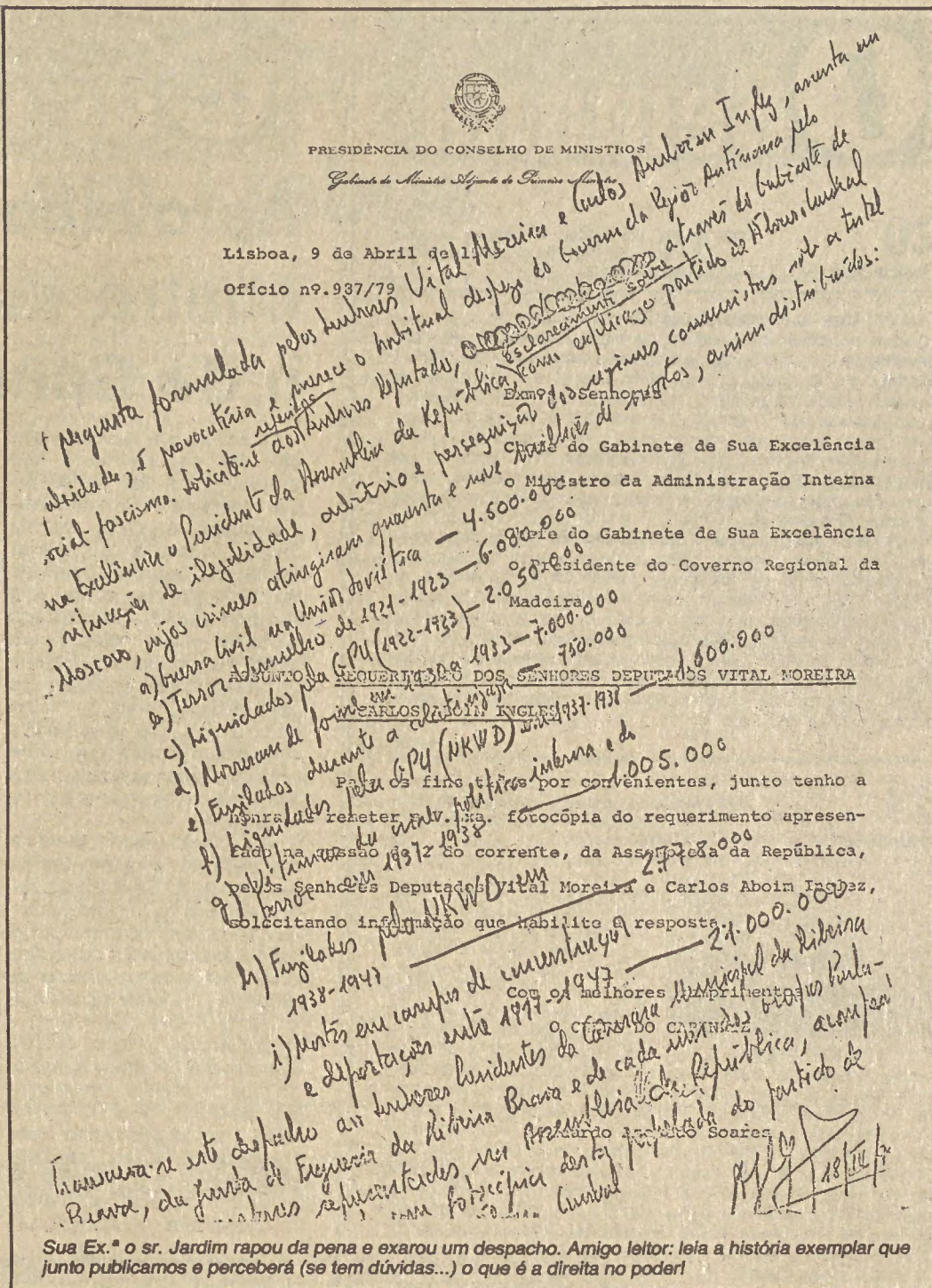
Em 18 de Abril, o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, «encarregou» o chefe do seu gabinete de enviar ao Presidente do Grupo Parlamentar do PCP e à Assembleia da República a «resposta» ao requerimento assinado por Vital Moreira e Aboim Inglês.

A situação denunciada pelos deputados comunistas assentava em factos concretos. Foi feita uma descrição contendo todos os elementos fundamentais. A pergunta formulada no requerimento ao Governo Regional, à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia da Ribeira Brava era uma pergunta específica.

Qualquer governante minimamente responsável teria mandado averiguar o assunto, emitindo depois uma resposta relacionada com o problema. Mas que fez o sr. Jardim? Coerente com a sua demagogia histórica, afogando-se na asneira e na provocação — para as quais, comprovadamente, tem uma inclinação irreprimível —, dando uma vez mais provas da sua pequenez como homem e, principalmente, como candidato a político, o dirigente n.º 1 do PPD na Madeira achou por conveniente

emitir o «despacho» que passamos a citar (na íntegra):

«A pergunta formulada pelos senhores Vital Moreira e Carlos Aboim Inglês assenta em falsidades, é provocatória e merece o habitual desprezo do Governo da Região Autónoma pelo social-fascismo. Solicita-se aos referidos senhores deputados, através do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, esclarecimento sobre como explica o partido de Álvaro Cunhal as situações de ilegalidade, arbitrio e perseguição dos regimes comunistas sob a tutela de Moscovo, cujos crimes atingiram quarenta e nove milhões de mortos, assim distribuídos: a) Guerra Civil na União Soviética — 4 500 000; b) Terror Vermelho de 1921-1923 — 6 000 000; c) Liquidados pela GPU (1922-1923) 2 050 000; d) Morreram de fome em 1930 a 1933 — 7 000 000; e) Fuzilados durante a colectivização — 750 000; f) Liquidados pela GPU (NKWD) em 1937-1938 — 1 600 000; g) Vítimas da crise política interna e do terror em 1937-1938 — 1 005 000; h) Fuzilados pela NKWD em 1938-1947 — 2 778 000; i) Mortes em campos de concentração



e deportações entre 1917-1947 — 21 000 000. Transcreva-se este despacho aos senhores Presidentes da Câmara Municipal da Ribeira Brava, da Junta de Freguesia da Ribeira Brava e de cada um dos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, acompanhado com fotocópia desta papelada do partido de Álvaro Cunhal».

• Um exemplo entre muitos do que é a direita no poder

Este «despacho» assinado pelo sr. Jardim não merece quaisquer comentários. Trata-se de (mais) uma cacaburrada bem à altura do seu autor, demonstrativa da estatura política e moral da figura n.º 1 do PPD de Sá Carneiro na Região Autónoma da Madeira. Lembremo-nos que o autor do despacho é o mesmo que ainda recentemente mobilizou grande aparato publicitário, levando consigo uma numerosa comitiva e também a cobertura da RDP e RTP regionais, para inaugurar no sítio das Cruzinhas, no Faial, ... um tanque-para-água de rega; tendo na ocasião proferido grandiloquentes palavras com que quis sublinhar a importância do acto no contexto do «grande desenvolvimento» económico e social «estimulado» pelo

Governo Regional e, ao mesmo tempo, dizer que obras como aquela são a prova de que na Madeira tudo corre pelo melhor... Isto foi dito — recordamos — na inauguração de um tanque de rega... Lembremo-nos que o sr. Jardim é também o chefe de um Governo que nos primeiros quatro meses deste ano ocupou 10 horas e 5 minutos dos tempos de antena da RDP/Madeira, enquanto a Oposição (PS, PCP, UDP e até o CDS) totalizou 2 horas e 4 minutos. Ou seja, o Governo PPD ocupou 82,93 por cento da emissão dedicada aos partidos. Só à sua conta, o sr. Jardim falou aos microfones da RDP regional, no mesmo período, durante 6 horas e 24 minutos... Lembremo-nos ainda que o sr.

Jardim é também o chefe de um Governo que vai agora institucionalizar o «livro único», à boa maneira dos Ministérios da Educação Nacional de Salazar e Caetano, impondo aos alunos, professores e Conselhos Directivos das escolas madeirenses os livros escolhidos ou mandados fazer pelo próprio Governo (ver artigo na pág. 8). Muitos outros exemplos podiam aqui ser citados. Mas estes já dão uma ideia da política do PPD na Região Autónoma da Madeira. A actuação do sr. Jardim, alto dirigente do partido de Sá Carneiro, é a imagem (significativa) do que é a arrogância, a falsidade, a incompetência e a irresponsabilidade da direita no Poder.



Na festa dos Pioneiros da Região de Lisboa a esperança de que o sol será de todos

Sucedeu no passado domingo, no Parque Eduardo VII: crianças da zona de Lisboa e outras — até vieram da «outra banda» — encontraram-se numa festa «tão boa que devia acontecer todos os fins-de-semana» como afirmou convictamente um dos muitos miúdos que, durante toda a manhã, pintaram bonecos em largas folhas, «pintando» com igual entusiasmo... pernas e braços. A iniciativa pertenceu aos Pioneiros de Portugal — Região de Lisboa — e chamou à participação milhares de crianças.

De todas as idades, desde bebés que ainda não andam, até aos adolescentes — que chegaram com «ar de mais velhos» mas não tardaram em participar, com a mesma alegria, ao lado dos «miúditos» —, os jovens pintaram,

conviveram, cantaram — numa palavra, passaram um dia diferente, um dia feliz.

Os adultos nem por isso participaram menos. E se um certo «pudor», feito de preconceitos, os impediu de andarem aos saltos e de darem também um ar da sua habilitação no desenho e na modelagem, não poucos foram os pais que se entusiasmaram e passaram horas tentando fazer papagaios de papel, aprendendo a fabricar cestos, peixes, barcos e outras coisas de papel que pacientemente um camarada, já avô, lhes ia ensinando. Alguns pais chega-

ram mesmo a participar de forma muito activa nos trabalhos oficiais, originando certos protestos dos filhos, como o de uma garota que dizia: «Afinal sou eu ou não que faço o caminho?». Uma outra confessava-nos: «Vou levar o carinho e o pote de barro para mostrar na escola e para eles verem o que perderam por não vir cá. Depois ensino-os a fazer». E um outro miúdo: «Os meus pais não queriam vir logo de manhã. Andam cansados e queriam ficar mais um bocadinho na cama. Mas eu fui-os acordar e agora o meu pai está todo animado,

ninguém o arranca dos papagaios e a minha mãe até já veio ao pé de mim mostrar-me um peixe de papel que ela aprendeu a fazer. Estava um pouco mal feito mas ela vinha toda contente e eu disse-lhe que estava bem.»

Mesa dos Ofícios: Iniciativa a repetir

As actividades iniciaram-se da parte da tarde com uma realização inédita no nosso país: a Mesa dos Ofícios. Para aqueles que não tiveram oportunidade de estar na grande

Festa dos Pioneiros de Portugal — Região de Lisboa — aqui fica a explicação:

Como o próprio nome indica, trata-se de uma mesa na qual se sentam trabalhadores de diversas profissões, os quais dialogam com as crianças, respondendo às suas perguntas, falando-lhes do seu trabalho quotidiano, de como o sentem, de qual a sua importância para a vida de todos nós, ou seja para a sociedade. No Parque Eduardo VII estiveram José Francisco Nereu (pedagogo), Carlos Pinhão (jornalista), Sá Marques (médico), Pedro Maia (aviador), Maria Eufémia (locutora), Pedro Alvim (escritor e jornalista), Joaquim Meirim (treinador de futebol), José Jorge Letria (jornalista e cantor), Maria Amélia (professora), Joaquim Velez (camponês), Artur Neves (operário metalúrgico), Clemente (padeiro) e Armando Caldas (actor).

Longas bichas de crianças manifestaram bem como esta questão dos «ofícios» atrai a infância, manifestaram como a criança está atenta, aberta ao mundo que a rodeia tentando compreendê-lo, tentando, tantas vezes, já modificá-lo. Mas as perguntas das crianças mostraram ainda outras coisas: como a daquela miúda que queria saber como se fazem os bebés e como nascem, ou daquele outro miúdo — mais velhinho — que

pretendia, um pouco ansiosamente, saber se todos aqueles trabalhadores haviam escolhido por livre vontade a sua profissão. Estas e outras questões evidenciaram muitas vezes a falta de diálogo com os pais, a recusa destes em responderem claramente a questões postas pelos filhos, evidenciando ainda a pressão — geralmente tão bem intencionada, mas tão prejudicial — para que os filhos sejam o que o pai não conseguiu ser ou então continuem a profissão paterna. E por vezes evidenciaram igualmente a falta de compreensão dos pais e dos adultos em geral, em relação ao universo de fantasia, de maravilhosos, de faz-de-conta, da infância, à sua necessidade de movimento e de prazer lúdico. Fantasia

e necessidade de movimentação bem patentes naquelas crianças mais pequenas que disseram ao Carlos Pinhão o que queriam ser quando grandes: uma queria «ser coelho porque era fofo», outra queria ser «pulga para saltar à vontade sem que ninguém a chateasse...»

Depois da Mesa dos Ofícios, iniciativa que é exemplo a seguir noutras regiões do País, foi tempo de espectáculo: a alegria infantil continuando a expandir-se pela tarde com as canções, os coros dos pioneiros, os palhaços, o ventríloquo, os actores, alegria partilhada pela gente crescida que não terá sido a que menos aprendeu nesta iniciativa dos Pioneiros de Portugal — Região de Lisboa — integrada no AIC.



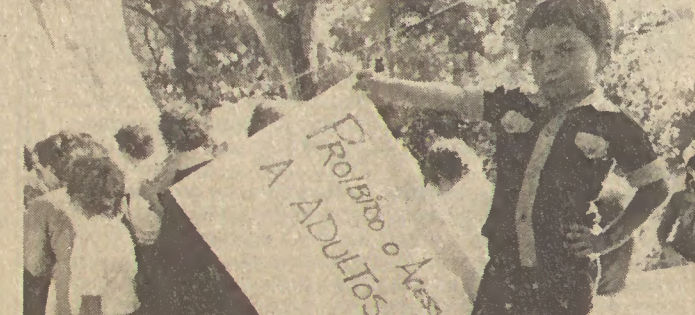
Para que o sol seja nosso!

«Para que o Sol seja verdadeiramente nosso, nós, mulheres e homens do futuro, exigimos, no âmbito do AIC, que a todos os cidadãos portugueses seja garantido o direito ao trabalho, para que nós crianças tenhamos uma vida mais fácil e mais fraterna».

apoio e solidariedade à moção que foi aprovada por aclamação pelos milhares de crianças e adultos presentes no dia 24 de Junho de 1979 na Festa «O Sol é Nosso» integrada no AIC.

Cumpra-nos assim ir levar ao conhecimento dos órgãos de soberania, o texto daquela moção».

Estas as duas moções aprovadas no final da Mesa dos Ofícios no passado domingo.



O Semanário

20
Quarta-feira

1887 - Morre, em Lisboa, o maestro Augusto Newport, que foi professor da orquestra do Teatro S. Carlos.

Com vista «à audição de opiniões e à recolha de dados que possam contribuir para uma ponderada superação da crise governativa», o Presidente da República recebe o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, e o Presidente do Conselho Nacional do Plano, Henrique de Barros. ■ O Secretário Nacional do PS reclama a necessidade de se encontrar com a maior urgência uma solução para a crise governativa, face à «actuação ilegítima do Governo Mota Pinto após a sua exoneração». ■ O major Otelo Saraiva de Carvalho passa compulsivamente à reserva por determinação do Estado-Maior do Exército. Comentando o facto, o porta-voz do Conselho da Revolução, capitão Sousa e Castro, declara que aquele órgão «não tem, objectivamente, nada a ver com essa decisão, que é exclusivamente da hierarquia militar». ■ Os Sindicatos da Função Pública consideram que as medidas aprovadas recentemente pelo Governo, relativas a questões laborais, satisfazem no essencial as reivindicações dos trabalhadores. ■ Nas eleições efectuadas na RDP para a escolha dos representantes dos trabalhadores para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, vence a lista A, que integra o jornalista Adelino Gomes e a economista Ana Cruz.

21
Quinta-feira

1746 - Pela primeira vez, figuram num auto-de-fé, réus acusados de serem pedreiros-livres (maçons).



Paralisada a com por cento

No semanário «Acção Socialista», Mário Soares sugere a formação de um Governo com base PS e «independentes» ex-PPD, afirmando que «estão reunidas as condições, com a nova distribuição de deputados na Assembleia da República, para que se possa encontrar, sem excessiva dificuldade, uma solução de base partidária e com apoio parlamentar maioritário, estável e coerente». ■ Os trabalhadores da Transejo paralisam durante quatro horas, exigindo a actualização da tabela salarial. A adesão ronda os 100 por cento. ■ Os trabalhadores do sector de terra da TAP paralisam durante duas horas. Os trabalhadores exigem uma revisão justa do seu ACT. ■ Prosseguindo os contactos com diversas individualidades, o Presidente da República recebe, em audiências separadas, Isabel Magalhães Colaço, Barbosa de Melo, Nobre da Costa e Vitorino Magalhães Godinho. ■ Um grupo de acionistas assalta, no Porto, as instalações dos Vinhos Borges, sendo expulsos pela PSP. ■ Os trabalhadores da zona da Amadora paralisam durante uma hora manifestando o seu repúdio pela repressão patronal e exigindo a reintegração dos operários despedidos arbitrariamente.

22
Sexta-feira

1811 - Morre, em Lisboa, com 71 anos, o poeta satírico Nicolau Tolentino.

Os trabalhadores do Portucel manifestam-se contra a exportação de madeira de pinho e eucalipto para Espanha, permitida pelo exonerado Governo Mota Pinto, e que poderá colocar a empresa pública produtora de papel numa completa paralisação por falta de matéria-prima. ■ O general Altino de Magalhães, vice-chefe do Estado-Maior do Exército, é designado pelo general Ramalho Eanes para o cargo de vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. ■ Tentando justificar o projecto-lei sindical (projecto-lei 100/79) o Secretário Nacional do PS emite um comunicado de apoio àquele projecto de lei. ■ O Presidente da República recebe, em audiências separadas, Azeredo Perdigão, Silva Lopes, Manuel Antunes e Alberto João Jardim. ■ O Sindicato dos Engenheiros do Norte, em Assembleia Geral, decide não aderir à estrutura paralela chamada Federação Nacional de Sindicatos de Quadros.

23
Sábado

1468 - Nasce, em Belmonte, o célebre navegador Pedro Álvares Cabral, que em 1500 descobriu o Brasil.



Metalomecânica em debate

O ministro demitido da Agricultura e Pescas, Vaz Portugal, desloca-se à Régua onde chega com cinco horas de atraso em relação ao horário previsto. A mudança da sede da sub-região agrícola para Vila Real é motivo de debate. ■ Na Faculdade de Ciências de Lisboa, uma lista afecta à UDP ganha as eleições para a Associação de Estudantes. ■ Na «Voz do Operário» decorre o Encontro de Trabalhadores da Comunicação Social. ■ No Funchal, o deputado socialista António Arnaut, num colóquio a propósito do SNS declara que a medicina convencional é «uma fraude». ■ No centro de convívio dos trabalhadores da Mague, realiza-se o II Encontro da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Metalomecânica. ■ No refatório da empresa Parry & Son, em Cacilhas, realiza-se o Encontro de Comissões de Trabalhadores, Dirigentes e Delegados Sindicais do Distrito de Setúbal. ■ Na Torralta, em Tróia, realiza-se o I Encontro de Turismo Distrital de Setúbal, promovido pelas Câmaras Municipais de Almada, Setúbal, Sesimbra, Setúbal Palmela, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

24
Domingo

1808 - A cidade de Coimbra revolta-se contra a dominação napoleónica.

Os sindicatos paralelos dos maquinistas e quadros técnicos da CP, ignorando a posição da Federação dos Sindicatos dos Ferrovários, que representa 95% dos trabalhadores da empresa, decidem desconvocar a anunciada greve de 48 horas depois de uma reunião com representantes dos Ministérios dos Transportes e do Trabalho e o Conselho de Gerência da CP. ■ Em Almada, é inaugurado um monumento de homenagem a todos os que o fascismo impediu de viverem a liberdade. ■ O secretário-geral do CDS, Rui de Oliveira, informa que o major Sanches Osório irá demitir-se do cargo de direcção do PDC e pedir uma sindicância às actividades daquele partido. Declarou ainda que o seu partido está aberto ao diálogo com os dissidentes do PPD.

25
Segunda-feira

1578 - Com uma armada de 800 velas parte de Lisboa D. Sebastião para a conquista do Norte de África.

Em Tancos, o rebentamento de uma granada provoca ferimentos em 27 militares para-quadristas que recebiam instrução. ■ O Presidente da República parte para visita oficial de três dias à Jugoslávia. ■ Cinco indivíduos não identificados assaltam a dependência, em Paço de Arcos, do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. ■ Uma «nota oficiosa» do EMGFA, visando a publicação por órgãos da comunicação social de «documentos de índole política subscritos por militares», salienta a dada altura: «Entre os textos circulados por elementos militares conta-se um documento, sob a forma de carta pessoal, da autoria de um membro do Conselho da Revolução. Tendo em conta o estatuto político-militar especial dos membros daquele órgão de soberania, foi decidido promover, em sede própria, a apreciação do significado e consequências do referido documento».

26
Terça-feira

1974 - Pela primeira vez, na reunião da OIT, em Genebra, a intervenção do representante do Governo português, Avelino Gonçalves, não levanta incidentes: é o primeiro ministro do Trabalho do Portugal de Abril.



Eanes na Jugoslávia

O Ministério da Educação e Investigação Científica decide suspender os exames do 2.º ano do Curso Complementar do Ensino Lical em virtude de os pontos de exame terem sido previamente revelados. ■ Com os votos do PS, PPD, CDS e dissidentes do PPD é aprovada na Assembleia da República, na generalidade, o projecto de lei sindical apresentado pelo Partido Socialista. ■ O Conselho de Informação para a Imprensa Estatizada manifesta a sua preocupação quanto à actual orientação da maioria dos jornais estatizados. ■ De visita à Jugoslávia, o general Ramalho Eanes avista-se com o marechal Tito, na residência oficial da ilha de Brion.

Os Comunistas na Assembleia da República

Aprovados na generalidade 2 projectos contra as organizações sindicais: o de Gonalves e o do CDS!

Quando, logo após a votação na generalidade dos projectos de lei sobre organizações sindicais, o deputado do CDS, Naranha Sinal Coissoro, ao iniciar a leitura da declaração de voto do seu partido, teve um rasgado elogio a Maldonado Gonalves, muita coisa ficava ainda mais a claro. A maioria da Assembleia aprovava na generalidade, com os votos contrários dos deputados comunistas, dois textos sobre organizações sindicais, mas contra as organizações sindicais.

A primeira sessão plenária do período suplementar de trabalho da 3.ª Sessão Legislativa, iniciada na passada terça-feira e que se deve prolongar até ao próximo dia 27 de Julho, consumiu todo o período da ordem do dia com a continuação da discussão dos quatro projectos de lei sobre as organizações sindicais, apresentadas pelo PS, pelo PCP, pelo CDS e pelos deputados independentes Lopes Cardoso e eoutros.

Mas mais do que a discussão e votação de

quatro projectos de lei, o que esteve em causa foram, conforme salientou Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, duas filosofias radicalmente opostas.

De um lado - acentuou aquele deputado - a defesa e consolidação das liberdades, e em primeiro lugar da liberdade sindical, o respeito pelos princípios constitucionais que exigem a autonomia do movimento sindical e apontam para a sua unidade, a garantia plena dos direitos de acção sindical, o reconhecimento do seu insubstituível papel na defesa do regime democrático e das conquistas de Abril - tal é a filosofia do Projecto 67/1, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP e, em boa medida, a do projecto dos deputados Lopes Cardoso, Brás Pinto e Vital Rodrigues.

De outro lado - sublinhou Carlos Brito - o caminho do condicionamento e limitação das liberdades, a tentativa de restringir a liberdade sindical pela imposição burocrática e antidemocrá-

tica de modelos e métodos, a tentativa de favorecer o divismo e a pulverização das organizações sindicais por via legal, a diminuição dos direitos e garantias de acção sindical - tudo com vista a vibrar um golpe na resistência dos trabalhadores à política de recuperação capitalista e à intensificação da exploração: esta é a filosofia dos projectos do PS e do CDS.

Ao cabo de dois dias de discussão - durante os quais o PS apenas fez intervir no debate Gonalves e Simões, sem que qualquer dos dois tenha, em qualquer momento, referido sequer os três restantes projectos - o PS, os independentes sociais-democratas, o PPD e o CDS fizeram aprovar o projecto Gonalves e rejeitaram os projectos apresentados pelo PCP e por Lopes Cardoso. Porém, o escândalo não ficaria por aqui: com a sua abstenção, os deputados do PS ficaram com que o projecto do CDS fosse igualmente aprovado...

Os dois projectos contra as organizações sindicais agora

aprovados na generalidade vão baixar à Comissão Parlamentar de Trabalho para discussão e votação na especialidade.

O processo legislativo não está, por conseguinte, encerrado. Carlos Brito, na declaração de voto do PCP, anunciou a firme intenção dos deputados comunistas de não se pouparem a esforços para, na Comissão de Trabalho, fazerem numerosas propostas de alteração, em correspondência e de acordo com as críticas, teses e princípios largamente fundamentados ao longo de debate.

Além, nenhuma das críticas formuladas pelos deputados comunistas que intervieram no debate - sobretudo por Jorge Leite, Domingos Abrantes, Carlos Brito e Vital Moreira - foram minimamente rebatidas no decorrer destes dois dias de discussão dos projectos.

Na generalidade, o projecto Gonalves e o do CDS passaram; mas o movimento sindical unitário triunfará, não na generalidade ou na especialidade, mas sempre.

É esta a lição dos anos trinta, senhor Gonalves!

Lamentável não é apenas o projecto de lei que o PS fez aprovar na generalidade sobre (melhor dizendo, contra) as associações sindicais; igualmente lamentáveis foram os termos com que o seu primeiro subscritor, Gonalves, se referiu, no debate, à história do movimento sindical e, particularmente, a um dos seus períodos mais significativos - os anos 30. O mesmo, aliás, fez sobre a história do movimento operário, o outro único deputado do PS, a intervir na discussão, Sérgio Simões.

Mas Gonalves e Simões, que inventaram e caluniaram - tiveram antenamente, a merecida resposta, que lhes foi dada por Carlos Brito, ao afirmar:

Houve quem quisesse justificar a operação Gonalves contra o movimento sindical com uns «sueiros» de história no estilo conhecido das «Seleções Americanas».

É preciso não ter convicções democráticas de espécie nenhuma ou tê-las tão fraquinhas e diluídas no preconceito anticomunista para se tentar manipular a história do movimento sindical português dos anos trinta de forma a arrancar-lhe argumentos contra a orientação do PCP em relação às questões sindicais.

Os anos trinta! Os anos de consolidação da ditadura fascista, de implantação do Tarrafal, da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. Os anos, do nosso lado, da revolta dos marinheiros e do 18 de Janeiro.

A grande lição que colhe dos anos trinta é o estabelecimento à força pelo regime fascista de um estatuto regulamentar obrigatório, um figurino único, para todos os sindicatos e que os sindicalistas e os trabalhadores portugueses unanimemente repudiaram.

A grande lição que colhe são os assaltos pelas polícias e os bandos fascistas aos sindicatos à sombra desse estatuto único, a destruição das suas instalações, o roubo do património, o espantamento, a prisão, a tortura, a morte às mãos dos esbirros da ditadura de grande número dos melhores filhos da classe operária portuguesa.

Esta a lição que colhe e que o movimento operário português tem presente quando se desenhava, como acontece agora com o projecto Gonalves, planos para a restrição legislativa das liberdades.

Voto saúde o povo da Nicarágua

Na sessão da passada terça-feira, a Assembleia da República aprovou por maioria, com a abstenção do CDS, um voto de saudação e solidariedade para com o povo da Nicarágua.

Nos termos do voto aprovado, proposto no plenário pelo PS, a AR exprime a sua solidariedade para com o povo da Nicarágua na sua

luta pela destruição do regime ditatorial de Anastasio Somoza e saúda todas as forças democráticas que lutam contra a ditadura e, especialmente os combatentes da Frente Sandinista que se batem heróicamente, pela instauração de um regime democrático e constitucional.

Novas freguesias

O Grupo Parlamentar do PCP propôs, através de projectos de lei, a criação de quatro novas freguesias: Fanhals, no concelho da Nazaré; Guadalupe, no concelho de Évora; Porto Covo, no concelho de Sines;

e S. Martinho, no concelho de Alcácer. Entretanto, o PS tomou idêntica iniciativa relativamente a Vila Verde, no concelho de Seta, e Cercal, no concelho de Vila Nova de Ourém.

Propostas caducas

As propostas de lei do Governo Mota Pinto pendentes na Assembleia da República, caducaram, por força do disposto no art.º 170.º da Constituição. Entre elas contam-se as propostas relativas

à defesa nacional, à televisão e à radiodifusão, à orgânica dos tribunais administrativos, ao direito de asilo, à expulsão de estrangeiros, e à entrada, permanência e saída de estrangeiros.

Intervenções

O Movimento Sindical Português saberá dar a resposta adequada às ameaças que sobre ele impendem

Contra a vontade expressa e amplamente manifestada dos trabalhadores portugueses, em aberto confronto da opinião emitida pelas associações sindicais mais representativas do país, com a oposição firme e fundamentada do PCP, o projecto Gonalves para os sindicatos acaba de ser aprovado na generalidade pela comunidade dos argumentos e dos votos do PS e dos partidos da direita.

A matéria sobre que a AR acaba de tomar uma primeira deliberação tem um significado tão profundo na nossa vida social e política e implica tão agudamente os interesses dos portugueses que vivem do seu trabalho que as posições aqui tomadas não podem deixar de ser associadas ao fim, tão certo como é que por elas os trabalhadores portugueses nos julgaram a todos.

Já alguém observou que até agora se falou com o projecto Gonalves o que antes aconteceu com a lei Barreto. Assim é, na verdade. Entretanto, e importa assinalar, este processo legislativo está longe de estar consumado e é ainda possível evitar que se consagre como lei uma monstruosidade jurídica contra a liberdade sindical e as conquistas dos trabalhadores portugueses neste domínio fundamental.

Tem os partidos da direita boas razões para se regozijarem com o que até agora aconteceu. A direita está em vias de matar três coelhos de uma cajadada, dada ainda por cima pela mão do PS. Na verdade, se o projecto Gonalves viesse a converter-se em lei, a direita obterá nada menos do que três dos seus objectivos estratégicos: primeiro, um novo instrumento de ataque a esse estado fundamental do regime democrático que é o movimento sindical unitário; segundo, um novo recuo da influência sindical e política do Partido Socialista; terceiro, um novo motivo de desprestígio da composição actual da AR aos olhos de um importante sector do povo português.

Temo PS boas razões, e não só as que acaba-

mos de enunciar, para se sentir incomodado com os aplausos e elogios que a direita voltou a prodigalizar-lhe.

Quando a hipótese de eleições intercalares a curto prazo continua a apresentar-se como uma saída para a crise governamental, a imagem que convém de ser aprovada na Assembleia da República é a de um partido que atenta desabridamente, em comunhão com as forças do patronato, contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos as ingerências do Estado na constituição e vida das organizações sindicais, patentes não só na arquitectura geral do projecto como em várias das suas normas.

Identificamos o projecto Gonalves como uma nova peça da contra-revolução legislativa. Ao fazê-lo, pretendemos sensibilizar a opinião democrática do país, ali incluindo o PS, para a experiência recente da nossa vida colectiva (...)

Peça característica da contra-revolução legislativa, o projecto Gonalves traduz um novo objectivo da ofensiva reacção. Os instrumentos jurídicos de 1977 dirigiam-se fundamentalmente contra as transformações democráticas das estruturas económicas - sociais - a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão. O projecto Gonalves ataca as próprias liberdades, e ataca-as no coração, atacando uma das mais sensíveis entre elas - a liberdade sindical.

Voltemos contra a restrição da liberdade sindical, contra a violação da Constituição da República e das convenções da OIT ratificadas por Portugal, contra a burocratização das associações sindicais e a liquidação da sua vida democrática, contra a ingerência administrativa do Estado na vida e acção sindical, contra a pulverização e enfraquecimento dos sindicatos, contra a quebra da independência democrática que os sindicatos gozam.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a liquidação sem máscara da liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais e a imposição de um modelo unitário de organização, em total violação do Art.º 57.º da

Constituição e do Art.º 3.º da Convenção 87.ª da OIT.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Contra a vontade expressa e amplamente manifestada dos trabalhadores portugueses, em aberto confronto da opinião emitida pelas associações sindicais mais representativas do país, com a oposição firme e fundamentada do PCP, o projecto Gonalves para os sindicatos acaba de ser aprovado na generalidade pela comunidade dos argumentos e dos votos do PS e dos partidos da direita.

A matéria sobre que a AR acaba de tomar uma primeira deliberação tem um significado tão profundo na nossa vida social e política e implica tão agudamente os interesses dos portugueses que vivem do seu trabalho que as posições aqui tomadas não podem deixar de ser associadas ao fim, tão certo como é que por elas os trabalhadores portugueses nos julgaram a todos.

Já alguém observou que até agora se falou com o projecto Gonalves o que antes aconteceu com a lei Barreto. Assim é, na verdade. Entretanto, e importa assinalar, este processo legislativo está longe de estar consumado e é ainda possível evitar que se consagre como lei uma monstruosidade jurídica contra a liberdade sindical e as conquistas dos trabalhadores portugueses neste domínio fundamental.

Tem os partidos da direita boas razões para se regozijarem com o que até agora aconteceu. A direita está em vias de matar três coelhos de uma cajadada, dada ainda por cima pela mão do PS. Na verdade, se o projecto Gonalves viesse a converter-se em lei, a direita obterá nada menos do que três dos seus objectivos estratégicos: primeiro, um novo instrumento de ataque a esse estado fundamental do regime democrático que é o movimento sindical unitário; segundo, um novo recuo da influência sindical e política do Partido Socialista; terceiro, um novo motivo de desprestígio da composição actual da AR aos olhos de um importante sector do povo português.

Temo PS boas razões, e não só as que acaba-

mos de enunciar, para se sentir incomodado com os aplausos e elogios que a direita voltou a prodigalizar-lhe.

Quando a hipótese de eleições intercalares a curto prazo continua a apresentar-se como uma saída para a crise governamental, a imagem que convém de ser aprovada na Assembleia da República é a de um partido que atenta desabridamente, em comunhão com as forças do patronato, contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos as ingerências do Estado na constituição e vida das organizações sindicais, patentes não só na arquitectura geral do projecto como em várias das suas normas.

Identificamos o projecto Gonalves como uma nova peça da contra-revolução legislativa. Ao fazê-lo, pretendemos sensibilizar a opinião democrática do país, ali incluindo o PS, para a experiência recente da nossa vida colectiva (...)

Peça característica da contra-revolução legislativa, o projecto Gonalves traduz um novo objectivo da ofensiva reacção. Os instrumentos jurídicos de 1977 dirigiam-se fundamentalmente contra as transformações democráticas das estruturas económicas - sociais - a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão. O projecto Gonalves ataca as próprias liberdades, e ataca-as no coração, atacando uma das mais sensíveis entre elas - a liberdade sindical.

Voltemos contra a restrição da liberdade sindical, contra a violação da Constituição da República e das convenções da OIT ratificadas por Portugal, contra a burocratização das associações sindicais e a liquidação da sua vida democrática, contra a ingerência administrativa do Estado na vida e acção sindical, contra a pulverização e enfraquecimento dos sindicatos, contra a quebra da independência democrática que os sindicatos gozam.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Contra a vontade expressa e amplamente manifestada dos trabalhadores portugueses, em aberto confronto da opinião emitida pelas associações sindicais mais representativas do país, com a oposição firme e fundamentada do PCP, o projecto Gonalves para os sindicatos acaba de ser aprovado na generalidade pela comunidade dos argumentos e dos votos do PS e dos partidos da direita.

A matéria sobre que a AR acaba de tomar uma primeira deliberação tem um significado tão profundo na nossa vida social e política e implica tão agudamente os interesses dos portugueses que vivem do seu trabalho que as posições aqui tomadas não podem deixar de ser associadas ao fim, tão certo como é que por elas os trabalhadores portugueses nos julgaram a todos.

Já alguém observou que até agora se falou com o projecto Gonalves o que antes aconteceu com a lei Barreto. Assim é, na verdade. Entretanto, e importa assinalar, este processo legislativo está longe de estar consumado e é ainda possível evitar que se consagre como lei uma monstruosidade jurídica contra a liberdade sindical e as conquistas dos trabalhadores portugueses neste domínio fundamental.

Tem os partidos da direita boas razões para se regozijarem com o que até agora aconteceu. A direita está em vias de matar três coelhos de uma cajadada, dada ainda por cima pela mão do PS. Na verdade, se o projecto Gonalves viesse a converter-se em lei, a direita obterá nada menos do que três dos seus objectivos estratégicos: primeiro, um novo instrumento de ataque a esse estado fundamental do regime democrático que é o movimento sindical unitário; segundo, um novo recuo da influência sindical e política do Partido Socialista; terceiro, um novo motivo de desprestígio da composição actual da AR aos olhos de um importante sector do povo português.

Temo PS boas razões, e não só as que acaba-

mos de enunciar, para se sentir incomodado com os aplausos e elogios que a direita voltou a prodigalizar-lhe.

Quando a hipótese de eleições intercalares a curto prazo continua a apresentar-se como uma saída para a crise governamental, a imagem que convém de ser aprovada na Assembleia da República é a de um partido que atenta desabridamente, em comunhão com as forças do patronato, contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos as ingerências do Estado na constituição e vida das organizações sindicais, patentes não só na arquitectura geral do projecto como em várias das suas normas.

Identificamos o projecto Gonalves como uma nova peça da contra-revolução legislativa. Ao fazê-lo, pretendemos sensibilizar a opinião democrática do país, ali incluindo o PS, para a experiência recente da nossa vida colectiva (...)

Peça característica da contra-revolução legislativa, o projecto Gonalves traduz um novo objectivo da ofensiva reacção. Os instrumentos jurídicos de 1977 dirigiam-se fundamentalmente contra as transformações democráticas das estruturas económicas - sociais - a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão. O projecto Gonalves ataca as próprias liberdades, e ataca-as no coração, atacando uma das mais sensíveis entre elas - a liberdade sindical.

Voltemos contra a restrição da liberdade sindical, contra a violação da Constituição da República e das convenções da OIT ratificadas por Portugal, contra a burocratização das associações sindicais e a liquidação da sua vida democrática, contra a ingerência administrativa do Estado na vida e acção sindical, contra a pulverização e enfraquecimento dos sindicatos, contra a quebra da independência democrática que os sindicatos gozam.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

Voltemos contra o projecto Gonalves, rejeitamos e condenamos a violação do direito de participação dos trabalhadores em todos os aspectos da actividade sindical, designadamente através da imposição legal de limitações ao princípio da eleição directa dos órgãos dirigentes.

em português

CIÊNCIAS SOCIAIS

Uma revista nova que informará da actividade de mais de 30 institutos de investigação científica da Academia das Ciências da URSS, nos domínios da FILOSOFIA, HISTÓRIA, ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIOLOGIA, DIREITO, FILOGRAFIA, PSICOLOGIA, ETNOGRAFIA E ARQUEOLOGIA.

A VENDA 50\$00

edições fronteira

Como argumentam os divisionistas

Os melhores argumentos dos amarelos são falsos. Os outros são ridículos, ou têm a ver apenas com a baixa campanha anticomunista. Vejamos, por hoje, alguns:

● A «antidemocrática lei da unicidade sindical»

É público e já aqui afirmámos, designadamente no «EM Foco» da semana passada, que a «unicidade sindical» não existe. As disposições da lei em vigor que para aí remetiam foram revogadas. A unidade que existe, que é forte e se propaga, foi e continua a ser uma opção dos trabalhadores. Não lhes foi imposta por nada, nem por ninguém. Contra essa unidade (e não contra a forma de legalmente a consagrar: a unicidade) é que o «projecto Gonetinha» se rebela, pretendendo consagrar na lei o divisionismo sindical e a pulverização dos sindicatos.

● O «projecto Gonetinha» é democrático

Não é. Constitui, pelo contrário, um atentado indelmentível à democracia nos sindicatos. No processo de constituição de novas associações sindicais pretende acabar com a discussão prévia em assembleia seguida de votação. Bastariam 20 elementos, mesmo alheios ao Movimento Sindical (o que tem sucedido com alguns paralelos) para promover a constituição de sindicatos (art.º 8.º do «projecto»). O resto do atentado cabe no «modelo único» de organização, que a lei amarela tenta impor contra o que determina a Constituição em matéria de liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais. A democracia não é privilégio do «modelo único» dos gonetinhas. É um princípio e uma prática da auto-organização dos trabalhadores.

● O «projecto» defende a liberdade sindical

É falso. Notoriamente. No último número do «Avante!» publicámos uma lista dos artigos do «projecto» que violam declaradamente o princípio da liberdade de organização e regulamentação interna das associações sindicais. Esses artigos são nada menos que 18 num texto que contém 60. Comentando essa regulamentação da «liberdade» gonetinha, a CGTP-IN declara que aquelas 18 disposições «podem ter cabimento num qualquer estatuto de uma associação, mas são incompatíveis com a liberdade sindical que uma lei deve assegurar. Se, por hipótese, tal projecto («o Gonetinha») viesse a ser aprovado — acrescenta a CGTP-IN — poderia, em anexo, adoptar um modelo de estatuto, já que as associações sindicais outra alternativa não teriam senão a de conformar-se com aquele, sob pena de nulidade dos actos praticados», como pretende impor «livremente» o artigo 57.º n.º 1 da «democrática» lei amarela. Resta acrescentar que a Convenção 87 da OIT, tão citada pelos divisionistas, reconhece aos trabalhadores, nomeadamente, o «direito de elaborarem os seus estatutos e regulamentos administrativos, de eleger livremente os seus representantes, organizar a sua gestão e a sua actividade e formular o seu programa de acção».

● O «projecto» defende a independência sindical

Nada disso. Defende a subordinação, inclusivamente a subordinação ao «timbre da institucionalização adoptada pelos países membros da CEE, comunidade em relação à qual se toma como irreversível o processo de adesão de Portugal» — proclama com «timbre» triunfalista o preâmbulo do «projecto Gonetinha». (Repáre-se no alcance daquele «se toma...».)

É logo na linha seguinte, como se fosse para tomar a sério, o mesmo preâmbulo acrescenta que «a lei (o «projecto Gonetinha») assegura a independência das organizações sindicais». Além disso, que é sintomático e revelador, a lei amarela admite a possibilidade de o Ministério do Trabalho recusar o depósito dos estatutos das associações sindicais (art.º 10.º), admite que entidades alheias às organizações sindicais possam subsidiá-las ou apoiá-las financeiramente (art.º 35.º) e admite ainda que o mesmo Ministério possa utilizar o património de associações sindicais extintas. É demais, se nos lembrarmos que a Constituição reconhece e os trabalhadores reclamam a independência das organizações sindicais perante o patronato, o Estado, os partidos políticos e as confissões religiosas. É demais, mas não é tudo, porque o «projecto Gonetinha» é o projecto-UGT/PS/PPD/CDS, um projecto nado e criado numa aliança partidária influenciada pela direita e dirigida contra o Movimento Sindical.

● A «participação activa dos trabalhadores»

Este argumento, falso e corrupto como os outros, foi expresso tal qual pelo próprio Gonetinha numa reunião do PS, no último sábado. É o mais fresco de todos. Em data. E por ele se pode avaliar até onde pode ir a demagogia dos defensores da lei amarela que pretende atingir um objectivo precisamente oposto ao que Gonetinha avançou. É claro, excepto para os amarelos, que nunca pode favorecer essa participação um «projecto» que limita os direitos e garantias dos representantes sindicais nas empresas (artigos: 38.º, n.º 2, 40.º, n.º 2, 44.º, 49.º, n.º 2), que cria um regime de excepção para os trabalhadores da Função Pública (art.º 56.º), que limita o direito à greve (art.º 28.º, alínea c), que dificulta na generalidade a acção sindical, que tenta pulverizar ainda mais os sindicatos, que pretende instituir um sistema de constituição de associações sindicais antidemocrático (secreto, não participado e não representativo). Mas Gonetinha não fala disso. Quando alude à participação, refere-se, nomeadamente, à «eleição periódica e por escrutínio secreto dos órgãos estatutários» que o seu «projecto» tenta impor. É isso. Votar de três em três anos, enquanto os gonetinhas vão tentando impor a sua «democracia» a sua «liberdade» com o «timbre» da UGT, da CEE, dos dólares e dos marcos que entretanto choverão.

● O «fomento do cooperativismo a todos os níveis»

Este argumento é fresco também. Mas não em data. Saído do melhor gonetinhismo, com ele pretendem os divisionistas afastar definitivamente os sindicatos da sua função reivindicativa. Lutar contra a exploração capitalista? Não. Deixá-la prosperar, enquanto alguns sindicalizados se abrigam precariamente em algumas cooperativas de consumo comprando por menos 10 tostões o quilo das batatas. Bakro reformismo e traço de conciliação de classes, subordinação aos interesses do capitalismo, do grande patronato explorador é o que subsiste por detrás do aparente «cooperativismo» (sempre de todas as tendências. Pôr sindicatos a substituir funções de órgãos do poder, desviar os trabalhadores da luta económica e da luta política e criar-lhes, artificialmente, interesses corporativos, através de perspectivas falsas, eis o que pretendem os divisionistas com o seu «cooperativismo sindical».

● O «crime»

Para coroar esses argumentos próprios da corrupção ideológica da direita e dos seus agentes no meio sindical nada mais adequado do que o patético apelo do sr. Torres Couto, dirigente da UGT, aos partidos da direita para que votem (como se o «projecto» não fosse deles) o «projecto Gonetinha». «Seria gravíssimo, seria um crime» — avisou — se o não fizessem. Que mais quer o sr. Couto?

Não ao «projecto Gonetinha» Grande manifestação em Lisboa

- Pelo Movimento Sindical
- Pelos direitos constitucionais

No momento exacto em que os trabalhadores dos mais importantes sectores de actividade defendem os seus direitos constitucionais contra a ofensiva generalizada do grande patronato e dos gestores reaccionários, surge na Assembleia da República a discussão do «projecto Gonetinha» que conta com o apoio declarado dos partidos da direita. Destinado a aprofundar essa ofensiva, estimulada pelo Governo demitido MP/PPD, aquele projecto subscrito por mais 7 deputados do PS foi amplamente repudiado em discussão prévia a nível nacional pelas organizações representativas dos trabalhadores. À hora em que o «Avante!» entra na máquina, dirige-se para S. Bento uma grande manifestação de protesto que, à semelhança de outros pontos do País, tem como motivo principal um NÃO legítimo, decidido e forte à tentativa de destruir o Movimento Sindical Unitário e de retirar toda a capacidade de acção aos órgãos representativos dos trabalhadores.

Num grande movimento de solidariedade e luta que inclui a esmagadora maioria dos grandes Sindicatos do País, Comissões de Trabalhadores, outras organizações de classe, o PCP e outras forças democráticas, o repúdio do «projecto Gonetinha» levou ontem à paralisação os mineiros de Aljustrel e tem manifestações marcadas para hoje na Marinha Grande, em S. João da Madeira, em Águeda, para amanhã em Campo Maior, Ponte de Sôr e Avis e, em Torres Novas e Benavente, para 5 de Julho próximo.

A par de outras iniciativas e formas de luta entretanto convocadas e levadas a efeito

noutros pontos do País, como a imprensa diária tem noticiado, a Comissão Organizadora da manifestação de Lisboa (União de Sindicatos e Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal) recebeu grande número de «moções, telegramas, mensagens e abaixo-assinados, expressando a indignação dos trabalhadores e reafirmando a sua decisão de lutarem por todas as formas legais contra a agressão de que estão a ser vítimas». No mesmo sentido, «organizações de mulheres, de jovens, de reformados e grande número de organismos populares de base têm manifestado a sua inteira solidariedade para com as desassombradas posições

assumidas pelos trabalhadores organizados», refere um comunicado daquela Comissão Organizadora.

A grande manifestação de ontem em Lisboa exprimiu bem esse apoio e a firmeza dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, não só contra o «projecto Gonetinha», mas contra toda a vaga repressiva que ele tenta aprofundar, juntamente com o projecto de lei das CTs, também da iniciativa do PS. Entre os objectivos da manifestação estava a luta contra os despedimentos e a repressão nas empresas que se inserem nas manobras de recuperação capitalista, contra a pretensão de dividir os

trabalhadores e entregá-los sem defesa à feroz exploração das classes privilegiadas, contra o aumento do custo de vida e pela actualização dos salários, pela liberdade e unidade sindical, por um governo e uma política democrática ao serviço dos trabalhadores e do País.

Contra o «pacote» do Governo demitido

Uma resolução sobre a situação política aprovada num Encontro convocado pela União dos Sindicatos e pela Cintura Industrial de Setúbal reafirmava, entretanto, a urgência em «encontrar uma solução constitucional que obrigue ao imediato cessar de funções do Governo demitido, já que cada dia que passa se mantêm os perigos da sua actuação nefasta, nomeadamente na Reforma Agrária e agora também através do «pacote» de legislação do trabalho mandado publicar, sob a forma de anteprojectos, no Boletim do Trabalho e Emprego do passado dia 11 de Junho».

Reunido em Cacilhas, com cerca de 300 delegados e convidados, esse Encontro de Dirigentes Sindicais, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do distrito de Setúbal, manifestando o seu apoio à manifestação de ontem, decidiu «continuar as acções de denúncia junto dos

trabalhadores e da população em geral por forma a esclarecer os objectivos pretendidos com a aplicação dos projectos de lei Gonetinha e das Comissões de Trabalhadores».

Por seu turno, a CGTP-IN, ao condenar o «pacote legislativo Mota Pinto-CIP», afirma que o mesmo se insere «na estratégia do grande capital e do imperialismo» e «é convergente com o projecto Gonetinha na liquidação da liberdade sindical». Em matéria laboral, esse abuso do Governo demitido, que «só tem poderes para actos de gestão corrente», destina-se a «liquidar directamente os direitos conquistados pelos trabalhadores» e a «alargar os poderes absolutos do patronato», à custa da «revisão prática e inconstitucional da Constituição».

O «pacote» abusivo refere-se a contratação colectiva, salários mínimos, facto salarial de 20 por cento, igualdade de sexos no trabalho, carteiras profissionais, quadros de pessoal, comissões de conciliação e arbitragem, férias, feriados e faltas, despedimentos individuais e colectivos, contratos a prazo e subsídio de desemprego.

A reacção gonetinha

Como reagem os divisionistas perante o repúdio dos seus projectos e perante a indignação

dos trabalhadores empenhados na defesa dos seus órgãos representativos e do Movimento Sindical.

Reagem, pela voz de Torres Couto, secretário-geral da UGT, considerando que «seria gravíssimo, seria um crime, se alguns partidos democráticos (leia-se partidos de direita) viessem a capitular perante a campanha da Inter, não aprovando uma lei que visa acabar com a unicidade imposta em 1975».

Reagem, através de um comunicado do PS, tentando ressuscitar os processos mais caluniosos do anticomunismo, procurando lançar sobre uma manifestação «legítima e legalmente convocada a suspeita caluniosa de ser dirigida contra a Assembleia da República».

Reagem tentando virar os trabalhadores contra os seus próprios interesses de classe, actuando mais uma vez no sentido de os desviar da defesa eficaz dos seus direitos quando são atacados como agora pelo «projecto Gonetinha».

Através de argumentos falsos, de promessas demagógicas e do anticomunismo, os divisionistas colocam-se cada vez mais à margem das lutas dos trabalhadores. Viram até contra eles as armas mais perigosas dos seus inimigos de classe.

Salários, repressão, despedimentos movimentam milhares de trabalhadores

Combater a repressão e desbloquear a contratação colectiva mantêm-se como objectivos centrais da luta dos trabalhadores nas empresas.

Paralelamente ao combate contra o divisionismo no campo sindical, a última semana foi fértil em movimentações de trabalhadores nos transportes, minas (Panasqueira), Zona da Amadora, Comunicação Social e vidreiros.

As ameaças de despedimento colectivo, estimuladas pelo Governo demitido, através do seu «pacote» de medidas ilegais, mobilizaram também os trabalhadores, designadamente na Molaflex de S. João da Madeira, na Metalúrgica Duarte Ferreira, na Francisco Sanchez (empresa vidreira de Sesimbra), na Luso-Além (pré-fabricados de Lisboa), na Lanalgo e na Júdice Fialho,

empresa intervencionada do sector das conservas que não paga salários há mais de três meses.

Nos transportes, destacam-se as paralisações na TAP (pessoal de terra) e na Transtejo. Nos cursos perdidos de suspensão do trabalho, as adesões foram quase totais.

No Porto, a «política de repressão interna», já denunciada

pelos Sindicatos, continuava a afectar o Serviço de Transportes Colectivos (STCPT). Os trabalhadores estão na disposição de recorrer a formas de luta, designadamente contra os inquéritos que consideram «pidescos».

Decidida em plenários participados, apoiada e decretada pelos Sindicatos, a luta, embora firme, em sectores e empresas continua a caracterizar-se pelo extremo cuidado nas formas adoptadas. Sem perder de vista os seus interesses, os trabalhadores, através dos seus órgãos representativos, continuam a defender o diálogo e a negociação e só recorrem a formas de luta quando

o patronato ou os gestores escolhem a intransigência e o boicote.

Na paralisação da Transtejo (quatro horas na tarde de 21) foi bem clara a solidariedade dos passageiros para com uma luta justa e explicada pelos trabalhadores que pretendem a actualização da tabela salarial em vigor desde Setembro de 1977.

Na TAP, com uma adesão entre 95 e 100 por cento, a reacção dos utentes foi «bastante positiva», segundo declarou um porta-voz da Comissão Sindical Negociadora. Não houve conflitos. Os passageiros foram informados das razões da luta num folheto redigido em português, francês e inglês.

O conflito encaminha-se para

uma solução favorável aos trabalhadores.

O mesmo se não pode dizer de outros sectores e empresas, como é o caso da CP, minas da Panasqueira, Jacinto, cervejeiros, Transtejo (com nova paralisação anunciada para o dia 5), Carris, Metro e Hotelaria do Norte.

Em todos esses conflitos está em causa a contratação colectiva. Os trabalhadores exigem tabelas salariais e regalias adequadas ao aumento de custo de vida.

Na CP, os divisionistas do paralelo dos maquinistas e da Federação dos Quadros desconvoçaram a greve de dois dias decretada à revelia de 95 por cento dos 26 mil trabalhadores da empresa representados pela

Federação dos Sindicatos dos Ferrovilários. Em troca a gerência da CP ofereceu-lhes um «rebuçado» — o «prémio de condução» de 4 tostões por quilómetro. A desconvocação da greve foi obtida numa reunião à margem das negociações normais. Nela não participou a Federação, que considera essa atitude «inqualificável» e susceptível de agravar o conflito.

A par das formas de luta adoptadas, os órgãos representativos dos trabalhadores continuam, como no sector das cervejas, na Sorefame e noutras empresas, a dirigir-se aos órgãos do Poder para que intervenham no sentido de resolver os conflitos e evitar a sua agudização.



Durante a paralisação de 21 corrente houve plenários nas empresas. Na foto um aspecto do plenário na Cometa

Solidariedade na Amadora

A reintegração dos despedidos e o fim da repressão, o «projecto Gonetinha» e o que pretende regulamentar as CTs estiveram, entre outros motivos, na base da paralisação de uma hora de solidariedade e luta que decorreu com forte adesão na Zona da Amadora.

Na tarde da última quinta-feira, milhares de trabalhadores da Sorefame, Cometa, Fiat, Bertrand, Cabos Ávila, Pereira & Brito e outras empresas demonstraram como a solidariedade funciona, como os companheiros despedidos e suspensos não estão sozinhos.

Nos plenários efectuados durante a paralisação, os trabalhadores demonstraram também que o objectivo central da repressão — atacar os órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas sobretudo através dos despedimentos selectivos de delegados sindicais e membros das CTs — não encontra campo fértil, antes depara com a firme disposição de lutar contra prepotências e ilegalidades do patronato e dos gestores.

Decidida em plenário da União dos Sindicatos e do Conselho de Trabalhadores da Amadora, a paralisação foi de três horas e meia na Sorefame,

uma das empresas mais atingidas pela repressão (três despedidos e onze suspensos) e pela intransigência dos gestores perante a disposição de negociar permanentemente manifestada pelos trabalhadores.

Entre as manifestações de apoio à paralisação e às formas de solidariedade adoptadas pelos trabalhadores, inclui-se a do Organismo de Direcção da Organização da Amadora do PCP que «saúda calorosamente todos os trabalhadores da zona que, com a sua luta corajosa, têm impedido que a repressão assuma aspectos ainda mais graves».

Metalomecânica pesada — um plano para o sector

Os trabalhadores da metalomecânica pesada apontam ao Estado a necessidade urgente de definir um plano económico para o sector. No II Encontro das CTs, com cerca de 100 presenças, realizado no último sábado em Alverca, aquele sector foi considerado «estratégico» para a nossa economia. Da sua actividade e desenvolvimento «depende em grande parte a recuperação da economia nacional», afirmam as conclusões aprovadas no Encontro, que considerou «particularmente graves para a economia nacional e para as empresas da MMP

(metalomecânica pesada) as consequências da política governamental em relação a: adiamentos sucessivos do PSN (Plano Siderúrgico Nacional); adiamento e suspensão dos planos de reequipamento da CP; indefinição e deslizar sucessivos dos planos de investimentos da EDP (Electricidade de Portugal); e a suspensão do projecto da barragem do Alqueva».

As conclusões que, entre os motivos da crise do sector destacam a falta de planeamento e o desinteresse governamental pelo mesmo, alertam

para a «muito grave» situação financeira «da maior parte das empresas, em especial as do sector empresarial do Estado».

Entre as medidas fundamentais para a superação da crise, os trabalhadores indicam a «criação no âmbito do MIT (Ministério da Indústria e Tecnologia) de um centro de coordenação e planeamento do sector contemplando também as empresas privadas e com a participação das estruturas representativas dos trabalhadores. Terla como atribuições o planea-

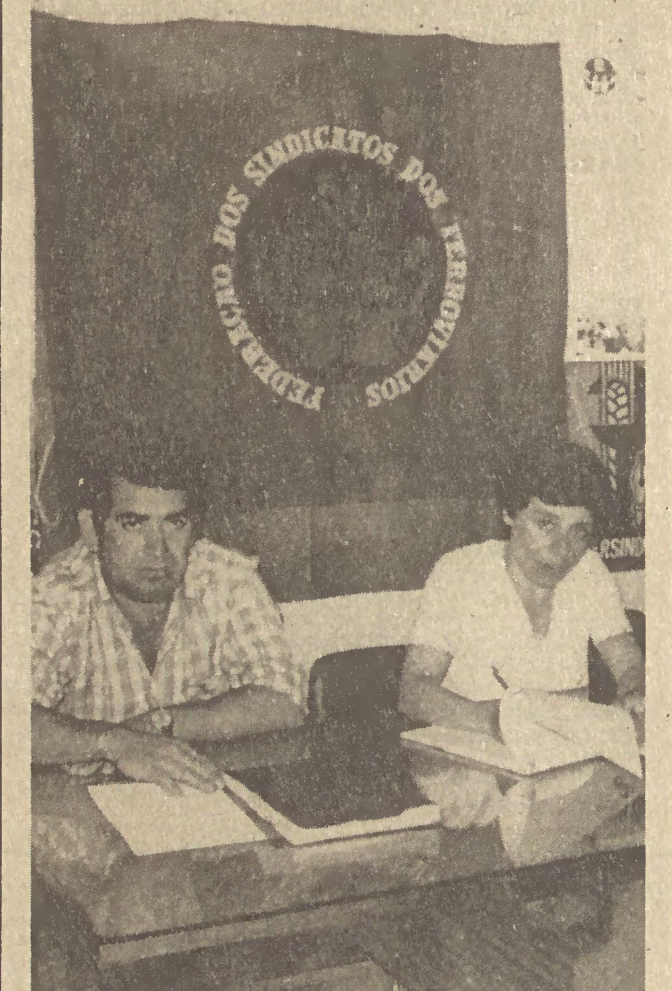
mento global e coordenado da actividade e desenvolvimento do sector, contemplando Investimentos, aquisição de tecnologia, especialização das empresas, licenciamentos, formação de pessoas, política de preços, coordenação de planos de produção de curto e médio prazo e aprovisionamento».

As outras medidas propostas pelos trabalhadores relacionam-se com a definição de um plano económico por parte do Estado, a reorganização das empresas e o aperfeiçoamento dos métodos de gestão, a diversificação dos mercados de exportação e importação de matérias-primas e equipamentos, a reestruturação financeira das empresas controladas pelo Estado, a política de remunerações, carreiras e formação profissional, e com «o reconhecimento por parte da administração e do Governo da importância que a participação dos trabalhadores e das suas organizações representativas pode ter para a superação da crise da MMP» com o consequente abandono da «política até agora seguida» que se reduz à «provocação e ao ataque aos direitos dos trabalhadores e às suas organizações representativas» sem «respeito pela sua autonomia de funcionamento e organização».



O Encontro destacou a importância da participação dos trabalhadores para a superação da crise da metalomecânica pesada

A luta continua na CP



Ontem, em conferência de imprensa a Federação dos Sindicatos Ferrovilários anunciou o prosseguimento da luta pelo ACT e condenou frontalmente as manobras dos divisionistas (Federação dos Quadros e paralelo dos maquinistas), do Conselho de Gerência e do Governo demitido, que apoia e estimula a divisão, ao concluir um acordo separado com os divisionistas que beneficia menos de 5% dos trabalhadores da CP. Na foto, um aspecto da mesa da conferência a que daremos o devido destaque no próximo número do «Avante!»

Êxitos, dificuldades e perspectivas do trabalho do Partido no distrito de Castelo Branco • Entrevista com membros da Comissão Distrital

Quando se pensa em zonas difíceis para o trabalho do partido, acodem-nos à memória alguns distritos, algumas regiões onde a influência das forças democráticas em geral e dos comunistas em particular é fraca, onde ainda imperam o caciquismo e o reaccionarismo, onde o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores, o esclarecimento político e a organização não atingiram o nível suficiente para fazer frente, com êxito, ao obscurantismo, à exploração e à opressão que perduram.

As Beiras são uma das regiões apontadas no 9.º Balanço Geral de organização, onde alguns concelhos se podem considerar zonas difíceis. Numa visita que fizemos à Covilhã tivemos oportunidade de conversar com camaradas da Comissão Distrital de Castelo Branco e com o camarada Carlos Vale, membro do Comité Central e da DOR, que nos falou da situação do distrito, as suas diferenças, as direcções de trabalho que o Partido aponta no esforço de ataque às zonas difíceis.

Foi o camarada Carlos Vale, responsável pelo concelho de Castelo Branco, quem caracterizou o distrito:

— O distrito de Castelo Branco tem três zonas distintas — uma industrial, outra de campesinato, outra ainda, a "zona do pinheiro", cuja principal actividade consiste na exploração madeireira e resinícola e a que corresponde a quatro concelhos: Vila-Rêla, Sertão, Póvoa e Ovelhas. Há portanto diferenças e, na "zona do pinheiro", por exemplo, as dificuldades que se encontram baseiam-se no isolamento a que as populações têm estado sujeitas em todos os aspectos. Em Ovelhas, para referir um caso, havia apenas um médico para os seus vinte mil habitantes. O poder ser considerada uma zona difícil põe-se mais ali porque quem detém o poder económico são os caciques da direita, manipulando e obrigando as populações pouco esclarecidas a seguir as suas orientações.

Os homens das serras de madeiras mantêm um clima de exploração pronunciado. É o caso do Alfredo Alves, um ex-ANP de Ovelhas; do Daniel Lourenço, de Póvoa e Nova; do Sebastião Alves, também ex-ANP, e que foi um homem da Celulosa Tejo. Não podemos esquecer — sublinhou o camarada — a questão dos resinheiros que os madeireiros exploram. Essa exploração chega mesmo até aos pequenos proprietários de pinhais: os madeireiros levam a resina e, por vezes, só a pagam dois anos depois.

Trata-se ainda de uma zona difícil — e estou a lembrar-me do caso de Póvoa e Nova — porque qualquer indivíduo que queira manifestar a sua opinião é ameaçado e agredido. Por exemplo, há tempos, um retornado, pessoa progressista, teve mesmo de deixar a terra. E havia ataques a sessões de esclarecimento, nitidamente comandadas pelo tal Daniel Lourenço e os seus arregimentados.

Um clima de mudança

— Esse clima mantém-se? — Esse clima mantém-se, mas notam-se modificações positivas que encontram a sua razão na preservação das forças democráticas — há já

"Há boas perspectivas de trabalho nestas zonas porque existe uma deslocação das populações no sentido da esquerda"

algumas pessoas que, ou ignoram ou enfrentam mesmo as ameaças. E também porque as autarquias eleitas em maioria PPD e CDS não têm cumprido as promessas que fizeram durante as eleições. As comissões de moradores recomparam a sua actividade e exigem modificações no panorama daqueles concelhos.

— As dificuldades que se encontram em certas zonas e menos noutras — disse entretanto o camarada Carlos Vale — estão ligadas a questões como a da industrialização, das tradições de luta, do desenvolvimento. A existência de indústrias na Covilhã, em Alcanais, em Vila Velha de Ródão, modificam positivamente a situação. E isso reflecte-se, também, no trabalho do Partido.

Nas zonas de campesinato — acrescentou —, as situações variam. Temos, por exemplo, a Idanha, onde há cooperativas agrícolas, situada na zona de intervenção da Reforma Agrária, onde há óptimas condições para desenvolver o trabalho.

As dificuldades para avançar mais rapidamente no trabalho estão muito ligadas à pouca disponibilidade de quadros, à falta de quadros experimentados. Quadros com experiência podem avançar, por exemplo, na "zona do pinheiro", mais rapidamente. E vamos nesse sentido: já se realizaram convívios em que participaram dezenas de pessoas. Mesmo numa zona onde havia apenas

um militante, avançou-se no trabalho unitário e as comemorações do 25 de Abril, do 1.º de Maio e uma festa integrada no AIC constituíram êxitos. São necessários quadros que saibam encontrar as soluções orgânicas para o trabalho nas zonas difíceis, que saibam encontrar as formas de o concretizar.

Pode no entanto afirmar-se que há boas perspectivas do trabalho nestas zonas porque existe uma deslocação das populações no sentido da esquerda, enquanto que o anti-comunismo se encontra bastante esbaldado.

O camarada Pessoa, que acentuou estar também ligada a característica de zona difícil ao afastamento dos grandes centros, falou das direcções fundamentais do trabalho do Partido:

— Em todo o distrito há uma direcção fundamental que se impõe: o recrutamento. Depois da Campanha das Condições de Abril não tem havido um

força orgânica nas empresas. Trata-se, no caso da Covilhã, de um sector em crise, e não é fácil responder a esses problemas. É a crise dos lanifícios que não encontra da parte do Governo a vontade de solucioná-la. A ideia deles é deixar cair a maioria das empresas para depois promover duas ou três maiores.

Ora é preciso alargar a influência do Partido a partir da que já temos. Em algumas empresas com mais de cem trabalhadores temos apenas um militante e é a falta de quadros intermédios que tem, também, dificultado, o alargamento desses números. Mas há exemplos de um bom trabalho nesse sentido: é o caso das minas da Panasqueira, empresa que tem cerca de 1700 trabalhadores e onde a influência do Partido era muito pouca ainda há cerca de ano e meio, por falta de quadros que rompessem com o trabalho. O surgimento de um quadro dedicado e com espírito de iniciativa levou ao crescimento rápido da célula que é hoje a maior do distrito, embora a organização não seja fácil porque há uma certa flutuação: trabalhadores que entram e saem. Muitos jovens, procurando o primeiro emprego, aceitam, por pouco tempo, a dureza das condições de trabalho da mina e saem na primeira oportunidade que encontram.

E em relação ao trabalho camponês? — quisemos saber —, quais têm sido as medidas para reforçar esse sector?

O camarada Moraes respondeu-nos:

— Estamos a fazer uma campanha para aumentar o número de camponeses no Partido. É uma decisão que decorre das resoluções do IX Congresso e considerando, também, que o número de camponeses no Partido não corresponde às inúmeras movimentações de massa dos rendeiros e dos agricultores em geral — manifestações de protesto, abaixo-assinados — que se relacionam com os seus problemas e lutas. O Partido deve reforçar a sua organização para poder dar mais força à luta dos camponeses no sentido da resolução dos seus problemas.

O único partido com actividade regular

Noutros sectores também avança o trabalho de recrutamento. É o caso de Castelo Branco, de que nos falou o camarada Carlos Vale:

— Castelo Branco é uma cidade essencialmente de serviços e os arredores são

estruktur

Mas nem em toda a parte, como vimos, as zonas são difíceis. Há outras onde a organização do Partido, em número e estruturação, é significativa. A Covilhã, por exemplo. A propósito do trabalho aí, esclareceu-nos o camarada Cardoso:

Aqui o aspecto da estruturação visa dar mais importância às empresas. O bom ou mau trabalho que se possa realizar junto dos trabalhadores e no encontrar de soluções dos problemas laborais, depende de uma maior

rural. A fraca implantação de indústrias faz o Partido sentir-se da fraca participação da classe operária nas suas fileiras e a direcção aí é, pois, o recrutamento no seio da classe operária, tanto na cidade como em Alcanais e em Cebolais de Cima. Trata-se de um concelho onde se tem trabalhado à vontade e não tem surgido entraves à actividade do Partido. Aliás, o Partido Comunista é o único que tem mantido uma actividade regular em todo o distrito. Os seus Centros de Trabalho abrem regularmente e há mesmo Centros abertos quase ininterruptamente.

Chegar a altura de falarmos precisamente dos Centros de Trabalho do Partido. O camarada Moraes principiou por dizer-nos:

— Não faim projectos nem vontade para responder às necessidades existentes nesse campo. O Centro de Trabalho que nos parece ser o mais necessário é o de Vila Velha de Ródão. Os camaradas estão entusiasmados com a possibilidade da compra de um terreno para a construção de um Centro e esperam a ajuda do Partido.

O camarada Carlos Vale

interviu: — Há uma forte implantação do Partido no concelho de Vila-Velha, a grande célula da Portucel, e é o concelho do distrito com maior percentagem de votação nos comunistas.

O camarada Moraes retomou: — Também em Malpica do Tejo os camaradas têm um terreno em perspectiva e querem iniciar a construção do Centro. É uma terra essencialmente rural, junto à fronteira, com tradições de luta. Em Lourical do Campo, há uma casa e as obras começaram já. Em Paul, no concelho da Covilhã, alugamos uma casa para outro Centro de Trabalho.

A camarada Delfina, por seu lado, informou que, em Peroviseu, foram iniciados contactos para o aluguer de uma casa. Na Sertão há também um projecto nesse sentido.

E, por fim, o camarada Cardoso disse:

— Nas minas da Panasqueira, onde a falta de um Centro de Trabalho se faz sentir muito, procurou-se por todo o lado. Mas é tudo da mina, tudo da multinacional, tudo lhes pertence, o que limita muito

a actividade do Partido na zona.

— Os Centros de Trabalho são de grande importância — arrematou o camarada Moraes — para assentar o nosso trabalho de organização. Quando não há casa, começam as dificuldades de reunião. Mas não é o completo impeditivo. Nós vamos mesmo aos cafés, às tasas, a casas de camaradas e, por vezes, temos de alugar uma sala.

Fundos, questão essencial

— O funcionamento do Partido, a abertura de Centros de Trabalho, a possibilidade de haver mais quadros a funcionar a tempo inteiro, tudo isso implica uma política de fundos que o possibilitem. Quais os problemas a nível de fundos?

— O grande problema do Partido, em matéria de fundos, neste distrito, deriva, em parte, do facto de se tratar de uma zona muito extensa — é o terceiro distrito, em área, do país, com onze concelhos, um dos quais, a Idanha, é o segundo concelho de Portugal. Para acompanhar o trabalho são necessários quadros a tempo inteiro, que

a organização distrital não

podido fornecer. Por outro lado a média quotizâncias é baixa — podemos esquecer que se trata de uma zona de campesinato pobre e que as indústrias existentes se encontram em crise. Para além da coligação do Partido tem vivido muito também, da venda de materiais de dadas, das receitas dos seus bares, das campanhas de fundos que se têm efectuado ultimamente com alguma regularidade.

Neste momento as dificuldades são grandes, mas há um melhoramento do trabalho nesse campo. Temos em curso uma campanha de recolha de fundos para desbloquear dificuldades. Mas não temos ainda uma comissão de fundos, apontamos uma organização de breve criação.

O problema de fundos implica a própria actividade do Partido, porque, para se arranjar fundos financeiros, se precisa muito tempo que poderia ser aproveitado em outras tarefas de organização e actividade de trabalho seria mais rentável o campo político. Mas embora podemos esquecer que

O «Avante!» nos Centros de Trabalho do concelho da Covilhã

Como surgiram os Centros de Trabalho na Covilhã, qual a sua vida, as suas dificuldades, a projecção que têm junto dos militantes do Partido, dos trabalhadores, da população? Aproveitando a curta estadia no concelho, acompanhados do camarada Cardoso, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco, visitámos os quatro Centros de Trabalho do concelho. Ou melhor, visitámos apenas três deles, que o de Almeida de Carvalho, era impossível, na tarde de sábado passado, lá ir. O incêndio que grossou num armazém da Covilhã impedia o trânsito naquela direcção durante essa tarde. Mas estivemos no Centro da Covilhã, uma velha casa apalçada, alta nos seus vários andares pendurados sobre as serras.

E ali que reúne a organização têxtil do concelho, as organizações da Freguesia, é ali que, por vezes, reúne a Comissão Distrital de Castelo Branco. Tem uma vasta sala de convívio, janelas abertas sobre um pequeno

pátio ajardinado. Nos momentos de confraternização nos intervalos das reuniões, a sala de convívio, com o seu bar, é o lugar das conversas informais dos comunistas, que bebem o seu café, trocam impressões sobre a situação política, comentam as últimas notícias. E o sotaque que os separa dos camaradas do Alentejo ou do Norte, não chega para dar outra imagem, substancialmente diferente, dos outros centros do Partido, pelo país fora. São as mesmas preocupações.

E a mesma camaradagem, o mesmo espírito de luta que anima todos os que, naquela tarde de sábado, encontramos na Covilhã. As dificuldades, decorrentes de uma actividade em região diversa das dos grandes centros operários ou da Reforma Agrária, não limita a sua confiança no futuro, a sua determinação nas lutas que travam. Nas montanhas ou na planície, são os mesmos, os camaradas que travam as batalhas diferentes por um Portugal melhor.

O Centro de Trabalho da

Covilhã, aberto quase em permanência, as suas salas onde os tecos de madeira pintados lembram as épocas senhoriais dos privilégios de capelas particulares, anunciam já tempos de mudança na Beira Baixa. Velhas portas de casas abandonadas que o 25 de Abril veio abrir pelas mãos dos comunistas.

Visitámos depois o Centro de Trabalho de Tortosendo, lugar de velhas tradições de luta, onde a primeira casa do Partido, aberta ainda em 1974, exiguas demais para a actividade e a importância da organização operária, deu lugar a um centro moderno, construído a partir das ruínas de um velho prédio, por um amigo do Partido que deixou ao critério da organização o pagamento da renda. Na tarde de sábado, encontramos o Centro ainda fechado. Aos dias úteis, a partir das 5 horas da tarde, o Centro movimentava-se. São as reuniões dos operários têxteis.

Nota-se, disse-nos o camarada Cardoso, uma certa desmobilização nas

actividades do Centro. Hoje já uma Comissão de Bar com equipas organizadas que, no mercado de incompreensão relativas às tarefas ligadas aos fundos, nomeadamente à prestação de uma ajuda material activa a organizações que debaixaram a sua actividade.

— É preciso de continuidade do trabalho, encarar e vencer a batalha dos fundos para o Partido, reforçar a organização nesta actividade, o Centro de Trabalho pode e deve ter importância relevante.

— afirmou-nos o camarada Cardoso, enquanto visitávamos as várias salas e gabinetes de trabalho onde as quais se destacava, especialmente, dedicada à actividade dos jovens comunistas.

Estivemos depois em Telxoso. Numa casa que bordou em tempos, uma escola, e que se encontrava abandonada quando o Partido, comunista, dedicou a ela uma actividade militantes, sobretudo jovens são

Continua o trabalho • Nova jornada no próximo

Se quiser ver de que são capazes os comunistas (e dar uma ajuda sempre bem-vinda) passe no próximo fim-de-semana pelo Casalinho da Ajuda, a Monsanto — local onde este ano se vai realizar a Festa do «Avante!».

Desde já garantimos que o local não parece o mesmo de há umas semanas. E não parece o mesmo graças ao esforço de centenas e centenas de camaradas e amigos que por ali têm passado sábados e domingos, desmatando, tirando as pedras, proporcionando uma fisionomia nova ao terreno, que ficará absolutamente irreconhecível daqui a pouco mais de dois meses — mais concretamente em 7, 8 e 9 de Setembro, data em que a Festa decorre.

Desporto: de novo ponto alto da Festa!

Novamente este ano, e na sequência do grande êxito alcançado o ano passado, as actividades desportivas terão um importante lugar na Festa do «Avante!». Este facto justifica-se pela crescente importância da prática e da divulgação da cultura física e do desporto dentro das actividades do Partido, acção esta que, como se sabe, teve um ponto alto com a realização do Encontro Nacional, em Março passado.

O programa desportivo da Festa incluirá, nomeadamente, o futebol, a Corrida e Marcha, os Jogos Tradicionais, o xadrez, as damas e a ginástica, prevendo-se, para além de significativas presenças internacionais, a participação activa de numerosas colectividades e clubes populares.

A pouco e pouco iremos dando mais pormenores sobre o que vai ser o desporto na Festa. No dia 7 de Julho, um sábado, realiza-se em Lisboa a primeira reunião da Comissão Organizadora Nacional, no decorrer da qual serão definidos mais no concreto não só o programa desportivo da Festa mas também as tarefas a desenvolver nas organizações até princípios de Setembro.

Entretanto, informamos desde já que, no que se refere ao futebol, tudo se passará de forma semelhante ao ano passado, isto é, com uma fase de apuramento regional a realizar por todo o país, efectuando-se a final em Lisboa num dos dias da Festa. Isto quer dizer que os torneos regionais podem e devem começar desde já a ser preparados, de modo a que tudo se faça com tempo, tanto mais que, tal como no ano passado, se prevê a inscrição de muitas dezenas de equipas.

A Festa da Unidade na Arruda dos Vinhos e o 1.º Sorteio da EP já no fim-de-semana



A Festa da Unidade, na Amadora, vai ser já no próximo fim-de-semana. E o primeiro Sorteio das EP's também. Junto à estação de caminhos-de-ferro da Amadora, com entrada livre para toda a gente, cerca de vinte pavilhões esperam os inúmeros visitantes que, na sexta, no sábado e no domingo próximos, virão animar, com a sua alegria, as actividades que a organização do PCP na localidade promove pela segunda vez.

No sábado, actuam grupos corais alentejanos: da Filarmónica da Amadora, da Brandoa e de

Camaxide. E ainda participam artistas Adriano Correia de Oliveira e Nuno Gomes dos Santos, na grande Noite de Fado encerrando as festividades desse dia, com a participação de Abílio Duarte, António Pinto, César Pinto, Eduardo Mota, Guida Olival, João d'Alto, Manuel Castanheira, Manuel Matos, Natércia de Fátima, Rui Oliveira e Tonizette. Finalmente no domingo, a festa começa com uma manhã de apresentações em que há provas desportivas e espectáculo com o professor Minhocas, Samuel e o Raposo, o Folclórico Infantil da Brandoa, a Criança e, depois, actuações de Jorge Letria, grupos corais e de



Dia 29, Sexta-feira

Pombalinho, às 20 e 30 horas, sessão na Casa do povo com o camarada Vítor Fernandes da DORSA. • Santarém, às 21 e 30, Arraial Popular de S. Pedro, no Largo dos Pastelheiros, promovido pela Comissão Concelhia do Partido.

Dia 30, Sábado

Porto de Muge, às 21 horas, sessão no Lusitano Futebol Clube. • Coruche, início da Festa do Vale do Sorral. • S. Vicente do Paul, às 21 horas, sessão na Casa do Povo. • Canal Caveira (Grândola), às 21 e 30 horas, Canto Livre e Baile. • Alvalade-Sado, às 16 e 30 horas, na Casa do Povo, sessão de esclarecimento com a camarada Luisa Araújo da DORS, membro suplente do CC. • Zambujal (perto da Póvoa de St.ª Iria), às 21 horas sessão de esclarecimento, nos Bombeiros, com o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido.

Dia 1, Domingo

Arruda dos Vinhos, 1.ª Assembleia Concelhia, às 17 horas, sessão com o camarada Dias Lourenço da Comissão Política do Comité Central. • Almada, às 10 horas, no Pavilhão da Romeira, Assembleia de Célula da ENI para análise da ofensiva patronal na empresa. • Sobreda (Almada), às 15 horas, inauguração do Centro de Trabalho com uma intervenção do camarada José Maia, membro suplente do CC. • Laranjeiro, festa-convívio no Centro de Trabalho para recolha de fundos para a Festa do «Avante!». • Trafaria, durante todo o dia, piquenique com a participação de camaradas da Póvoa de St.ª Iria. • Évora, às 10 horas, Assembleia da Reforma Agrária, no Salão Nobre, com a participação do camarada Joaquim Gomes da Comissão política do Comité Central. • Lisboa (Casal Ventoso), às 18 horas, comício, durante a Festa de inauguração do Centro de Trabalho, com a participação do camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central. • Coruche, às 18 e 30 horas, comício, durante a Festa do Vale do Sorral, com o camarada Bianqui Teixeira da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Actividades do Partido

• Festa na Quinta do Conde — No sábado passado, na Quinta do Conde, concelho de Sesimbra, realizou-se uma festa popular em que participaram cerca de duas centenas de pessoas. Durante esta iniciativa, promovida pela organização local do Partido, interveio o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, que falou da actual situação e das alternativas que possam surgir para a saída da crise. A festa continuou depois, com os tradicionais petiscos e um baile.

• Festa em Vale do Sorral — É no próximo fim-de-semana, em 30 de Junho e 1 de Julho, que se realiza a Festa do Vale do Sorral, Coruche. Além de Folclore, Desporto, Baile, Palhaços, Canto Livre, Mercado da Reforma Agrária, esta Festa terá, às 18 e 30 de domingo, a presença do camarada Bianqui Teixeira, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que participa num comício. A Festa encerra com uma Noite de Fado às 22 horas.

• 5.ª Festa da Revolução — Com Canto Livre, diversões, restaurantes e bares, actividades infantis, desporto, teatro, cinema e exposições, um comício, um acampamento e venda de produtos da Reforma Agrária, vai realizar-se na Baixa da Banheira, promovida pela Comissão Concelhia da Moita do PCP, a 5.ª Festa da Revolução, nos dias 6, 7 e 8 de Julho. Os trabalhos e iniciativas desportivas para a Festa já se iniciaram, tendo-se realizado algumas provas e eliminatórias no passado dia 17, com muita afluência de crianças em representação de Comissões de Moradores, colectividades e grupos desportivos da Baixa da Banheira. Os trabalhos de limpeza do terreno já começaram também e no próximo fim-de-semana arranca

a montagem dos pavilhões e outras estruturas da Festa. Ninguém vai faltar, na Moita, à 5.ª Festa da Revolução!

• Alegria no Buçaco — Vindas de vários pontos do distrito, largas centenas de pessoas participaram, no último domingo, na Festa do Buçaco. Vários ranchos folclóricos, entre eles o de Formen-telos, animaram o convívio, apesar das tentativas que a reacção levou a cabo para que a festa se não realizasse, chegando a oferecer dezenas de contos àquele rancho para que a sua participação se não verificasse. Cunho popular, são convívio, fraternidade, foram as características da Festa, que contou com a presença do camarada Carlos Luis Figueiras, do Comité Central.

• Homagem a Carlos Ferreira Soares — A Comissão de Freguesia de Nogueira da Regedora, Vila Feia, promove, no próximo domingo, uma homenagem a Carlos Ferreira Soares — o militante comunista conhecido entre o povo da região, como o Dr. Prata, o Médico do Povo. Nela tomarão parte o democrata Dr. Manuel Fretche Monteiro e a camarada Maria Manuela Vaz Serra.

• Centro de Trabalho no Casal Ventoso — Com um programa variado, inaugura-se no próximo domingo o novo Centro de Trabalho do Casal Ventoso, em Lisboa. Às 10 horas, começa a manhã infantil, com pinturas, moldagem, corridas de saco, palhaços, o dr. Minhocas, a acção dos Pioneiros de São Bernardo e de um acor-deonista. De tarde há canções, das 17 às 18 horas. E, a seguir, um comício, em que intervirá o camarada José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central. Finalmente, às 21 e 30, Fados

e Canto Livre com o Grupo «Cantar Abril». A encerrar, há baile.

• Campanha em Setúbal — Integrado na Campanha de Fundos para o Centro de Trabalho do Partido em Setúbal, realizou-se no passado sábado, promovido pela célula da Setenave, um espectáculo nas Instalações da Incrivel Almadsene, em que participaram o poeta José Carlos Ary dos Santos e os cantores José Jorge Letria, Teresa Paula Brito e Samuel.

• Grândola, Festa da Fraternidade — Lembramos de novo que se aproxima a data da Festa da Fraternidade, em Grândola, nos próximos dias 7 e 8 de Junho! Apenas por quarta escudos — que é quanto custa a EF, a Entrada da Fraternidade — os visitantes poderão ter acesso a um vasto programa de actividades e ainda se habilitam a um sorteio a realizar no último dia. No dia 7 a festa começa com uma alvorada e às 9 da manhã é a abertura. Às 10 horas têm início os torneios de Futebol de Cinco e o do Palito; às 11, torneio de matraquilhos; às 12, torneio de damas; às 15 horas, além de um colóquio sobre a Mulher e a Criança, há Canto Livre; 19 horas, momento literário; 21, Cinema e Canto Livre; 23 horas, baile. No dia seguinte, domingo, depois da abertura, continuam os torneios; às 11 horas, Canto Livre; às 14, colóquio sobre a Reforma Agrária; às 15, final do Torneio de Damas; 16, Canto Livre; às 18 e 30, Comício, entrega dos prémios e sorteio da EF; às 20, apuramento de Poemas Populares; às 21, colóquio sobre Comunicação Social; finalmente, às 22 horas, começa a Noite de Fado e o Cinema, antes do encerramento da Festa da Fraternidade, que será às 0 horas.

A CDL PRESENTE NA FESTA DA UNIDADE

com ALDEIA DO LIVRO E DO DISCO

Sessões de autógrafos

LIVROS DA FESTA

Rumo à Vitória — 24000 — 14500

Vanguarda Revolucionária — 15000 — 90500

Em compras de discos superiores a 500\$00 oferta de 1 single

A campanha dos 20 mil contos arranca no dia 1 de Julho

A Campanha dos 20 mil contos para uma sede no Norte à altura do Partido arranca no próximo dia 1 de Julho. Entretanto, sem esperarem pela data oficial de início desta importante iniciativa, anunciada no IX Congresso, inúmeros militantes, simpatizantes e amigos do Partido já deram as suas primeiras contribuições e, a nível dos organismos da ORN, trabalha-se afinadamente para a criação de condições susceptíveis de contribuírem para ser concretizada.

Já se realizaram, ou estão convocadas, reuniões para ser colectivamente discutida a forma como a Campanha irá ser orientada nos diversos sectores, para ser definida a respectiva meta parcelar, para delinear o seu desenvolvimento, para escolher os camaradas que a acompanharão mais de perto, para criar as

condições necessárias ao sucesso desta grande, complexa e exaltante tarefa, que assegurará a existência de um grande Centro de Trabalho no Norte.

São conhecidos os importantes sucessos alcançados pelo PCP nos cinco distritos do Norte do País, cuja organização se tem fortalecido, incrementado os seus

efectivos, ampliado a sua capacidade de acção e de intervenção. Cada dia que passa, é cada vez mais forte e mais interveniente a torrente popular, catalizada e apoiada pelos milhares e milhares de militantes, simpatizantes e amigos do Partido dos trabalhadores, da verdade e do futuro.

As ameaças que pairam sobre o Centro de Trabalho de Aníbal Cunha não estão desligadas desta realidade. Há muito quem tema e saiba que é irreversível e crescente a adesão dos camponeses, dos trabalhadores, de pequenos e médios proprietários, comerciantes e industriais do Norte ao Partido Comunista Português. No entanto, sem deixar de defender os seus interesses e direitos, relativamente à sua primeira sede na cidade do Porto, a DORN decidiu meter ombros a uma Campanha que, em si mesma, revela confiança, determinação e será uma rica imagem do PCP na região, do seu prestígio e da sua influência.

Sacrifício, esforço e espírito de iniciativa

Os camaradas e amigos da Organização Regional do Norte estão empenhados numa tarefa que não é fácil, mas será cumprida. Todos sabem a importância da existência de um local onde se possa discutir, conviver, traçar a orientação, participar activamente na vida desse grande

colectivo que é o nosso Partido. Foi justamente a pensar nisso e no futuro que a DORN se lançou à conquista de uma sede que estivesse em correspondência com o prestígio do PCP no Norte.

Será necessário um enorme espírito de sacrifício e um elevado sentido das responsabilidades dos camaradas e amigos dos cinco distritos a Norte do Douro. Em primeiro lugar, há que discutir em cada organismo a forma como irá ser alcançado um determinado quantitativo que, somado aos restantes, atinja a cifra dos 20 mil contos. É conhecida a existência de situações diversas, de célula para célula, de camarada para camarada, de amigo para amigo. Este factor é importante, na medida em que deve ser respeitado na definição das metas sectoriais. Ele próprio revela o infundado de tendências igualitaristas que poderiam surgir, aqui ou ali, prejudicando o sucesso

da campanha.

Há muitas formas de contribuir

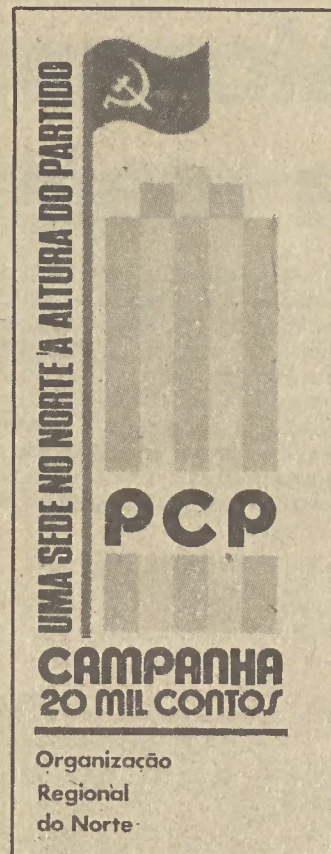
O arranque da Campanha coincide com o início do período de férias. Trata-se de um factor

a ter em conta, no seu delineamento, mas essa realidade pode dar um bom empurrão inicial. O subsídio de férias está ou vai ser pago. Os militantes, simpatizantes e amigos do Partido devem poder reservar uma parcela daquele para darem o seu primeiro contributo. Será a sua primeira demonstração de apoio à iniciativa da DORN, cujo somatório poderá alcançar um quantitativo importante.

Como a Campanha arranca no domingo, não é possível para já definir o seu termo, devendo no entanto prolongar-se num lapso de tempo suficiente para ser concretizada. Já aqui referimos que será feito um controlo rigoroso das verbas recebidas, através da venda de cupões, dos resultados das iniciativas, de outros tipos de contributos, seja através dos cartões de compromisso.

É natural que esta última forma de recolha de fundos não esteja suficientemente divulgada. Trata-se de um documento onde ficará registado o montante mensal que, ao longo de um ano e até 1 de Julho de 1980, cada camarada ou amigo se propõe entregar ao Partido para a Campanha dos 20 mil contos. Foram editados cartões de compromisso nos valores de 100 escudos, 250 escudos, 500 escudos, 1000 escudos e 5000 escudos, por mês, assim como talonários semelhantes aos das quotas, que funcionarão como recibos.

Há também livros de recibos



para registar contribuições de qualquer valor, que serão divulgadas periodicamente, no nome do contribuinte ou numa rubrica por si designada. Além das ofertas em dinheiro, é possível contribuir para a Campanha por outros modos: através da dádiva de géneros alimentícios, materiais de construção, móveis bons, roupas novas, peças de tecido, etc, que serão leiloados ou vendidos.

CAMPAÑA DOS 20 MIL CONTOS

UMA SEDE NO NORTE À ALTURA DO PARTIDO

Nº / 5000

COMPROMISSO de 250\$00 por mês

NOME

CAMARADA QUE RECEBE

Nº CARTÃO ORGANIZAÇÃO

Férias também são trabalho político

As férias estão aí. Já começaram, mesmo, para muitos trabalhadores. As estradas o dizem, com o movimento desmesurado dos fins-de-semana. Há ainda falhas na rede de estradas, mas os magros proventos lhes permitem. E, muitas vezes, em direcção às terras de origem, onde a família espera ver os filhos, os netos mais crescidos. Como todos os trabalhadores, milhares de comunistas, se deslocam pelo país fora e, juntando o útil ao agradável, estão dispostos, ao mesmo tempo que esperam o merecido descanso do trabalho anual, a ajudar ao outro trabalho que os ocupa sempre: o trabalho político.

Quando nasceram e foram criados, onde cresceram e ganharam prestígio pela sua honestidade, pelas suas posições francas que tantas vezes lhes causaram dissabores e lutas árduas mas não abandonaram nunca os comunistas são conhecidos. São daqueles que, quando chegam, ricos da experiência, tantas vezes mais rica que aquela

que se vive em tantas terras, separadas do resto do Portugal democrático pelas barreiras levantadas por caciquismos que o esclarecimento político não conseguiu ainda destruir.

Assim novas tarefas se põem a muitos camaradas, cuja origem os leva a terras onde a democracia não chegou completamente: esclarecer os amigos, os familiares, contar-lhes a vida e a luta que são as experiências diárias do comum dos grandes centros, é valioso. Mas não é apenas isso que se pede ao que mais tarde venham a permitir a criação de uma nova organização. E comunicar a sua experiência e as ligações que estabeleceram, à Comissão Central de Organização que poderá dinamizar contactos e orientar o trabalho de modo que, na terra isolada onde o Partido não chegou, passe a haver uma nova organização do PCP.

Quando essa comunicação não possa ser feita pessoalmente, nada mais fácil do que comunicar com a Comissão Central, de

Norte: Acampamento da Amizade

Nos próximos dias 7, 8 e 9 de Julho vai realizar-se o grande Acampamento da Amizade na Madalena, por iniciativa da organização local e da Comissão Concelhia de Gaia do PCP, no quadro da Campanha dos 20 mil contos — para uma Sede no Norte à altura do Partido.

Situado a pouca distância do mar e do parque de campismo da Madalena, o acampamento vai ser

cenário e pretexto para uma animada jornada de convívio, de cultura e de recreio.

Do programa, já elaborado, salientamos: na noite de sexta-feira, dia 7, grande festa. No sábado à tarde, jogos; à noite, às 21 e 30, comício seguido de uma sessão de canto livre do Baile da Amizade. A manhã de domingo será dedicada às crianças, no

quadro do AIC, e à tarde a jornada encerra com jogos e uma prova de corta-mato para todos os que tiveram penas...

É simples participar: basta arranjar uma tenda e fazer a inscrição no CT de Gaia — Av. da República 747.

Pelo que se diz e pelo que se pode imaginar, será um belo fim-de-semana, este que os

camaradas da Madalena, e da Concelhia de Gaia, não vão proporcionar. Mas quem quiser ter ideias mais precisas, dirija-se à Madalena já no próximo domingo: a jornada de limpeza do local prevista e a sessão de convívio que se organizará anteciparão de uma semana os bons momentos que viveremos durante o Grande Acampamento da Amizade!

Viagem da UJC e UEC à União Soviética



Nas últimas semanas foi divulgada nas páginas do «Avante!» uma viagem colectiva à Itália, a realizar em Setembro, promovida conjuntamente pela UJC e UEC. Hoje, revelamos outra iniciativa idêntica, mas esta para proporcionar a dois grupos de 30 pessoas a presença nas comemorações da Revolução Socialista de Outubro, na URSS. Aqui ficam os pormenores: a partida será em 6 de Novembro e o regresso no dia 13; durante a estadia das 60 pessoas inscritas,

além das comemorações do Grande Outubro em Moscovo, serão visitadas outras cidades, estando garantida a alimentação, alojamento e transportes. Tudo isto por 16 000\$00!

Quanto às condições de inscrição e pagamento, há a salientar:

1. A inscrição será considerada definitiva com a entrega do sinal de 5000\$00.

2. O restante pagamento poderá ser efectuado de uma só vez ou em duas prestações — 7000\$00 até

5 de Setembro; 4000\$00 até 5 de Outubro.

3. Haverá uma lista de espera para as inscrições não definitivas ou meras manifestações de interesse.

4. Para inscrições, pagamentos e informações devem os interessados contactar, o mais brevemente possível, a sede central da UJC/UEC (Rua Sousa Martins, n.º 8, 1000 Lisboa. Telef. 55 73 49/55 73 64).

Para a Festa do «Avante!» fim-de-semana

na cidade internacional, do serviço da CDL e outros. O elemento 3.º é a camarada Romeu, do departamento de assistência social. A partir desta semana vai já ser a vez do elemento 4.º, o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 5.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 6.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 7.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 8.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 9.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 10.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 11.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 12.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 13.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 14.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 15.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 16.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 17.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 18.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 19.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 20.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 21.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 22.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 23.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 24.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 25.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 26.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 27.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 28.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 29.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 30.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 31.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 32.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 33.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 34.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 35.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 36.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 37.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 38.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 39.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 40.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 41.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 42.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 43.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 44.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 45.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 46.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 47.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 48.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 49.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 50.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 51.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 52.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 53.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 54.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 55.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 56.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 57.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 58.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 59.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 60.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 61.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 62.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 63.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 64.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 65.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 66.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 67.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 68.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 69.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 70.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 71.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 72.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 73.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 74.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 75.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 76.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 77.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 78.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 79.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 80.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 81.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 82.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 83.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 84.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 85.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 86.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 87.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 88.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 89.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 90.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 91.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 92.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 93.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 94.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 95.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 96.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 97.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 98.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 99.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 100.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 101.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 102.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 103.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 104.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 105.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 106.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 107.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 108.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 109.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 110.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 111.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 112.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 113.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 114.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 115.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 116.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 117.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 118.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 119.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 120.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 121.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 122.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 123.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 124.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 125.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 126.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 127.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 128.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 129.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 130.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 131.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 132.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 133.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 134.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 135.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 136.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 137.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 138.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 139.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 140.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 141.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 142.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 143.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 144.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 145.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 146.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 147.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 148.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 149.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 150.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 151.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 152.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 153.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 154.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 155.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 156.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 157.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 158.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 159.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 160.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 161.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 162.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 163.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 164.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 165.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 166.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 167.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 168.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 169.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 170.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 171.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 172.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 173.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 174.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 175.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 176.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 177.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 178.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 179.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 180.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 181.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 182.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 183.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 184.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 185.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 186.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 187.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 188.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 189.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 190.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 191.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 192.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 193.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 194.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 195.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 196.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 197.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 198.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 199.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 200.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 201.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 202.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 203.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 204.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 205.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 206.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 207.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 208.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 209.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 210.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 211.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 212.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 213.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 214.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 215.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 216.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 217.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 218.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 219.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 220.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 221.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 222.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 223.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 224.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 225.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 226.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 227.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 228.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 229.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 230.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 231.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 232.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 233.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 234.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 235.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 236.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 237.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 238.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 239.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 240.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 241.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 242.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 243.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 244.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 245.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 246.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 247.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 248.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 249.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 250.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 251.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 252.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 253.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 254.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 255.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 256.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 257.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 258.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 259.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 260.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 261.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 262.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 263.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 264.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 265.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 266.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 267.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 268.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 269.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 270.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 271.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 272.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 273.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 274.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 275.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 276.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 277.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 278.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 279.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 280.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 281.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 282.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 283.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 284.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 285.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 286.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 287.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 288.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 289.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 290.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 291.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 292.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 293.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 294.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 295.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 296.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 297.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 298.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 299.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 300.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 301.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 302.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 303.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 304.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 305.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 306.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 307.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 308.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 309.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 310.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 311.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 312.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 313.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 314.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 315.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 316.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 317.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 318.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 319.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 320.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 321.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 322.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 323.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 324.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 325.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 326.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 327.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 328.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 329.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 330.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 331.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 332.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 333.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 334.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 335.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 336.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 337.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 338.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 339.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 340.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 341.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 342.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 343.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 344.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 345.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 346.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 347.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 348.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 349.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 350.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 351.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 352.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 353.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 354.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 355.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 356.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 357.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 358.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 359.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 360.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 361.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 362.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 363.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 364.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 365.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 366.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 367.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 368.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 369.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 370.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 371.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 372.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 373.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 374.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 375.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 376.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 377.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 378.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 379.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 380.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 381.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 382.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 383.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 384.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 385.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 386.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 387.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 388.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 389.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 390.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 391.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 392.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 393.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 394.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 395.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 396.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 397.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 398.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 399.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 400.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 401.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 402.º é o camarada João, do departamento de assistência social. O elemento 403.º é o camarada João, do departamento de assistência social.

Monumento perpetua em Almada a resistência antifascista

No passado domingo, por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Almada e da URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses), foi inaugurado na Praça do Movimento das Forças Armadas, em Almada, o Monumento aos Perseguidos. Este monumento, de grande força expressiva, representa um homem e uma mulher erguidos sobre uma única base. A estátua é da autoria do Mestre Anjos Teixeira, que a concluiu em 1969, ano marcado por uma intensa repressão sobre o povo de Almada, e foi comprada com o dinheiro angariado em subscrição pública.

Com a assistência de milhares de pessoas, realizou-se um comício presidido por uma mesa na qual se encontravam o Governador Civil de Setúbal,

o Presidente da Câmara Municipal de Almada, presidentes de Câmaras, Juntas, Assembleias Municipais e de Freguesias do

distrito, Mestre Anjos Teixeira, o professor Rui Luís Gomes, o embaixador da Checoslováquia (dado que Almada é cidade gémea de Ostrava), Marcos Antunes, representante do MDP/CDE, Herculano Pires, da Comissão Nacional do PS, Vasco Santos da URAP em representação de Piteira Santos, e Jaime Serra em nome do Comité Central do PCP. Encontravam-se igualmente presentes uma delegação da União dos Sindicatos de Almada, uma delegação dos Bombeiros Voluntários de Almada, um representante dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, e ainda

Romeu Correia e Lopes Graça, agraciados com a Medalha de Ouro da Cidade.

A primeira intervenção coube ao Presidente do Município, José Vieira, que referiu ser intenção da autarquia que representasse "homenagear todos os que não tiveram a oportunidade de viver a liberdade que finalmente alcançamos com o 25 de Abril de 1974 porque, entretanto, as suas vidas lhes foram arrebatadas pela repressão e pela violência". Saudando todos os antifascistas e democratas, o Presidente do Município salientou o facto de

Almada ser "a primeira cidade portuguesa a erguer um monumento aos perseguidos do odioso regime fascista, aos resistentes antifascistas" e concluiu nestes termos: «Tudo: faremos para garantir a liberdade e um futuro justo, mesmo que para isso tenhamos de dar a nossa liberdade e a nossa vida».

Manuel Cabrita, membro do núcleo da URAP em Almada, manifestou o regozijo da sua organização com a inauguração do "monumento que simboliza e dignifica, perpetuando-a na mente dos filhos desta terra, a luta e a resistência do povo de Almada", desde as greves de 42, 43, 45 e 49, passando pelas manifestações de 1958 durante a campanha de Humberto Delgado, de 1961 e de 1962, até à participação entusiástica nas "campanhas eleitorais" de 69 e 73 para a Assembleia Nacional fascista.

O orador seguinte, Henrique Barbeitos, intelectual e antifascista do concelho, lembrou a história dos almadenses perseguidos e assassinados pelo fascismo, como é o caso de Pedro Matos Filipe, Joaquim Montes, Alfredo Diniz (Alex), Alberto Araújo e Cândido Capilé.

Sublinhou ainda que as transformações políticas, económicas e sociais não se conseguem sem lutas "devido à oposição da classe privilegiada, em qualquer época ou lugar, à edificação de uma sociedade mais justa, sem tirania nem exploração do homem pelo homem e onde haja mais bem estar para todos".

Rui Luís Gomes subiu à tribuna para exortar à unidade entre todos



O momento da inauguração do monumento

os sectores democráticos, principalmente no campo sindical, onde o reforço da CGTP-IN é condição indispensável para a vitória dos trabalhadores, e abordou a actual situação em alguns órgãos de Comunicação Social que contrariam frontalmente

pela iniciativa que tomou. Afirmando que "os anseios e aspirações do povo português são o 25 de Abril levado às últimas consequências", enumerou o que na sua opinião constituem as mais graves carências dos portugueses, nomeadamente "a falta de

de todos os que se reclamam de democratas. Concluiu: «pôr este monumento na rua é pôr o 25 de Abril diante do povo».

Depois do comício, foi descerrado o monumento, por representantes dos diversos sectores do concelho, que desfilaram entre uma guarda de honra formada por antigos tarrafistas.

Na base do monumento pôde então ler-se esta inscrição que evoca momentos inesquecíveis da história do povo português:

«Os Perseguidos — Aos que deram a liberdade e até à própria vida pela liberdade dos outros». Enquanto esta cerimónia decorria, houve uma largada de bombas, depois do que as bandas da Associação de Bombeiros e colectividades presentes executaram o hino nacional.

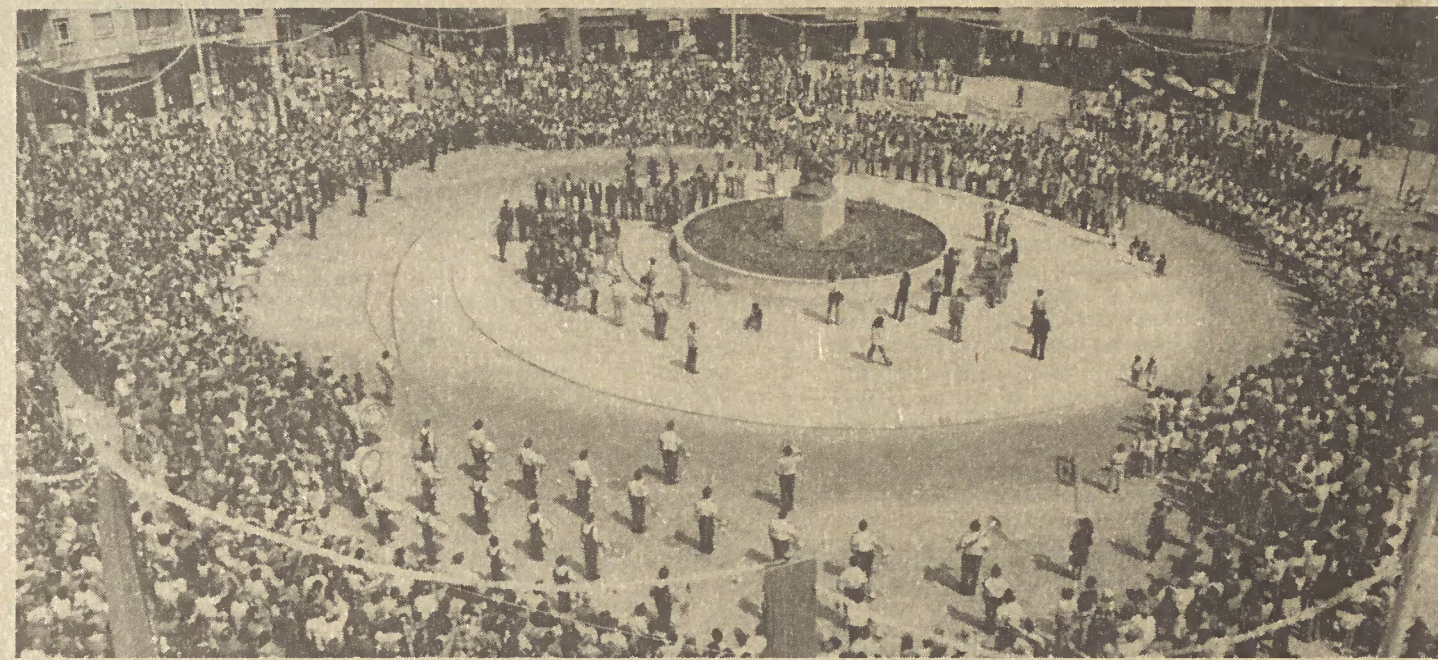
O acto terminou com a deposição de coroas de flores junto à estátua. Entre elas, as de Jaime Serra, em nome do PCP, e um grupo de Pioneiros aí colocaram.

«Pôr este monumento na rua é pôr o 25 diante do povo» — palavras do Governador Civil de Setúbal.

a Constituição no que diz respeito ao direito ao trabalho, isenção e pluralismo democrático que têm por obrigação salvaguardar.

Por último discursou o Governador do Distrito de Setúbal, que homenageou não só os perseguidos pelo fascismo mas ainda todos os capitães de Abril, cuja acção corajosa abriu portas também a esta grande reunião. Homenageou igualmente a Câmara Municipal de Almada

creches" e de "ensino gratuito pré-escolar" bem como a falta de acesso dos filhos dos trabalhadores à Universidade; a concretização do Serviço Nacional de Saúde e a habitação condigna para todos os portugueses; a defesa da Reforma Agrária. Terminou salientando a necessidade de sanear o aparelho de Estado de "quem não está com o 25 de Abril ou lhe é hostil" e apelando para a unidade



No centro da cidade de Almada, um testemunho eloquente de que os que resistiram ao fascismo jamais ficarão esquecidos na memória do povo

«Os sinos de Gafanhão vão tocar a rebate!» — mas a intimidação reaccionária pariu um rato

«Os sinos de Gafanhão vão tocar a rebate» — o boato corria naquela freguesia de Castro D'Aire no passado domingo, à mistura com muitos outros sobre eventuais confrontos e mentiras do mais primário anticomunismo.

Tudo isto a propósito — por incrível que pareça — de uma sessão-festa promovida pela APU para apresentação dos seus candidatos às eleições da Assembleia de Freguesia de Gafanhão que se realizam no próximo dia 8 de Julho. O «Avante!» estava lá e viu como foi.

O recurso a tais métodos pelas forças reaccionárias, inevitavelmente acompanhados de pressões sobre os próprios candidatos da «Povo Unido», não só exemplifica claramente e uma vez mais o que a direita entende por "liberdade" e "pluralismo", como também coloca quem os utiliza no mais completo ridículo. Com efeito, dizer de

pequenos agricultores (principais componentes da lista da APU) que de manhã à noite trabalham o seu pedacinho de terra, que são dos "tais comunistas que racionam as coisas" ou "roubam as terras", é mentir de forma tão descarada que só não percebe quem não quer perceber.

Todos naturais da freguesia de Gafanhão, os nove candidatos efectivos da lista APU são bem conhecidos pela sua honestidade e interesse em resolver os problemas — e são bastantes — que afligem as populações das aldeias daquela freguesia.

Ligada à estrada principal por um caminho tortuoso e em péssimo estado (mesmo assim

o melhor que a população conhece de há dez anos a esta parte, pois então não dispunha de qualquer estrada num raio de dez a quinze quilómetros), a freguesia de Gafanhão situa-se entre as mais carenciadas do distrito de Viseu. A electricidade é um luxo desconhecido, bem como a água canalizada, os esgotos, os caminhos em condições ou os transportes. A escola dista três quilómetros da sede de freguesia e funciona apenas para meia dúzia de alunos — que a juventude, não se resignando com tais condições de vida, abandona cada vez mais da terra.

É por demais evidente que não existem actividades culturais e recreativas de qualquer espécie, e que falar de teatro ou cinema ou da mais cosmesina sessão de canto livre é como abrir as portas para um mundo desconhecido. E é este obscurantismo em que a população continua

mergulhada que a reacção se serve para combater os que, na APU, se uniram para lutar pela melhoria das condições de vida de todos. Profundamente lamentável é que para atingir os seus fins se procurem servir dos sentimentos religiosos do povo.

Mas que se teme afinal com a candidatura da APU? Não certamente os objectivos que se propõem cumprir, pois correspondem às aspirações, mais sentidas: a electrificação da freguesia; o abastecimento de água; reparação de estradas e caminhos; a eleição do Conselho Directivo do Baldio; a abertura da Junta a toda a população; a dinamização da cultura e do desporto.

Ou será que se teme mesmo que se leve a cabo este programa, dado que, como nunca foi feito em benefício da população, ele possa ser o princípio do fim do obscurantismo que permite

à reacção manter o seu domínio?

A direita sente-se ameaçada e por isso estrebucha. De pouco lhe servirão no entanto as ameaças, as calúnias, os boatos a que tanto gosta de recorrer. A simples candidatura da APU em Gafanhão é já uma vitória da democracia.

Para já, a verdade é que a sessão-festa em Gafanhão realizou-se mesmo, com canto livre, contacto com as populações e a participação de dezenas de pessoas. O mesmo aconteceu em Griló, localidade próxima. A intimidação reaccionária foi vencida.

Sejam quais forem os votos recolhidos no próximo dia 8, os candidatos da «Povo Unido» — bem conhecidos do povo de Gafanhão — estão a lançar à terra uma semente que ficará a germinar. Como diria um dos candidatos: «a verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima!».

Regulamentação das AE's do Secundário: Um projecto-manobra do MEIC para esconder intenções

Através da Direcção-Geral do Ensino Secundário, o Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) remeteu para as escolas secundárias um documento em que se definem as "linhas gerais da regulamentação a publicar" sobre as Associações de Estudantes (AE's) daquele grau de ensino.

O referido documento, datado de 4 deste mês, tinha como objectivo recolher até ao passado dia 20 as opiniões dos Conselhos Directivos (CD's) dos estabelecimentos escolares sobre a matéria. Para além de uma análise ao conteúdo do texto do Ministério, uma questão desde já se levanta: é que ele foi enviado para as escolas três dias antes das chamadas férias grandes, tendo chegado a muitas delas já depois de encerradas as actividades escolares...

Na verdade, o que é que pretende o MEIC? Qual o objectivo deste seu projecto?

Como salienta, a propósito, uma nota divulgada há dias pelo Secretariado da Comissão Central da UEC, "este documento começa por ser uma tentativa desajeitada de procurar uma cobertura

pseudodemocrática para projectos vinculadamente reaccionários de legislação da vida associativa nas escolas secundárias".

Com efeito, se tais projectos fossem submetidos à discussão estudantil, "encontrariam pela frente o mais vivo repúdio dos estudantes". Consciente desta situação, o MEIC do exonerado Governo Mota Pinto "apressa-se a montar um grosseiro simulacro de discussão democrática, tentando encobrir desta forma os seus verdadeiros desígnios e objectivos", como sublinha o comunicado dos estudantes comunistas.

Um objectivo: liquidar o MA

Mais grave ainda é o facto do MEIC deixar transparecer claramente a sua identidade de pontos de vista com a JSD/PPD em relação ao Movimento Associativo (MA) do Ensino Secundário. Os objectivos são os mesmos. As propostas são as mesmas. Tanto o Ministério como a JSD pretendem a todo o custo

estagnar a actividade do movimento associativo unitário e democrático dos estudantes do Secundário, base da sua luta e da sua acção nas escolas em torno de reivindicações e direitos.

Por outro lado, "o projecto ministerial começou por confundir num mesmo diploma realidades tão distintas como o MA dos estudantes diurnos e o dos trabalhadores-estudantes", como denuncia a nota do Secretariado da CC da UEC, que sublinha mais adiante:

O documento do MEIC "prevê, no seu ponto 2-a), a generalização dos 'parlamentos associativos', facto de partidarização e paralisação da vida associativa, como se tem evidenciado nos poucos casos existentes. Prevê e institucionaliza, nomeadamente, no seu ponto G a ingerência de entidades estranhas aos estudantes — professores, associações de pais, Conselhos Directivos e MEIC inclusivamente". Esta ingerência na actividade própria das AE's fere a autonomia do Movimento Associativo enquanto movimento representativo dos estudantes.

Entretanto, o projecto do MEIC "silencia por completo ou não responde satisfatoriamente a pontos como o apoio a prestar às AE's pelo Estado, a cedência de instalações para a prática associativa, etc. Chocando e contradizendo a realidade do MA do Ensino Secundário, este projecto ministerial tem um objectivo claro: liquidar o Movimento Associativo nas escolas do Ensino Secundário, fechando os olhos às suas formas mais provadas de estruturação e actividade".

Em contrapartida, o documento do Ministério tenta impor outras formas de organização e trabalho que nada têm a ver com a realidade. A serem aplicadas alerta a UEC — "conduziriam à liquidação do MA no Ensino Secundário".

A terminar, apela a nota do Secretariado da CC dos Estudantes Comunistas, "a todas as estruturas e activistas associativos, a todos os estudantes do Secundário, para cerrarem fileiras em torno da defesa das suas AE's, contra os propósitos liquidacionistas do MEIC".

Fala-se num novo Propedêutico mas os problemas continuam...

Prosseguindo a luta pela obtenção de condições dignas e justas para a sua actividade e para o seu futuro, os estudantes do Ano Propedêutico de Lisboa (15 mil) lançaram um abaixo-assinado a apresentar na Assembleia da República, estando prevista a realização de contactos com a comissão de Ensino do parlamento.

Esta iniciativa da Comissão de Alunos do AP de Lisboa foi uma vez mais apoiada no decorrer de uma reunião estudantil, ocorrida na Faculdade de Letras da capital, em que também esteve presente o director do Ano Propedêutico, dr. Rocha Trindade, a quem foi

apresentado um caderno reivindicativo, cujos pontos fundamentais se relacionam com a abolição do carácter eliminatório do AP e do seu «numerus clausus».

Entretanto, os exames do Propedêutico (segundas provas) estão marcados para o período que vai desde o próximo sábado até 15 de Julho. Após um ano lectivo caracterizado por diversas irregularidades de funcionamento e apoio, estes exames surgem agora, na opinião dos estudantes, com péssimos horários (intercalados com os do Secundário).

Entre outras reivindicações, os alunos do AP exigem nova

reclassificação de provas e publicação regular de textos de apoio durante o ano lectivo. Salienta-se ainda que os próximos exames vão realizar-se apesar de muitos dos alunos não saberem as notas do primeiro conjunto de provas, isto porque uma parte considerável destas foi objecto de uma segunda avaliação, visto que a sua correcção se afastou de «um critério uniforme», como, aliás, «justifica» o Ministério.

Ao mesmo tempo, nos gabinetes do MEIC fala-se (e escreve-se) sobre a «reforma» do Ano Propedêutico. Com efeito, o início dos estudos necessários à criação do 12.º ano da escolaridade

consta já de um despacho (161/79) do gabinete do ministro (exonerado) da Educação, publicado recentemente no «Diário da República».

Diz-se naquele documento que o AP será substituído «dentro de poucos anos, num futuro que se quer próximo», por um 12.º ano da escolaridade «presencial». E já não é sem tempo. Agora, é preciso que aquele não se transforme, devido à mesma incompetência que criou o Ano Propedêutico, em mais um instrumento antipedagógico, contrário aos interesses do Ensino, do país e dos estudantes.

Aproxima-se o Acampamento da Juventude na Caparica

O terreno já está praticamente limpo. Brevemente, serão instaladas as primeiras estruturas. O programa cultural, desportivo e recreativo está a reunir mais iniciativas.

Enfim, está a aproximar-se o segundo grande acampamento da juventude, promovido pela UJC em S. João da Caparica, junto ao campo de futebol do Trafaria.

A data já aqui a referimos várias vezes: é entre 27 de Julho e 15 de Agosto.

Quanto aos moldes em que funcionará o acampamento, basta dizer — por agora — que lá não faltará nada: desde o serviço de bar até à cedência de tendas, passando por um posto de primeiros socorros, secretária, etc.

Os camaradas responsáveis pela organização do acampamento têm, entretanto, um apelo a fazer nas páginas do «Avante!», dirigido a todos os jovens: é que os interessados devem, no mais curto espaço de tempo, preencher uma

ficha de inscrição, como as que se encontram por todos os CTs do Partido e sedes da Juventude Comunista dos distritos de Lisboa e Setúbal. Além do nome, morada, idade e número de telefone, os interessados devem mencionar, com cruzeiros nos respectivos

quadrinhos os dias em que irão participar no acampamento. Recordamos, por exemplo, que no ano passado houve muitos camaradas e amigos que não puderam estar lá os 20 dias, tendo participado durante uma semana, ou mesmo aos fins-de-semana.

Este ano, estas modalidades mantêm-se.

Como aqui já referimos, o preço da inscrição é de apenas 50\$00, acrescidos de 15\$00 diários para os jovens campistas que não tenham tenda e 7\$50 para os que tiverem.

FICHA DE INSCRIÇÃO PROVISÓRIA																			
Nome: _____										Idade _____									
Morada: _____										Tel. _____									
DIAS DE PRESENÇA																			
27	28	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15

UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Os interessados devem, no mais curto espaço de tempo, preencher uma ficha como esta e entregá-la nos CTs do Partido ou nas sedes da Juventude Comunista

As férias da juventude

● Algumas propostas

Para muitos jovens, as férias não costumam ser aguardadas com grande entusiasmo. Ter uns dias de descanso, após um ano de trabalho ou de actividade escolar (por vezes as duas), sabe sempre bem, lá isso é verdade. Mas, como «gastar» esses dias? O melhor seria passá-los na praia ou no campo. Com amigos. Com alegria e convívio. Pensa-se nisto e depressa se pensa também no aspecto financeiro.

A alimentação, os transportes, a estadia, etc. E o dinheiro?

Pois bem, o problema está já resolvido para muitos jovens de alguns distritos. E, certamente, devido à iniciativa das organizações democráticas e representativas da juventude, será resolvido para muitos outros noutros regiões do país, seja por iniciativa das estruturas sindicais dos jovens trabalhadores seja por inicia-

tiva dos organismos representativos dos trabalhadores-estudantes, seja por por iniciativa de colectividades populares ou de outros clubes e associações onde a juventude marca presença. Daqui lançamos o nosso apelo às organizações democráticas da juventude ainda hesitantes: avancem com a realização de acampamentos, Aldeias da Juventude e outras iniciativas que proporcionem aos jovens uns

dias de amizade, convívio e férias. Seja junto a uma barragem, um rio, uma praia, um pinhal. Tanto faz.

Há já vários exemplos significativos deste estilo de iniciativas. E é preciso alargá-las a todo o país. Com um pouco de imaginação e trabalho organizado, as estruturas da juventude podem e devem mobilizar a massa juvenil na altura das férias. Vamos a isso!

«A Família em Cuba»

«A Família na Cuba Socialista», é o tema da palestra que será orientada hoje, por Arminda Carvalho da Fonseca e Carla Veludo, a partir das 21.30, na sede da Associação de Amizade Portugal-Cuba, na Rua Rodrigo da

Fonseca, 107, r/c, dt.º, em Lisboa. Esta iniciativa, aberta ao público, insere-se nas comemorações do XX Aniversário da Revolução Cubana, que aquela Associação tem vindo a assinalar em diferentes pontos do país.

LEIA ASSINE E DIVULGUE

REVISTA
INTERNACIONAL

A questão do leite: o não pagamento das dívidas estrangula o movimento cooperativo

Ultimamente é sem dúvida entre os pequenos e médios produtores de leite que mais se têm verificado movimentações de protesto. E quanto a este produto, o leite, o problema que se levanta não

distribuídos gratuitamente cerca de 1500 litros de leite pasteurizado à população. Cerca de 300 produtores vieram até à capital contar do seu desespero e da sua razão. Em seu nome, uma delegação

e horas), e as dívidas dos industriais directamente aos produtores, nas zonas onde a recolha não é organizada — Beira Interior, criou uma situação insustentável quer para as cooperativas quer para os produtores.

Na zona da recolha organizada, as dívidas da Lacticoop (União de Cooperativas Leiteiras) atingem os 120 mil contos, o que impossibilita a União e as suas associadas de pagar em dia aos produtores e está a provocar o seu estrangulamento económico. O pagamento aos produtores, que normalmente é feito à quinzena, anda com dois meses de atraso.

«Na zona onde a recolha não é organizada, caso dos distritos da Guarda e de Castelo Branco, os industriais — particularmente o Martins e Rebelo — chegam a dever aos produtores três e quatro meses.

«A venda do leite, que era para muitos agricultores uma fonte de receitas relativamente certa e regular, tornou-se, com as dívidas um dos seus grandes problemas. O produtor não sabe quando vai receber o leite que vendeu. Apenas sabe que todos os dias tem que dar ração às vacas e que tem de a comprar a pronto, cada vez mais cara.

«Não sendo uma situação de hoje, há já bastantes meses os agricultores vêm reclamando o pagamento em dia, a liquidação das dívidas dos



Se não foram criadas condições compensadoras à produção, o efectivo leiteiro tenderá a descer mais e mais, o que significa maior recurso à importação, maior sangria de divisas, maior agravamento da débil economia nacional

industriais e do Estado, o alargamento da recolha organizada a todas as Beiras, a abolição da classe C do leite, a subida de preço ao produtor para 14\$50 e 13\$50 o litro, respectivamente, para as classes A e B.

A CNA, interpretando os anseios dos agricultores, reclamou publicamente o pagamento de todas as dívidas e o financiamento ao movimento cooperativo através de créditos ou subsídios especiais para que as cooperativas possam pagar com pontualidade os produtos aos associados. Mas as

reivindicações da CNA em relação ao leite não ficam por aqui. No Boletim de Abril passado, a Confederação Nacional da Agricultura reclamava:

— Que o leite da classe A seja pago à produção a 14\$50/15\$00;

— Que o subsídio atribuído à fabricação do queijo tipo Flamengo — 43\$00 por quilograma vendido pelos fabricantes — seja concedido ao leite, pois que assim beneficiarão produtores e consumidores;

— Que sejam adoptadas medidas eficazes de incre-

mento da instalação de salas colectivas de ordenha mecânica e refrigeração do leite;

— Que sejam adoptadas medidas que permitam a rápida organização da recolha e concentração do leite nas regiões não organizadas e com boas potencialidades leiteiras».

Entretanto, enquanto aguardam soluções, os pequenos e médios produtores de leite afirmam não desmobilizar e perspectivam novas formas de luta se os seus interesses legítimos forem uma vez mais desprezados.

A venda do leite, que era para muitos agricultores uma fonte de receitas relativamente certa e regular, tornou-se um dos seus grandes problemas

é unicamente o dos preços estabelecidos estarem claramente ultrapassados mas ainda o das enormes dívidas da indústria e do Estado à produção. Por via do não pagamento destas dívidas sucede que a lavoura se depauperiza cada vez mais ao mesmo tempo que «financia» a indústria... Esta a denúncia da CNA: «Os atrasos verificados nos pagamentos constituem uma forma de financiamento à custa da lavoura e uma forma de estrangulamento do movimento cooperativo».

Os produtores das Beiras, os mais atingidos por esta escandalosa situação, têm vindo a desenvolver uma luta sem tréguas pelo pagamento das dívidas ao movimento cooperativo. Como já noticiámos, o momento culminante desta luta consistiu na manifestação realizada junta à Assembleia da República, no passado dia 6, durante o qual foram avistado-se com a Comissão de Agricultura e Pescas.

A solução é ansiosamente esperada.

A CNA interpreta os anseios dos produtores de leite

Durante as diversas acções dos produtores de leite realizadas no decurso deste ano (Encontro de Produtores de Leite do Concelho de Albergaria-a-Velha; Encontro de Produtores do Leite do Concelho de Oliveira de Frades; Plenário de Agricultores de Belmonte; diversas reuniões no distrito da Guarda; aprisionamento da camioneta de leite pelos produtores do Casteleiro, Sabugal; manifestações de agricultores de diversos concelhos em Coimbra), a situação foi muito claramente denunciada:

«O avolumar de dívidas às Cooperativas, na zona da recolha organizada do leite, por parte dos industriais de lactifícios e pelo Estado (que não paga o subsídio a tempo

Agricultores reivindicam garantia de preços justos

Por todo o país, pequenos e médios agricultores, movimentam-se descobrindo na unidade de esforços a força para lutarem por melhores condições de vida e de trabalho. Uma das grandes motivações dos actuais movimentos de pequenos e médios agricultores

Ferreira do Alentejo: «Assim é impossível. Então o girassol de semente para regadio custa-me 160\$00 o quilo e quando faço a colheita vou vendê-lo e pagam-me só a 16\$00 o quilo. Por outro lado, o girassol de sequeiro para semear custa 30\$00 e depois da colheita pagam-me aos

chegamos a ver. Então assim não pode ser, isto está mal assim».

A preocupação dos pequenos e médios agricultores de Ferreira do Alentejo quanto à questão de preços ganhou expressão no seu primeiro Encontro Comunitário, no qual reivindicaram:

— Preços de garantia para os principais produtos da região: azeite, tomate, melão, etc.;

— Preço justo para o trigo: 13\$00 por quilo: o preço proposto pela EPAC é baixo;

— Fixação de preços antes das colheitas depois de ouvidas as organizações dos agricultores. «Sabemos que quando temos de vender os nossos produtos eles nada valem, mas quando temos que comprar produtos sejam eles quais forem, são caríssimos. Por isso exigimos:

a) Tabelamento e não aumento dos preços dos principais produtos tais como rações, sementes, adubos, pesticidas, máquinas, gasóleo, etc.; b) preços fixados ou carimbados nos sacos e embalagens; c) fixação do preço por hora para aluguer de máquinas».

Os agricultores de Ferreira do Alentejo exigem ainda:

— fixação do preço do tomate, para esta campanha, nunca inferior a \$300 por quilo;

— financiamento de 60.000\$00 à campanha de tomate;

— aumento do preço do leite de acordo com o aumento das rações;

— garantia de escoamento e preços justos para o gado.



«Considerando que no actual momento a Reforma Agrária enfrenta feroz ofensiva do Governo Mota Pinto/PPD, que num acto criminoso rouba as melhores terras, gados e máquinas, entregando-os aos agrários sabotadores, provocando o desemprego de centenas de trabalhadores, lançando novamente nos campos do Alentejo a fome e a miséria, ao mesmo tempo que destrói o aparelho produtivo das UCPs/Cooperativas, que o mesmo é dizer que destrói propositalmente a débil economia do País, o I Encontro Unitário das Mulheres do Concelho de Serpa conclui que se impõe:

a) Criação de comissões de mulheres a nível de freguesia que funcionem junto das Comissões Sindicais, para desenvolverem formas de luta em defesa da terra e no combate ao desemprego; b) que as mulheres participem activamente nos plénários das UCPs/Cooperativas para que juntamente com os seus companheiros encontrem as melhores soluções para os grandes problemas existentes

- A necessidade de fixar preços compensadores antes das campanhas;
 - A urgência na contenção dos preços dos adubos, forragens, sementes, pesticidas, rações, material de viveiro, máquinas e alfaias, combustíveis, etc.;
 - Créditos a baixos juros;
 - Seguro-agro-pecuário;
 - Garantias de abastecimento, escoamento e comercialização dos produtos agrícolas.
- Eis medidas reivindicativas pelo movimento camponês por todo o país!

é a questão dos preços de garantia à produção, garantia esta que a maior parte das vezes não existe e que quando existe é claramente insuficiente, não chegando sequer para cobrir os aumentos exorbitantes de produtos fundamentais para a lavoura.

A injustiça do preço do girassol e do tomate

Diversos pequenos agricultores que cultivam girassol, como aliás várias UCPs/Coop, vêm-se queixando «da injustiça que se está a praticar com o girassol». Diz-nos um agricultor de

mesmos 16\$00 o quilo. Assim não vamos lá».

Outra queixa generalizada na região relaciona-se com o preço a que o tomate é pago na produção. Dizem os agricultores que a fábrica Consol, que lhes absorve o tomate, procura sempre dar ao produto a classificação de 2.ª, para aplicar o sistema de preços. «Mas acontece que quando o consumidor tem de comprar uma lata de tomate, é ao contrário, paga-o todo como de 1.ª», afirmam os produtores que denunciam: «Como se tudo isto não bastasse, acontece que o Estado dá um subsídio de 180\$00 por tonelada de tomate para o transporte, mas a fábrica absorve todo esse dinheiro que nós nunca



Só uma telha para nos abrigar

Inácia Luísa Aniceto, freguesia de Figueira dos Cavaleiros, Ferreira do Alentejo, Beja, conta:

«Comecei a trabalhar com 12 anos, ganhava 2\$50, já podem ver, pisando água e lama. Comecei a apanhar sargacões. Era o mês de Janeiro e Fevereiro. Chovia dias inteiros. Para ir para a propriedade onde trabalhava — na Herdade da Panasqueira do agrário José Filipe — ia passando barrancos e ribeiras encostada a paus que até o povo da Panasqueira dizia ser um perigo.

E assim foi a minha vida. Eu era a mais nova, nasci já o meu irmão mais velho tinha vindo da tropa. A minha mãe tinha nove filhos. Éramos pobres, só tínhamos uma telha para nos abrigar. Arranjai comer para tanta gente era obra com que os meus pais não podiam. Todos nós trabalhávamos ainda muito moços — quando havia trabalho mas as mais das vezes não o havia.

Então, as mais das vezes, a minha mãe chorava, não por causa da fome que tinha, mas por causa da nossa que lhe doía bem mais do que a dela. Continuando a trabalhar

para os agrários, passei a ganhar 3\$00, depois 5\$00 e quando casei ganhava 12\$00 a 15\$00, dependia. Depois de casada, como tinha três filhos, passámos a comprar leite aos agrários para fazer queijo por nossa conta. Os agrários ficavam deitados na cama deles e o meu marido abalava noite escura, passando barrancos cheios de água para

ordenhar ovelhas. Chegava-se ao fim da temporada, o lucro era dos agrários, o trabalho era nosso. A gente é que os estava enchendo de dinheiro.

Voltei a ceifar aquelas acéifas de empreitada, de dar tudo até cair para não ser substituída por outra, com tanta necessidade como eu, afinal! Ganhava umas vezes 10\$00, outras 15\$00 e vinha

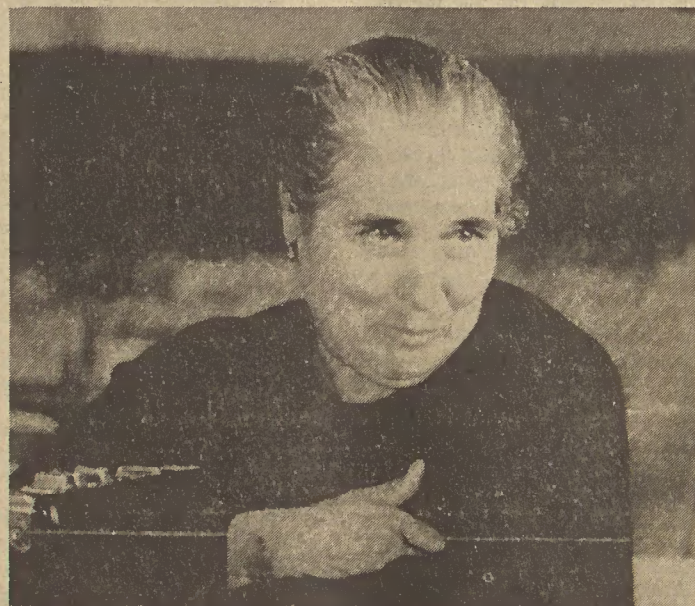
à noite cansada. Assim fui sempre trabalhando a pontos de já com filhos casados e ainda eu a trabalhar para os agrários.

Já antes do 25 de Abril, o ordenado era 50\$00 para as mulheres, fora subindo com muita, muita luta por parte dos trabalhadores e muita resistência por parte dos agrários.

Veio o 25 de Abril e foi outra vida. Primeiro os agrários páramos tudo, não empregavam ninguém, ficámos com os ordenados parados. Até que arranámos os sindicatos que distribuíram a gente por terra dos agrários que tiveram de nos dar de trabalho e tratar as terras. A 17 de Julho de 1974, creio eu, veio a ordem para as mulheres ganharem 120\$00 e terem as semanas inglesas.

Entretanto foi a ocupação de terras e eu fui-me também a trabalhar para as cooperativas.

Têm vindo agora os agrários. Tentando o regresso para ficarem. Tentando de novo espezinhar a gente. E eu sou já velha e tenho pena. Porque se mais anos tivera pela frente, mais anos seria lutando para que o 25 de Abril não seja derrotado».



Alerta da CNA sobre adesão à CEE

«Cada vez se torna mais necessária uma discussão nacional e até internacional sobre a adesão de Portugal ao Mercado Comum», alerta a direcção da Conferência Nacional da Agricultura. «É um problema: muito complicado, altamente controverso. Não se pode entrar às cegas para o Mercado Comum e não se está a ver neste momento nenhum aprofundamento sério deste problema».

«A nossa agricultura e os interesses dos agricultores portugueses e das suas organizações não podem ser moeda de troca para favorecer interesses de outros sectores (industriais e outros) ou até políticos», diz a CNA, que acrescenta: «Em recentes contactos com organizações de agricultores de França e Itália surgiram sérias apreensões quanto à eventual adesão de Portugal e mesmo alguns que defendem a nossa entrada, fazem-no por questões de ordem tática».

Considerando a importância do problema, a CNA propõe-se promover um amplo debate nacional e realizar reuniões de esclarecimento com o Governo e com a Comissão para a Integração.

MAP de Governo demitido continua com as reservas

Prossegue a acção anticonstitucional do MAP de Vaz Portugal e João Goulão. Prosseguem os brindes a agrários sabotadores da economia nacional, a figuras gradas do fascismo. Entre os mais recentes brindes incluem-se:

— A entrega de terras da UCP «Resistência», de Ponte de Sor, a Lino Neto, conhecido fascista, e a tentativa de entrega de terras da mesma cooperativa por um funcionário do MAP ao seu próprio pai...;

— A entrega de 2350 hectares na herdade de Vale dos Reis da Cooperativa do Albergue, em Alcácer do Sal, à família de João Lince Uva; a tentativa de entrega ao mesmo reservatório de mais de metade do efectivo pectário, sete tractores, uma ceifeira, todas as instalações e até as habitações dos cooperantes;

— Entrega de uma reserva em terras da UCP «Pioneiros», Quintos, Beja, ao agrário Manuel António Nunes, de 80 anos, que já recebeu em 1976 uma reserva actualmente explorada pelo neto;

— Entrega, em Évora, da Herdade da Flamengo da UCP «Cabeleira», Montemor-o-Novo ao agrário José Nunes de Almeida, sem que haja da mesma qualquer processo...

Entretanto os trabalhadores denunciam veementemente estas ilegalidades e violências do MAP e prosseguem o trabalho, certos de que mais tarde ou mais cedo a justiça será reposta e as terras voltarão a quem a elas tem direito.

Apoio à produção de carne recomendado pela FAO

A FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, num recente estudo efectuado por um grupo intergovernamental, recomendou, em conclusão, algumas medidas, e apontou algumas questões a nível mundial na produção da carne. Para o nosso país interessa-nos particularmente a recomendação aos países membros (Portugal é membro da FAO) para apoiarem a produção, estipulando «um preço bastante elevado» e preços de consumo estimulantes e limitação à importação e ao consumo em certos países.

Os produtores de carne no nosso país, que lutam com sérias dificuldades a tal ponto que muitos pequenos e até médios produtores abandonam a produção de carne —, que vêm os lucros ficarem nas mãos dos industriais-intermediários, não deixariam de advogar as mesmas medidas: em Portugal recorre-se à importação, estimula-se a sangria de divisas em vez de se incrementar a produção interna através do integral aproveitamento dos nossos recursos e de uma política de apoio à agricultura e pecuária.

Trabalhadores do MAP com os produtores de leite

Seria errado, injusto e pernicioso confundir os trabalhadores do MAP com as equipas de inimigos da Reforma Agrária e da democracia que controlam este ministério.

O conjunto de trabalhadores do MAP não pode ser confundido com os funcionários que, pelo Alentejo e Ribatejo, dão livre curso às suas megalomanias de poder tirânico, de frustrados senhores, e ao seu ódio de classe aos trabalhadores. Seria o mesmo que confundir o conjunto de trabalhadores de uma empresa com o patrão fascista e os seus lacaios.

Vem isto a propósito da tomada de posição dos trabalhadores da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, com sede em Coimbra, que manifestaram a sua solidariedade com os produtores de leite em luta pelo pagamento das enormes dívidas dos industriais e do Estado às cooperativas.

Os trabalhadores desta Direcção Regional aprovaram, por unanimidade, uma moção na qual consideram «as reivindicações dos produtores extremamente justas» e que a «Direcção Regional deverá sempre interceder na defesa dos interesses socio-económicos dos agricultores», e afirmam que a Direcção Regional da Beira Litoral não tem responsabilidades na situação criada aos produtores. A moção foi aprovada após uma manifestação de produtores de leite junto àquele organismo.

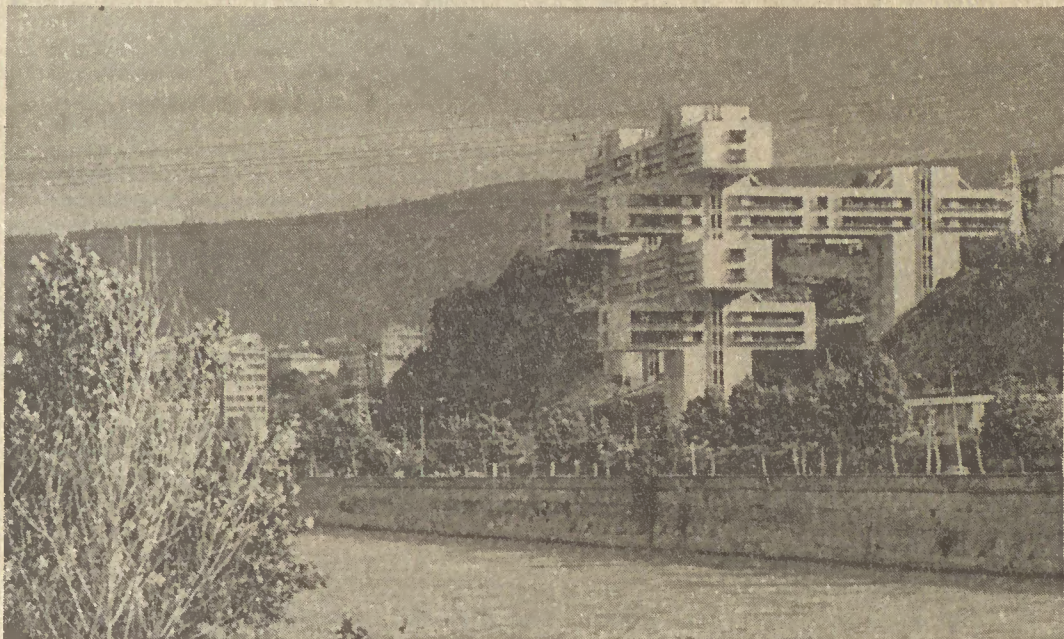


Emigrantes no apoio à Reforma Agrária

Quarenta e cinco contos foi o produto entregue à CRARA proveniente da recolha de fundos na Grã-Bretanha realizada pela Comissão Intersindical Portuguesa.

Recorde-se que os emigrantes portugueses na Grã-Bretanha não têm poucado esforços em campanhas de apoio à Reforma Agrária.

Temas vários



Na URSS constroem-se por dia 6500 apartamentos. O seu aluguer não ultrapassa os 3% do orçamento familiar de um operário industrial, e inclui não só a renda mas também o telefone, água quente, gás e aquecimento central

Como serão as cidades do futuro?

Cidades-torres, cidades-minas ou cidades-ilhas?
Projectos de cidades desse género são numerosos em todo o mundo. Mas, por enquanto, não passam disso mesmo — simples projectos.

Um deles é, por exemplo, uma agulha de um quilómetro e meio de altura e 528 andares, construção com uma população igual à de uma cidade média (arquitecto F. L. Right, dos EUA), um cilindro de 850 andares, para 500 000 habitantes (engenheiro V. Frishman da Inglaterra), ou um cone de 100 pavimentos e uma altura de 3 quilómetros, capaz de comportar dezenas de milhões de habitantes (engenheiro moscovita Mikhail Driazgov).

Outros projectistas consideram que edifícios-cidades desse tipo deveriam crescer não para alto e sim para baixo, afirmando ser mais vantajoso construir megalópoles parecidas a galerias subterrâneas ou linhas de metropolitano gigantes (na opinião de A. Asimov, biólogo e escritor de literatura de ficção científica norte-americano). É preconizada por terceiros a expansão pelos oceanos dentro. Foram aprovados já projectos de construção de cidades-bóias junto das ilhas Haval e Britânicas. Nas regiões em que as marés não são muito altas, poder-se-iam construir aquípolos sobre estacas, por exemplo no golfo do México, ao longo das costas da América do Sul (do Rio de Janeiro até La Plata), assim como nos mares do Norte, Báltico, Negro e Adriático.

Essas e outras ideias semelhantes são também largamente debatidas na imprensa soviética. Embora as opiniões sejam divergentes, todos estão de acordo em que isso já não são meros projectos, pois o desenvolvimento impetuoso da Técnica torna viáveis inclusive povoações cósmicas. São muitos porém os que não o podem compreender, perguntando porque é que as excelentes cidades antigas se tomaram, de repente, inadequadas, e porque é que se impõe renunciar às mesmas em prol de tão estranhas cidades, por muito modernas que sejam. A resposta mais frequente é a seguinte: é melhor que as cidades cresçam para cima ou para baixo do que horizontalmente, pois, de contrário, faltar-lhes-á simplesmente espaço. Espalhando-se horizontalmente, as cidades fundem-se formando aglomerações. Por exemplo, a aglomeração de Moscovo conta já com mais de 130 centos populacionais, enquanto a de Sochi (no litoral do mar Negro) se estende por 140 quilómetros.

São também conhecidas as aglomerações do Ruhr, de Nova Iorque, de Calcutá... As maiores aglomerações urbanas encontram-se nos EUA. É o caso, por exemplo, de Chippits, Boswash e San-San. A primeira compreende Chicago e Pittsburg. A segunda engloba Boston e Washington (quase 40 milhões de pessoas numa faixa de 850 quilómetros). A terceira estende-se de São Francisco a São José, tendo como núcleo Los Angeles, que até ao ano 2 000 deve contar com 44 milhões de habitantes. Prevê-se que até ao ano 2 000,

haja nos continentes da Terra mais de 160 megalópoles deste tipo. E depois? Não será que os continentes formarão uma «floresta de cimento» única, com a vegetação das florestas e dos campos escondida sob uma camada de asfalto e betão? Esta

Com os seus 10 milhões de habitantes (mais do que o total da população portuguesa), Moscovo é um dos maiores centros industriais e eixo de transportes do mundo. Apesar disso, a sua atmosfera é mais pura do que qualquer cidade estrangeira de iguais dimensões.

é uma questão cada vez mais preocupante. Por isso se propõem projectos de cidades em forma de torres, galerias ou ilhas. Mas não existirá uma outra saída?

As experiências acumuladas na União Soviética podem ajudar a responder a esta questão. Se se falar das conclusões mais características destas experiências, as mais interessantes não são as ideias sensacionais sobre habitações cósmicas de 100 pavimentos, mas sim os esforços não muito espectaculares, porém metódicos,

são na União Soviética tão graves como no Ocidente.

Sim, a União Soviética tem as suas aglomerações urbanas. Todavia, essas aglomerações não são, primeiro, tão grandes e, segundo, não crescem tão descontroladamente como no Ocidente. Vejamos, por exemplo, a aglomeração de Moscovo. Não ultrapassa os 10 milhões de habitantes. O seu núcleo é um dos maiores centros industriais e eixos de transportes do mundo. Não obstante, a sua atmosfera é muito mais pura do que a de qualquer

Os camponeses oprímido durante gerações continuou a capinar onde a terra era pedra e areia. Mas o rio prenhe de água e a terra negra e fértil têm um chamamento forte. Um Partido que se chama FRELIMO disse que a cooperativa mata a fome, que a vida custa menos na aldeia comunal. Tudo isto, mais a vontade do homem, agora livre, eliminou as distâncias.

Os produtos chegam à cidade onde trabalha o operário

Primeiro não foi muito fácil. A terra é vasta, a natureza por vezes cruel. Ou faltou água ou a chuva afogou as colheitas. Por vezes não havia força que chegasse para desmatar tudo aquilo ou, então, a semente não chegou a tempo para ser lançada à terra. Já se fez milho onde devia estar arroz, batata em terra própria para amendoim.

Passou tanto tempo — que é tão pouco afinal — e aprendeu-se. O camponês descobriu que "o meu braço mais o teu braço são uma força". O trabalho colectivo rende mais, o mercado está lá, na grande cidade, à espera. Timidamente primeiro, depois cada vez em

cidade estrangeira com dimensões iguais. O seu solo e as suas águas não estão poluídas. Em qualquer altura se pode ver pescadores em várias avenidas marginais ao longo do rio Moscovo, em pleno centro da cidade.

O crescimento das cidades soviéticas é um processo regulado por planos gerais de desenvolvimento e modernização, elaborados para um prazo que oscila entre 20 e 30 anos. Mesmo que se insiram algumas alterações, impostas pela vida, isso só acontece dentro das condições de uma rigorosa disciplina urbanística. A estratégia e a tática gerais de influência activa sobre os processos de urbanização estão baseadas em previsões a longo prazo elaboradas de acordo com um programa comum pelas instituições de investigação científica do Comité Estatal de Planeamento, Comité para a Construção Civil e Arquitectura do Comité Estatal de Construção, Ministério da Saúde, Pública da URSS e Academia das Ciências da URSS.

As Principais Directrizes do Desenvolvimento da Economia Nacional Soviética para 1976 — 1990 prevêem a manutenção do controlo estatal sobre o crescimento das grandes cidades. Quanto ao desenvolvimento das cidades médias e pequenas, esse processo é regulamentado pesando todos os «prós» e «contras». Sendo a densidade demográfica excessivamente baixa, os habitantes enfrentam mais dificuldades para contactar entre si. Pelo contrário, se a densidade demográfica for excessivamente grande, é-lhes mais difícil isolar-se uns dos outros. Ora, ambas as coisas são necessárias na vida urbana.

Sublinhe-se que o planeamento da urbanização está inserido dentro de uma tendência característica da vida da União Soviética: eliminação progressiva das diferenças entre a cidade e o campo. De assinalar que o campo beneficia cada vez mais dos aspectos positivos da vida urbana (boas vias de comunicação, habitações com todas as comodidades, centros de recreio, museus, bibliotecas, etc.), procurando, não obstante, não perder as suas vantagens (contacto com a natureza, ausência do bulício, do ruído, etc.).

O povo moçambicano constrói um país livre, próspero, independente

Todo o povo da República Popular de Moçambique, do Rovuma ao Maputo, comemorou no passado dia 25 o 4.º aniversário da independência da sua Pátria e o 17.º da fundação do seu partido de vanguarda, a FRELIMO. A efeméride, marco importante não apenas na história do povo moçambicano, mas também na do continente africano e do movimento de libertação nacional dos povos, foi igualmente assinalada em Lisboa, com uma sessão solene no Teatro S. Luiz.

Quatro anos de vida se desenvolveram desde que o povo moçambicano conquistou a sua independência; quatro anos ao longo dos quais lançou os alicerces da edificação de uma pátria nova, sob a direcção do Partido FRELIMO que, guiando-se pela teoria

científica do marxismo-leninismo, se consolidou como vanguarda revolucionária do povo da RPM na sua marcha para o socialismo.

A data da independência coincide com outro importante data da histórica da luta do povo moçambicano: a da fundação da FRELIMO, resultante da fusão de três movimentos moçambicanos: a Udenamo, a Unami e a Manu.

No decorrer destes quatro anos, o povo moçambicano e o seu partido de vanguarda, a FRELIMO, têm-se empenhado nas tarefas da profunda transformação de uma pátria nova saída de um país durante longo tempo submetido ao colonialismo português.

A manutenção do domínio colonial em Moçambique apenas servia os interesses de

meia-dúzia de grandes capitalistas portugueses e os das forças internacionais do imperialismo. O domínio colonial português em Moçambique era um desastre para o povo português, era a afronta, a humilhação, a opressão e a miséria para o povo moçambicano.

Após a independência, deparou-se ao povo moçambicano um gigantesco trabalho em todos os sectores da vida. O colonialismo português deixava uma pesada herança ao novo território livre de África.

É desse gigantesco trabalho e dessa luta dura contra a herança colonial, neste caso no sector da agricultura, que nos fala, em linguagem viva e sugestiva, o texto que junto publicamos, extraído do boletim «Realidades e Factos», editado pela Embaixada da RPM em Lisboa.

O futuro que se semeia no chão das cooperativas

Não há muito tempo, na província (chamavam-lhe distrito) do Maputo existiam grandes latifúndios. A terra estava na posse de uns quantos. Os moçambicanos só lá entravam com contrato de escravo e os homens ali eram peças de máquina que, uma vez danificadas, se substituíam por outras com a cumplicidade das autoridades.

Eram hectares e hectares de terra a servirem de pasto para o gado que o menino esfarrapado passeava de um lado para outro a matar-lhes uma fome menor que a sua.

O rio a passar por ali, com água farta a anunciar boa cultura de milho, arroz, batata e tudo o mais. Mas as machambas eram pequenas: apenas quanto bastasse para fazer dinheiro para aumentar a conta na «metrópole».

Durante anos, foi um faltar. Depois, as coisas já não correram tão bem. Um fogo intenso que começou lá no Norte e queimou os interesses exploradores. Os maiores latifundiários foram os que ofereceram mais resistência: promoveram o 7 de Setembro ultra-reaccionário, foram os primeiros na sabotagem. Os poucos que ficaram fizeram-no apenas o tempo suficiente para roubar máquinas, equipamento, passar a linha que se chama fronteira e entrar no território do apartheid.

Os camponeses oprímido durante gerações continuou a capinar onde a terra era pedra e areia. Mas o rio prenhe de água e a terra negra e fértil têm um chamamento forte. Um Partido que se chama FRELIMO disse que a cooperativa mata a fome, que a vida custa menos na aldeia comunal. Tudo isto, mais a vontade do homem, agora livre, eliminou as distâncias.

maior quantidade, os produtos começaram a chegar à cidade onde trabalha o operário. E este começou a trocar a bicha do arroz pela hora de trabalho em frente à máquina. É uma nova época que se aproxima.

O Estado, que já não é mais do latifundiário, do «senhor patrão», veio ele também para o campo, produzir. A machamba estatal recuperou as propriedades abandonadas, grandes de mais para serem só alguns a tratá-las. Também o técnico ajudou o grupo de camponeses que antes trabalhavam isoladamente. As machambas estatais venceram as primeiras dificuldades e cresceram. Com elas cresceram as suas irmãs de produção, as cooperativas.

Quem ajuda quem? Quanto maior for a cooperativa, mais produz, mais ajuda o Estado e, assim, mais cresce a machamba estatal. Quanto maior

é a machamba estatal, tanto melhor ela pode auxiliar a cooperativa para que ela se desenvolva mais...

Os problemas técnicos de um trabalho novo

É toda uma situação nova que se encontra agora na terra que já foi propriedade de latifundiários.

No ano passado conheceram-se sucessos. O milho, o arroz, os produtos hortícolas cresceram víçosos, embora ainda não tivessem sido em quantidade suficiente. Por isso, nesta época, arbram-se novos campos, semeou-se mais, muito mais. Mas não choveu...

Hectares — tantos — de terra negra estão lá a mostrar trabalho duro, vontade de vencer. Mas sem água a planta não cresce. O calor mata-a.

No sul de Moçambique, a seca



Não faltam os braços nem a coragem

deste ano vai trazer fome. Calcula-se que 60 por cento da produção esteja perdida. É triste ver aqui 300 hectares de arroz morto à nascente, mais além 500 hectares de milho queimado pelo sol.

Mas esta terra tem rios com bom caudal, na maior parte do ano; tem lagoas com água que basta. O problema é que por muitos anos lhe faltou carinho, «bons tratos». Ali, onde a represa deveria ter armazenado água, não há nada; mais além, o dique caiu porque era fraco. O colonialismo não planificava, cada um fazia o que queria ou até onde chegava o dinheiro que o banco emprestava.

As motobombas não chegam. Estes engenhos, que poderiam levar água até muito longe, são poucos, de fraca potência ou estão avariados. O vale do Maputo, com tantas condições naturais, não sabe o que é regadio. Os poucos hectares de terra que utilizam este sistema não fazem mais do que confirmar a regra.

São estas as principais dificuldades. Foram estes os problemas que invariavelmente os camponeses, os técnicos, apresentaram ao ministro da Agricultura quando este os visitou recentemente.

A realidade deu nome à cooperativa

A cooperativa «Vigilância» recebeu o seu nome de uma forma

original. A machamba onde está situada pertenceu a um latifundiário envolvido no 7 de Setembro. Quando ele fugiu, os camponeses da área foram trabalhar para lá, tratando de que se não perdesse e até se desenvolvesse o que já estava cultivado. Um dia apareceu um irmão do machambeiro reaccionário que queria que os camponeses largassem a terra para ele continuar a explorá-la. Os camponeses foram expor o caso aos organismos competentes, onde lhes foi recomendado que exercessem muita vigilância a fim de impedir as manobras dos inimigos. Os camponeses decidiram que o melhor nome para a sua cooperativa era esse mesmo: «Vigilância».

Na machamba existia um pequeno regadio, mas a área cultivada era pequena. Para ampliá-la havia necessidade de fazer um aqueduto com mais de cem metros de comprimento. A água para o aqueduto tinha que ser puxada do rio por uma motobomba e era preciso, além disso, fazer uma elevação artificial. Uma só máquina poderia fazer todo o trabalho num curto espaço de tempo. Os camponeses falaram com as entidades das estruturas provinciais e o aqueduto foi erguido, permitindo hoje que a água percorra a superfície total da machamba, que é de 150 hectares. Na próxima colheita, a cooperativa não pode deixar de dar larga produção, porque não faltarão nem a água nem os braços do homem.

Comemoração em Lisboa

Promovida pela Associação Portugal-Moçambique realizou-se no passado dia 25, no Teatro de S. Luiz, em Lisboa, uma sessão comemorativa do 4.º aniversário da independência da República Popular de Moçambique, data coincidente com a da fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) há 17 anos. Desde esse já longínquo dia de 1962 muitas coisas mudaram em África e no mundo, mudanças para as quais contribuiu decisivamente a luta do povo moçambicano e de outros povos em luta contra o colonialismo e o imperialismo, pela independência e liberdade.

A mesa que presidiu à sessão era composta por elementos da nova direcção da Associação Portugal-Moçambique e contou com a presença de dois altos funcionários da Embaixada da RP de Moçambique no nosso país, camaradas Francisco Iria e Marcos Sitoe, em representação do embaixador moçambicano em Lisboa, camarada Armando Pangueque, que não pôde estar presente no S. Luiz por se encontrar, na altura, na RP de Moçambique.

A primeira intervenção da noite foi proferida por José Maria Geada, da Direcção da Associação Portugal-Moçambique, que abordou fundamentalmente vários aspectos da sua experiência como cooperante na RPM — onde esteve dois anos — sublinhando a reciprocidade de vantagens da cooperação para os dois países e povos.

Em seguida o camarada Francisco Iria, encarregado das Negociações da RP de Moçambique no nosso país, usou da palavra para transmitir as saudações fraternais do camarada Samora Machel em nome do Partido FRELIMO e do Povo moçambicano para o Povo português, fazendo de seguida uma breve resenha das lutas, dificuldades e êxitos do processo revolucionário moçambicano na via do socialismo, dando particular realce às deliberações do 11.º Congresso da FRELIMO, que aprovou leis que viriam a ser instrumentos necessários à prossecução das tarefas revolucionárias.

Foi ainda exibido um filme totalmente feito em Moçambique, com o título genérico «Estas são as armas» e que fez uma amostragem bem viva da realidade moçambicana na dureza da sua luta contra os agressores racistas e no seu entusiasmo na reconstrução do país e na senda do progresso.

Pioneiros Soviéticos visitam o «Avante!»



Sveta e Larissa, ambas de 13 anos

Uma delegação de Pioneiros Soviéticos — Região de Vladimir — que se encontra no nosso país a convite dos Pioneiros de Portugal, visitou a redacção do «Avante!», tendo sido recebida pelo camarada Dias Lourenço, director do órgão central do PCP e membro da Comissão Política do Comité Central.

A delegação, que é constituída por quatro pioneiros, a Sveta, a Larissa, ambas de 13 anos, o Sacha de 14 anos e o Dima de 13, pela responsável Ludmilla Kuznetsova, redactora da revista «Educação Escolar» e pela tradutora Ludmila Shipka, foi

saudada por Dias Lourenço que salientou, por um lado, os fortes laços de fraternidade entre a organização dos Pioneiros Soviéticos e o «Avante!», patentes na criação e vida do Clube de Amizade Internacional «Avante!», do Bairro Gagarine, e, por outro, as ligações estreitas entre os Pioneiros Soviéticos e a jovem Organização dos Pioneiros de Portugal, que conta actualmente com cerca de 800 membros, o que evidencia a sua implantação a nível nacional. Considerando que a visita da delegação dos Pioneiros da URSS vem reforçar ainda mais a amizade entre as crianças sovié-

ticas e as crianças portuguesas o camarada Dias Lourenço ofereceu algumas lembranças aos jovens soviéticos.

A delegação, que participará no Acampamento Distrital de Setúbal dos Pioneiros de Portugal, manifestou o seu entusiasmo pelas actividades a que assistiu — nomeadamente pela festa do passado domingo, no Parque Eduardo VII, «O Sol é Nosso» — e a sua alegria por se encontrar no nosso país, conhecendo e contactando com as crianças portuguesas e com o Portugal de Abril.

A construção na URSS

- Em 1917, ano da Revolução de Outubro, 80 por cento das habitações na URSS eram de madeira, existindo apenas 180 milhões de metros quadrados de área útil para a construção. Hoje, edificam-se por ano um total de 110 milhões de metros quadrados de apartamentos, sendo diariamente dados como prontos 6500 apartamentos.
- Um apartamento tem em média 45 metros quadrados. O valor dos apartamentos construídos diariamente é da ordem dos 32 500 rublos, mas o Estado gasta sensivelmente outro tanto com o equipamento social tido como indispensável em cada bairro: creches, jardins infantis, parques, recintos desportivos, hospitais e escolas de bairro, etc.
- O Estado tem a seu cargo 85 por cento de toda a construção civil, sendo o restante realizado pelas cooperativas de construção. O preço do aluguer dos apartamentos não ultrapassa os 3 por cento do orçamento familiar de um operário industrial, incluindo renda de casa, telefone, água quente, gás e aquecimento central.
- Os métodos principais que permitem a diminuição do custo da construção civil são os que assentam na existência de projectos-tipo. Para a concretização desses projectos existe uma poderosa indústria de base, nomeadamente mais de 400 fábricas de construção civil que produzem 80 por cento de toda a construção.
- Existem grandes variações nos projectos-tipo de República para República, de zona climática para zona climática. A principal palavra de ordem é a de satisfazer as necessidades de habitação dos soviéticos, produzindo diversificadamente e com qualidade.

Exposição sobre urbanismo na URSS, termina domingo

Encerra no próximo domingo, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em Lisboa, a exposição sobre o urbanismo e a arquitectura na União Soviética, iniciativa da Secção Regional do Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses e Associação Portugal-URSS, com o patrocínio, pela parte soviética, da Associação URSS-Portugal e do Comité de Estado para a Construção Civil, e, pela parte portuguesa, da Câmara Municipal de Lisboa, LNEC, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério das Obras Públicas.

Hoje e amanhã o horário do certame é das 17.30 às

23 horas. Sábado e domingo é das 15 às 23.

«Urbanismo na URSS», «A Construção de habitações», «A industrialização da construção civil», «A construção de edifícios públicos», «A defesa do património arquitectónico» e «A construção de habitações rurais» — são as secções que constituem a exposição, no âmbito da qual já se realizaram quatro importantes colóquios em que participaram especialistas portugueses, além de S. P. Smirnova, directora do certame; B. M. Merjanov, doutor em Arquitectura, membro da direcção da União dos Arquitectos da URSS e chefe de secção do Instituto Central de Investigação Científica da

Construção Civil; e A. A. Agassiants, doutor em Arquitectura.

Os quatro colóquios realizados abordaram os seguintes temas: «Aperfeiçoamento dos sistemas de transportes para o saneamento do meio urbano», «A investigação aplicada no domínio da construção civil», «Tendências e problemas actuais da arquitectura e do urbanismo» e «Evolução da arquitectura e do urbanismo na URSS desde 1917 até aos nossos dias».

No anfitrião 1 do LNEC e na sala de cinema junto à exposição têm sido projectados diversos filmes e «slides» alusivos aos temas tratados pela exposição.



VIAGENS À RDA

Partidas todos os fins-de-semana durante os meses de JULHO, AGOSTO e SETEMBRO

Preço: 1 semana — 17.700\$00 (tudo incluído)

Visitando: Berlim, Sachsenhausen, Potsdam, Leipzig, Meissen, Dresden ou: Berlim, Magdeburg, Erfurt, Buchenwald, Leipzig.

INSCREVA-SE JÁ NA Associação Portugal/RDA

Pq José Fontana, 17, 4.º — Tel. 53 98 21/2 das 15 h. às 19.30 h. — LISBOA

Em colaboração com a Agência abreu



Semana

20
Quarta-feira

1969 — Os racistas rodésianos, em eleições fantoches onde apenas participam brancos (6% da população), «aprovam» a política de «apartheid» no país.



General Prats

No encerramento da assembleia da «União Europeia Ocidental» é decidida a realização de uma conferência em Bruxelas de 15 a 17 de Outubro próximo, destinada a «coordenar as políticas armamentistas dos países europeus, de forma a torná-los menos dependentes dos EUA»; participarão nessa reunião, além de representantes da UEO (Itália, França, RFA, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), oficiais da NATO e representantes dos monopólios da indústria de guerra. ■ A Argentina pede informações aos EUA sobre o atentado à bomba que causou a morte do general Carlos Prats, em Setembro de 1974, em Buenos Aires; Carlos Prats era o ministro da defesa do Governo da Unidade Popular de Salvador Allende e morreu de forma semelhante à de outro membro do governo de Allende, Orlando Letelier, justificando-se este pedido da Argentina por provas acumuladas nos EUA durante o julgamento do assassinato de Letelier pela «DINA» (a polícia secreta de Pinochet), que indiciam esta organização como autora dos dois atentados. ■ O Supremo Tribunal Israelita ordena a suspensão dos trabalhos de construção de novos colonatos nos territórios ocupados na margem ocidental do Jordão, criticando a forma como o governo sionista confiscou as terras dos camponeses árabes. ■ Na Rodésia o vice-presidente e sete deputados do grupo de Muzorewa decidem abandonar o «partido» e fundar uma nova agremiação a que decidiram chamar «Partido Democrático do Zimbábue». ■ Na Nicarágua um soldado da Guarda Nacional, de Somoza, abate friamente um jornalista norte-americano da «American Broadcasting Company» (ABC). ■ O dirigente socialista francês, François Mitterrand, demite-se do seu lugar no Parlamento Europeu, como protesto pela eliminação de um assento socialista nesta Assembleia. ■ O Parlamento turco decide, por 319 votos contra 62, prolongar o estado de sítio, em vigor em 19 províncias do país, por mais dois meses.

21
Quinta-feira

1941 — É derrubado o governo fascista da Estónia.

Na Nicarágua surgem dois elementos novos — a intervenção, pela primeira vez, de aviões sandinistas, que já bombardearam o «bunker» do ditador Somoza, e o «endurecimento» dos EUA para com o regime de Somoza, pronunciando-se, também pela primeira vez, a favor da sua substituição. ■ Os chefes de Estado e de governo dos nove países membros da CEE chegam a acordo, em Estrasburgo, sobre uma política energética comum a defender na próxima cimeira capitalista, a realizar em Tóquio, onde se vai solicitar aos EUA e ao Japão para participarem num «sistema mundial» de controlo do comércio do petróleo. ■ A maioria esmagadora do projecto de ajuda suplementar à Turquia num valor de 450 milhões de dólares. ■ Dezassete dos dezoito africanos julgados em Joanesburgo no âmbito do mais longo processo político da história da África do Sul, são declarados «culpados» pelos tribunais racistas de «tentativa de restaurar o movimento interdito Pan-Africano».

22
Sexta-feira

1940 — A França capitula perante os nazis.



Lula na Inglaterra?

Oliver Seraphine é nomeado primeiro-ministro da Dominica, nas Caraíbas, por 16 dos 30 membros do Parlamento do país. ■ Os chefes de governo dos países membros da CEE aprovam uma limitação de seis anos às importações petrolíferas, fixando um limite de 470 milhões de toneladas por ano até 1985. ■ O ministro do Interior da Síria, Adnan Dabbagh, anuncia que fanáticos muçulmanos, encabeçados por um oficial sírio de artilharia, mataram 32 cadetes do Exército e feriram 54, num massacre no norte da Síria. ■ O novo presidente do Uganda, Godfrey Binaisa, forma um governo de unidade e afirma que o seu antecessor, Yusufu Lule, tinha partido para a Grã-Bretanha. ■ Um milhão e meio de trabalhadores metalúrgicos italianos declaram-se em greve em toda a Itália com o fim de acelerar as negociações para o novo contrato colectivo de trabalho. ■ Os países signatários do Pacto Andino exigem a exclusão definitiva do regime de Somoza, a garantia do respeito pelos direitos humanos de todos os nicaraguenses e a subida ao Poder de um governo transitório representativo dos sectores democráticos do país. ■ Os ministros da CEE decidem aumentar em 1,5% os preços dos produtos agrícolas à excepção do leite, do que há um largo excedente na Comunidade.

23
Sábado

1937 — O México nacionaliza o principal caminho-de-ferro do país, que estava em mãos estrangeiras.

É anunciado que o presidente italiano, Sandro Pertini, iniciará na próxima quarta-feira consultas para a formação de um novo governo. ■ Enquanto toda a Nicarágua vive um clima de insurreição geral, o ditador Somoza afirma aos microfones da emissora oficial que «reina a calma em todo o país». ■ O jornal vietnamita «Nhan Dan» acusa os governos de Londres, Pequim e Washington de estarem empenhados numa campanha contra a República Socialista do Vietname a pretexto da situação dos refugiados vietnamitas.

24
Domingo

1970 — Morre em Moscovo, com 81 anos de idade, o académico soviético Lev Zenkevitch, eminente especialista nos domínios da oceanografia e da biologia.



Valero em Tóquio

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Turquia, general Kenan Evren, afirma que o seu país não permitirá, nas presentes circunstâncias, que aviões de reconhecimento norte-americanos atravessassem o seu espaço aéreo para «vigiar» o cumprimento pela URSS dos acordos SALT, considerando que, sobre a questão, será necessário um acordo mútuo entre os EUA e a União Soviética. ■ A chegada do presidente Carter a Tóquio para participar na «cimeira dos ricos» é marcada por uma série de manifestações de protesto contra a sua visita, o que exigiu ao governo japonês a montagem do maior dispositivo de segurança jamais visto em Tóquio em tempo de paz. ■ As autoridades do Afeganistão desmantelam uma manobra de forças reaccionárias que utilizaram grupos armados para causar distúrbios em Kabul, a capital. ■ O governo sionista aceita a demissão pedida por Ezer Weizman da comissão governamental que tem a seu cargo as negociações com o Egito e os EUA; Weizman é também ministro da Defesa.

25
Segunda-feira

1950 — Começa a agressão imperialista dos EUA à República Popular Democrática da Coreia, iniciando-se a chamada «guerra da Coreia».

O governo brasileiro, na sequência da reunião da OEA, corta relações com a ditadura de Somoza, na Nicarágua. ■ O general norte-americano Alexandre Haig, comandante da NATO na Europa, escapa ileso de um atentado, que fez explodir uma mina terrestre de controlo remoto quase sob o seu carro. ■ Os guerrilheiros sandinistas tomam a cidade de Masaya, apenas a 26 km a sul da capital da Nicarágua. ■ A rádio nacional do Irão anuncia que as companhias de seguros do país foram nacionalizadas.

26
Terça-feira

1945 — É assinado em S. Francisco, nos EUA, o acordo que cria a Organização das Nações Unidas (ONU).

Forças aéreas e terrestres do novo regime rodésiano atacam um campo de refugiados do Zimbábue situados nos arredores da capital zambiana, Lusaca, causando muitas vítimas civis. ■ O ministro brasileiro da Justiça conclui o «projecto de amnistia» prometido pelo regime. ■ Inicia-se em Genebra uma reunião dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para debate sobre os novos preços a adoptar na venda de petróleo.

«Refugiados» indochineses e propaganda imperialista

A grande vitória do povo vietnamita contra o agressor norte-americano ficou como uma dolorosa recordação, um travo amargo para o imperialismo: a prova clara de que, mesmo nas mais difíceis condições, a firme vontade de libertação dos povos sai vitoriosa contra a poderosa e bárbara máquina de guerra norte-americana.

Então Washington preocupou-se com a quebra de prestígio, ou melhor, a quebra do poder de aterorização do seu material bélico. Multiplicou garantias de apoio e de respeito por compromissos assumidos com os seus aliados — os regimes favoráveis aos «interesses dos EUA». E uma curta trégua internacional foi imposta graças ao respeito infundido na opinião pública internacional pela vitória esmagadora de um pequeno povo contra o imperialismo. Mas foi uma trégua mais aparente que real. Mal cessaram os ecos da metralha que durante anos e anos varreu a terra vietnamita quando — num país onde continuava a morrer gente, vítima da guerra, no desminar dos campos e das águas — se iniciaram os ataques fronteirícios empreendidos pela China, quer directamente na fronteira comum, quer através do Camboja.

Apesar de tudo, iniciou-se finalmente o trabalho de reconstrução pacífica: trabalho difícil pelo grande atraso económico imposto pela guerra e pela marca profunda das taras do colonialismo no Sul, que atinge todos os domínios, nomeadamente pela deformação e aviltamento da

mentalidade das pessoas; trabalho dirigido com um objectivo claro: a construção do socialismo em todo o território nacional.

Os êxitos nessa importante acção de reconstrução nacional reflectiram-se de imediato numa nova ofensiva contra o povo vietnamita, agora com as armas da provocação e da calúnia. Não tardou a surgir o velho tema dos «refugiados», que acompanha todas as revoluções.

Hoje esse tema assumiu uma nova envergadura, com a preciosa colaboração dos dirigentes de Pequim que, na luta que dirigem contra o povo vietnamita, contra o seu direito inalienável de dispor do seu próprio destino, persistem em utilizar como arma os residentes chineses no Vietnã, quer para acções de provocação, quer para sabotagem económica, ou simplesmente incutindo-lhes a ideia de que seriam mortos em caso de guerra entre os dois países — a guerra que a China já teve a audácia de levar ao martirizado território vietnamita, através de uma derrota incurável militar.

Quem são os «refugiados»?

Contrariamente ao que se afirma na campanha

desencadeada pelo imperialismo a nível internacional contra o Vietnã, os «refugiados» vietnamitas — na verdade chineses — não são expulsos pelo governo vietnamita. Pelo contrário, a realidade dos «refugiados» preocupa as autoridades vietnamitas, também pelas suas consequências de ordem económica. Não foi por acaso que a campanha junto dos chineses residentes no Vietnã por parte de Pequim se inseriu num plano que visava submeter o Vietnã aos ditames de Pequim através da criação de crescentes dificuldades dentro do país.

Na análise que os dirigentes vietnamitas fazem do problema dos «refugiados», para além das fugas anteriores à libertação por parte da população do Sul, face à propaganda caluniosa que afirmava que quando fosse instaurado o poder popular um terrível banho de sangue atingiria o povo desta zona do país, são apontadas diferentes categorias actuais de «refugiados». Quem são pois, actualmente, os «refugiados»?

1) Os que desejam juntar-se às suas famílias residentes no estrangeiro, particularmente nos EUA;

2) Uma elevada percentagem: os que viviam como parasitas do aparelho neocolonialista, gozavam dos privilégios inerentes e não conseguiram adaptar-se às novas condições de vida, antes tentam preservar num modo de vida incompatível com o socialismo e com a própria dignidade humana;

3) Oficiais, soldados e funcionários do antigo regime fantoche, que não se adaptaram às novas condições sociais;

4) Grande número de chineses sob clara influência de Pequim;

5) Famílias burguesas, em particular ligadas ao grande comércio, hoje nacionalizado, e que recusam a participação no trabalho colectivo de reconstrução nacional. Na sua maioria também chineses.

A conclusão do governo vietnamita, face às diversas categorias de «refugiados», é que o problema em si resulta claramente, não de deficiências da nova sociedade em construção, mas de sequelas do neocolonialismo, de manobras de Pequim e do imperialismo. A política seguida é — aliás dentro da prática profundamente humanista do povo vietnamita — deixar sair quem quer. Que esta fuga só interessa ao imperialismo fica bem evidenciado no facto de — mesmo antes da libertação — já ser fomentada pelas forças reaccionárias.

São os que hoje cinicamente se arvoram em «humanos» promotores do auxílio aos «refugiados», desenvolvem campanhas muito «humanitárias» de vergonhosa mobilização da opinião pública contra o povo vietnamita, que se atrevem a acusar o povo vietnamita de expulsar as etnias chinesas, são esses os verdadeiros e únicos responsáveis pelo problema dos «refugiados».

O povo coreano assinala datas históricas da sua luta contra o imperialismo

A 7 de Setembro de 1945 os EUA ocuparam pela força o sul da Coreia e a partir daí, progressivamente, engendraram uma vasta e ambiciosa operação que lhes permitia não apenas controlar o sul do país — como o fizeram, impondo-lhe um governo fantoche e subversivo —, mas também estender a sua influência a toda a Coreia, o que implicaria esmagar a jovem República Democrática erguida no norte do país. Tais ambições imperialistas conduziram à guerra de agressão de 1950, tristemente célebre sob a designação de «guerra da Coreia» e que se saldou por uma espectacular derrota das forças imperialistas norte-americanas face à determinação do povo norte-coreano.

Foi a 25 de Junho de 1950 que os EUA desencadearam a sua agressão militar ao povo coreano,

sendo derrotados três anos mais tarde, precisamente em 27 de Julho de 1953. Na sequência deste fracasso militar o imperialismo norte-americano tratou de impor no sul do país um regime à medida dos seus interesses, armou-o convenientemente dando-lhe a indispensável cobertura política e militar, passando, a partir daí a girar uma nova estratégia para a zona, fundamentalmente assente num vector: a criação artificial de duas Coreias e a materialização duma ruptura geográfica/social irreversível.

Derrotado na sua política de canhoneira, o imperialismo norte-americano tentou levar ao absurdo a divisão artificial da Coreia, apetrechando o regime fantoche de Pak Jung Hi tanto com os meios necessários para esmagar a sempre crescente oposição do povo do sul do país à dominação imperialista, como com todo um arsenal militar e político para conduzir o país



Operários e técnicos norte-coreanos discutindo o plano de uma serra mecânica de novo modelo.

a feroz confrontação secessionista, o que permitia, a médio/longo prazo, trazer dividendos à sua

política expansionista na Ásia.

Estas intenções do imperialismo norte-americano esbarrram sistematicamente com a determinação do povo coreano em conseguir uma solução pacífica e definitiva para o problema do seu país, para o que tem concorrido, com particular relevo, a política coerente e construtiva da Coreia do Norte desde sempre empenhada na apresentação de propostas viáveis para a solução do problema.

A evolução dos acontecimentos, enquadrada na correlação de forças mundial, nítida e definitivamente favorável à causa da Paz e do Socialismo, forçaram o imperialismo norte-americano a resués táticos, cada vez mais acentuados, também na «questão coreana». Deste modo os EUA viram-se forçados a reconhecer

a necessidade da reunificação da Coreia, não osando enfim, nas tribunas internacionais, contestar esta realidade e vendo-se mesmo impelidos a reconhecê-la. Só que não podiam fazê-lo com sinceridade e, muito menos, desistindo dos seus objectivos hegemónicos — daí que o seu reconhecimento da necessidade da reunificação da Coreia tenha sido acompanhado por uma exigência de «diálogo» entre as «duas partes», o qual só poderá, segundo eles, emergir dum «tratado de não agressão» a assinar antes de mais e como condição «sine qua non».

A manobra é evidente: pretende institucionalizar uma oposição «de facto» entre as duas metades do país e abrir no campo internacional as vias ao reconhecimento de tal absurdo (para o que se procurou — infrutiferamente, de resto — o reconhecimento simultâneo

das «duas Coreias» pela ONU). Entretanto e a desmarcar o cinismo desta «compreensão» dos EUA e o respectivo «empenho» em solucionar o problema da Coreia, está o facto de o governo norte-americano, em nome do «equilíbrio de forças», continuar a conceder créditos militares cada vez mais fabulosos ao regime de Jung Hi e a intensificar a sua presença na zona em nome, é claro, do seu interesse pela «não agressão» no país.

A ocupação norte-americana da Coreia do Sul constitui, de facto, a real fonte de tensões na zona, aviva o perigo de guerra na Coreia e surge como o grande obstáculo à reunificação pacífica do país. A resolução do problema coreano passa, antes de mais, pela retirada total das forças norte-americanas da zona, juntamente com as suas armas nucleares.

Solidariedade do PCP

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido do Trabalho da Coreia o seguinte telegrama: «Queridos Camaradas: por ocasião da Jornada de Luta Anti-Imperialista de 25 de Junho/27 de Julho, o CC do PCP expressa ao CC do PTC, a todos os comunistas e ao Povo coreano, a fraternal solidariedade dos comunistas portugueses e o activo apoio à sua luta contra o imperialismo, pela retirada das tropas americanas do território coreano, pela reunificação da sua pátria. Fraternais saudações comunistas».

Que paz no Médio Oriente?

Numa operação que se está a tornar de rotina, atiradores de Israel bombardearam na terça-feira a cidade de Nabatieh, no sul do Líbano. Dias antes, o bombardeamento deliberado de automóveis numa estrada provocou mais de 25 mortos e feridos. Na primeira quinzena de Junho, forças israelenses num total de 600 homens invadiram o sul do Líbano, ocupando posições nos montes da região de Al Bayada, no limite norte do enclave ocupado pelas milícias fascistas. Mais de dez incursões em dois meses.

Em Nablus, na Cisjordânia, o Exército reprimiu uma manifestação árabe contra a projectada implantação de um novo colonato na vizinhança, política que nada tem a ver com as promessas de autonomia, mas se coaduna perfeitamente com as teses de Begin, que reafirmou a intenção de «continuar a povoar a terra de Israel», considerando como tal os territórios árabes ocupados, na linha da sua teoria de que a «autonomia» abrangerá apenas a população e não o território, tese que figura também no acordo de Camp David.

Entretanto, a Câmara de Representantes dos Estados Unidos aprovou a concessão de uma verba de 4,8 bilhões de dólares em «préstimos e auxílios» para Israel e o Egito. A lei aprovada permite o fornecimento de 800 milhões de dólares a Israel nomeadamente para a construção de novas bases militares, em substituição das que perdeu no Sinai, e de 300 milhões de dólares ao Egito, estabelecendo ainda

créditos militares no montante de 2,2 bilhões de dólares para Israel e 1,5 bilhão de dólares para o Egito, em mais uma valiosa contribuição para a escalada na corrida aos armamentos no Médio Oriente.

Estas as consequências bem palpáveis da propagandeada «paz» de Camp David. Uma «paz» que significa de facto rearmamento, reforço do carácter

e Israel. Como o comprova o moroso arrastar de reuniões sobre o problema palestino — reuniões de antemão votadas ao fracasso, porque realizadas à revelia do povo cujo destino se discutia.

Tão-pouco em Israel as repercussões da «paz» têm um carácter animador. A recente demissão de Weizman, ministro da Defesa e membro da comissão

A «paz» fabricada em Camp David por Carter, Sadat e Beguin não veio resolver nenhum dos problemas do Médio Oriente.

agressivo de Israel, acentuação da repressão. E sobretudo a criação de uma nova aliança militar no Médio Oriente que, nas palavras do camarada Tawfiq Toubi, subsecretário-geral do Partido Comunista de Israel, tem por objectivo «recuperar as posições que o imperialismo norte-americano perdeu em consequência dos golpes assestados pelas forças libertadoras do Afeganistão, Irão, Etiópia e lémen do Sul, impedir a expansão do movimento nacional-libertador árabe, garantir a protecção dos interesses dos monopólios petrolíferos e impor a vontade do imperialismo norte-americano a toda a região do Próximo Oriente».

Uma «paz» que nem sequer tornou fáceis os contactos entre um Egito bem predisposto a cedências, mas simultaneamente atento aos seus próprios problemas internos,

governamental que tem a seu cargo as negociações com o Egito e os EUA, atesta das dificuldades existentes, muito embora Weizman não tenha uma filosofia diferente de Begin. As divergências resumem-se à tática a seguir. Também a determinação do Supremo Tribunal Israelense de ordenar a suspensão dos trabalhos de construção de novos colonatos nos territórios ocupados da margem ocidental do Jordão reflecte os problemas reais que a política sionista gera mesmo em Israel.

Problemas muito reais e que abarcam um amplo leque de questões.

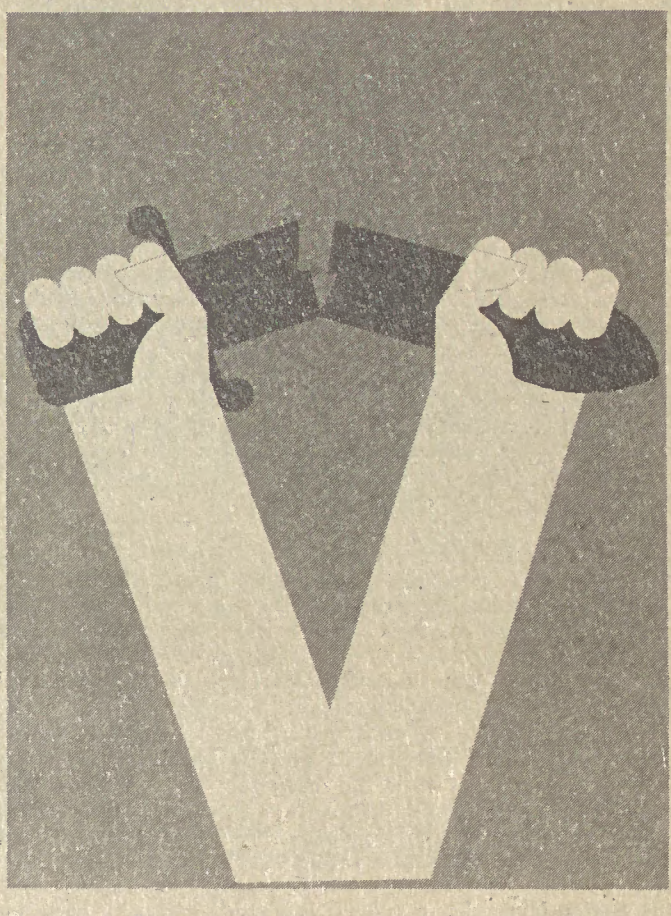
As consequências da «paz» em Israel

Quando da sua estadia em Portugal, para participar nos trabalhos do VIII Congresso do

PCP, tivemos ocasião de trocar impressões com a representante do Partido Comunista de Israel, que salientou exactamente o peso desses problemas.

«As consequências para Israel do acordo de Camp David são tanto de ordem política como económica» — afirmou a camarada Tamara Gozansky, membro do CC do Partido Comunista de Israel. «Para já, uma das premissas do acordo é o peso crescente das despesas militares, que deverão representar 1/3 do Orçamento Geral do Estado. Só para a construção de novas bases militares o Estado de Israel, muito embora com o auxílio de Washington, terá que dispendir 3 bilhões de dólares. Isto significa que o governo de Israel conduz de facto a economia do país para uma inflação catastrófica. Que aliás já se tem vindo a acentuar muito. Antes de Begin a inflação rondava os 25%, em 1978 atingiu os 50%, e as estimativas para 79 vão de 80 a 100%. Este agravamento de problemas não poderá deixar de esclarecer os muitos que, também em Israel, hoje se batem pela paz, embora de forma inconsequente quando não têm em conta, nomeadamente, a questão central dos palestinos».

A «paz» engendrada em Camp David não veio resolver nenhum dos problemas do Médio Oriente. Mas as consequências do seu fracasso, a consciência do seu real significado, unirá cada vez mais amplas massas dos povos da zona, na luta pela verdadeira paz. Isso nenhuma manobra do eixo Telavive-Cairo-Washington poderá impedir.



SALT 2: PASSO HISTÓRICO PARA A PAZ

Em todo o mundo os órgãos de informação falaram, e falam, da assinatura do SALT II. Nem sempre para realçar a sua importância como marco na batalha pela paz. Por vezes mesmo para adular, denegrir, ou mais prosaicamente achincalhar. Mas também nessas reacções se reflecte a sua insubestimável importância. Nos países socialistas e outros países progressistas, o SALT II representa o culminar — neste momento — de uma grande, poderosa, sistemática acção de povos inteiros. Em muitos países capitalistas é também fruto de significativos movimentos de massas pela paz, que em alguns casos representam mesmo forma privilegiada de mobilização unitária dos trabalhadores na luta antimonopolista e anti-imperialista. Em todos os casos, e desde já — apesar das ameaças que pesam na ratificação do tratado pelo Senado norte-americano, apesar das campanhas contra a paz, dos perigos que persistem, do reforço de armamento da NATO, do alimentar de pontos de tensão — **estamos a viver uma das mais significativas vitórias das forças de paz e das forças progressistas desde o fim da 2.ª grande guerra.**

Porquê?

● O SALT II (SALT: iniciais em inglês de Tratado sobre a Limitação das Armas Estratégicas) é o primeiro acto

significativo de um entendimento sobre limitação quantitativa e qualitativa dos armamentos. Corresponde a uma fase da grande tarefa geral do nosso tempo, o desarmamento. Estabelece um equilíbrio estratégico e consequentemente de estabilidade militar. Abre esperanças renovadas da futura concretização do desarmamento, repercutindo-se benéficamente na situação internacional.

● No decurso dos anos mais próximos o acordo levantará uma **barreira significativa e efectiva** à acumulação progressiva das armas mais destruidoras e dispendiosas.

● O próprio processo de conversações aumenta, com cada nova medida de limitação de armamentos, a sua **eficácia**.

● O acordo permitirá o **reanimar de outras conversações em curso**, em particular as conversações sobre a proibição completa das experiências nucleares, sobre a limitação do comércio de armas convencionais, bem como as conversações sobre a redução das tropas e dos armamentos na Europa Central, que decorrem em Viena.

● No caso concreto das conversações de Viena,

o arrastar dos trabalhos poderá ser superado também através da declaração comum que acompanha o SALT II sobre os princípios respeitantes às futuras conversações entre a União Soviética e os EUA, que estipula a procura de medidas de limitação das armas nucleares em todos os sectores de confrontação.

● O SALT II representa ainda a **abertura do caminho** para uma nova etapa de conversações com vista à assinatura do **SALT III**, que deverá deter o processo de criação de novos tipos de armas e estipular não apenas restrições em relação à disseminação de armamentos, como a sua **redução** por ambas as partes.

● O SALT II e as consequentes conversações conducentes ao **SALT III impedirão objectivamente a proliferação das armas nucleares**, não só na URSS e nos EUA como noutros Estados. Quem irá gastar somas imensas para criar ou desenvolver forças nucleares destinadas a serem destruídas?

● O SALT III marcará o princípio da redução dos armamentos, **rumo ao desarmamento**, factor vital para o desanuviamento internacional, condição da própria sobrevivência da humanidade e do nosso planeta.

Quem está interessado no caminho da paz?

O tratado SALT-2 fixa, para a União Soviética e para os Estados Unidos, o mesmo limite de vectores estratégicos de armas nucleares, estabelece limites máximos iguais para os mísseis balísticos com ogivas de cabeça múltipla e limita de forma rigorosamente idêntica a cada parte a criação de novos tipos de mísseis balísticos intercontinentais. Do articulado deste tratado ressalta assim, para além do benefício real que constitui, não apenas para os povos soviético e norte-americano mas para todos os povos do mundo, o princípio básico da paridade, que assegura uma garantia estável à segurança nacional de ambos os países.

Entretanto, para se chegar a este acordo — favorável a todos e que respeita os legítimos interesses de todos os países — um difícil caminho foi percorrido: 7 anos de conversações que se arrastam desde a assinatura do SALT-1, mais de 6 meses para a elaboração deste segundo acordo sobre a limitação dos armamentos estratégicos ofensivos. Dificuldades bem claras nos 20 meses

decorridos desde que expirou o acordo provisório assinado em 1972.

Porquê? Quem não está interessado em que se avance no caminho da paz?

Relembrar números esquecidos

Importa relembrar números por vezes esquecidos, esclarecedores sobre os interesses em confronto. A 2.ª guerra mundial traduziu-se num saldo terrível para a humanidade: 55 milhões de mortos, ou seja 6% da população dos países participantes, 28 milhões de mutilados, 90 milhões de feridos. Mas nem todos perderam com a guerra. Para os monopólios alemães a guerra rendeu um lucro de 60 a 70 bilhões de marcos; para os monopólios norte-americanos, esse lucro foi de 123 bilhões de dólares aproximadamente.

Não são diferentes os interesses actualmente em jogo. Quem levanta maiores dificuldades no caminho para a paz são exactamente, dentro

dos principais países capitalistas, as forças mais reacçãoárias, estreitamente ligadas ao complexo industrial-militar. Forças que se unem através de organizações profundamente reacçãoárias, como é o caso, nos Estados Unidos, da "Coligação para a Paz através da Força", o "Comité contra o Perigo Presente" e a "União Conservadora Americana". Segundo dados do "The Christian Science Monitor", tais organizações estão dispostas a gastar mais de 4 milhões de dólares para fomentar uma campanha destinada a "mobilizar a resistência da opinião pública contra este pacto" (o SALT-2). E são bem conhecidas e generalizadas as formas de que se reveste este tipo de campanhas sistemáticas.

Duas políticas

Esta diferença fundamental de interesses e portanto de opção, face ao problema vital da paz, reflecte-se de forma muito clara na acção política dos dois países que há dias assinaram o SALT-2,

quantificada em factos indiscutíveis.

Assim, ao longo deste século, os EUA utilizaram ou ameaçaram utilizar a força militar 215 vezes. Em 33 vezes ameaçaram recorrer às armas nucleares. Contam hoje com mais de duas mil bases militares instaladas em 40 países. No seu conjunto essas bases albergam cerca de 1/4 das forças armadas dos EUA.

Facto igualmente significativo: os gastos militares da NATO aumentaram de 18 400 milhões de dólares, em 1949, para 180 000 milhões de dólares em 1978. Nos EUA esses gastos aumentaram de 81 400 milhões em 1969, para 117 000 milhões de dólares em 1978.

Por seu lado, a União Soviética tem vindo a reduzir sucessivamente os gastos militares: fê-lo no final dos anos 50, em 1963 e actualmente, tendo passado de 17 900 milhões de rublos em 1970 para 17 200 em 1978. Política que é acompanhada, a nível internacional, de sucessivas propostas visando o desanuviamento, como é o caso, para a Europa, da proposta de redução de

effectivos militares e de material de guerra nesta zona, o alargamento das informações preliminares sobre as manobras e transferências de tropas, a conclusão de um pacto de não agressão entre os signatários dos acordos de Helsínquia.

Salvo as excepções que o realismo político impõe, e que se traduzem nomeadamente na posição do presidente Carter, que hoje defende os acordos SALT-2 perante um Senado muito reticente, as reacções à cimeira de Viena estão claramente divididas. É unânime a satisfação e o reconhecimento da sua importância no mundo socialista. São generalizadas as reservas e a preocupação de minimizar os seus resultados nos países capitalistas.

Assim, tanto ao longo do trabalhoso caminho para o SALT-2, como nas reacções à sua conclusão e na acção política quotidiana, se revela claramente onde estão os obstáculos à concretização do grande objectivo da humanidade — a paz e o desarmamento universais.



As armas nucleares não se limitam a matar. Os que sobrevivem ficam marcados para toda a vida...

As reacções de certa imprensa ou o gato escondido com o rabo de fora

Os comentários — ou melhor dizendo: a campanha — dos órgãos de informação burgueses face à assinatura do SALT-2, aliás com uma envergadura claramente internacional, não deixam dúvidas sobre as suas intenções e o seu carácter. Traduzem o descontentamento dos sectores cujos interesses defendem e simultaneamente a preocupação de enganar a opinião pública, apresentando como um facto sem interesse nem consequências, este importante marco na luta pela paz, e assim a própria luta pela paz como inconsequente, sem possibilidade de atingir resultados concretos. O objectivo está à vista. Enada tem a ver com a análise muito

«objectiva» de que tais órgãos frequentemente se gabam.

Assim, em Viena, onde decorriam os contactos entre Brejnev e Carter, o jornal austríaco «Die Presse», publicou um editorial em que qualifica de inúteis tais contactos, assim como os acordos existentes e futuros, e em que a política de desanuviamento é apodada de «continuação da guerra fria por outros meios». Argumentação que não é novidade para nós pois pudemos vê-la também inserida, por exemplo, nas páginas do nacionalizado «Diário de Notícias». A conhecida revista da RFA, «Der Spiegel», afirma que o SALT-2 é uma «grande mentira», um passo para «uma nova espiral da corrida aos

armamentos», enquanto o «Frankfurt Allgemeine» retoma essa argumentação para afirmar que o SALT-2 não contribui em nada para evitar a guerra nuclear.

Em Portugal não se ficou atrás nesta campanha internacional objectivamente dirigida contra a paz. Desde os órgãos de direita aos que se arvoram em objectivos analistas dos problemas políticos, passando pelos «neutros» estatizados, até à TV — foi clara a preocupação generalizada de retirar ao SALT-2 o valor que tem, retirar à luta da paz a sua poderosa dimensão e, naturalmente, aproveitar a oportunidade para caluniar a União Soviética, ainda que através dos estratagemas mais risíveis. Em

síntese: desviar atenções dos reais objectivos do SALT-2.

Foi obtida a limitação na produção de algumas das armas mais mortíferas e mesmo uma pequena redução nos stocks, ataques actualizados, com garantias de concretização do que foi acordado. Abriam-se perspectivas de novos passos na redução de armamentos. Que comentam os órgãos de informação burgueses? Que isto representa um novo passo na escalada armamentista! Ou, quando muito, manobra de prestígio interno dos dirigentes de ambos os países, igualmente, claro está as formas de promoção e de escolha de dirigentes na URSS e nos EUA. Acrescenta-se-lhe depois confusas «análises» da luta pela paz, em que os factos são

vergonhosamente deformados e se apresenta mesmo a NATO como um pacto defensivo face ao Pacto de Varsóvia, quando este foi criado depois da NATO e não antes, e a ameaça muito concreta e então nem sequer escamoteada, que este constituía para os países do socialismo.

Isto quando se fala de algo que se possa de alguma forma reportar à questão em causa, que é a assinatura dos acordos SALT-2. Porque na verdade os órgãos de informação burgueses esforçam-se denodadamente por fazer esquecer a questão central com curiosas questões que nem acessórias se podem considerar. E al tempo, enchendo colunas e colunas, os repisados problemas de saúde de Leonid Brejnev (que

parecem preocupar primordialmente sectores que vão do «Expresso» ao «Dia» e ao «Diário de Notícias», por exemplo, aliás à imitação dos seus similares noutros países, sob a batuta de certas agências informativas internacionais).

Divagações em torno de expressões utilizadas ou não pelo dirigente soviético e, uma vez mais, as sempre presentes referências aos «direitos humanos», que seriam violados na URSS, na versão dos que se batem contra a União Soviética, mesmo e significativamente quando o que está em causa é a paz, e a pátria do socialismo surge como a sua mais segura defensora e os seus detractores como promotores de facto de um agravamento da

tensão internacional e do «equilíbrio do terror».

Curioso comentário foi o surgido há dias na RTP-1, em que a propósito do muito real e grave questão da energia e do racionamento de combustível nos EUA, se referem cartas recebidas na Casa Branca, que aconselhariam Carter a dedicar-se mais a questões internas que a problemas tal prementes como o SALT-2. Qual o objectivo de tal comentário? O de denunciar a ignorância em que o povo norte-americano é mantido em relação ao problema da paz, enquanto simultaneamente submerso pelo velho fantasma sempre agitado do «perigo soviético»? Não. Com o intuito de atacar Carter numa sua

posição de realismo político, que corresponde a um dos mais elementares direitos humanos: o direito à vida.

Estas inequívocas posições de certos órgãos de informação reflectem bem, no fundo, a vitória que constitui desde já o SALT-2. Por detrás da cortina de divagações pseudo-objectivas perfila-se uma intenção: o voto da reacção vai para uma não ratificação do tratado de Viena pelo Senado dos EUA. Que a esperança nisso é, apesar de tudo, débil, demonstra-o a esta preocupação desmedida em denegrir o que se passou em Viena. Uma esperança que a luta dos povos pela paz, neste caso particularmente do povo americano, saberá fazer gorar.

Aspectos principais dos acordos

Os acordos SALT-2 são constituídos, no fundamental, por um tratado que estará em vigor, após a sua ratificação, até 1985, e um protocolo em vigor até 1981. O próprio tratado prevê a rápida abertura de novas negociações com vista à posterior elaboração e assinatura dos acordos SALT-3.

O eixo fundamental do tratado são as limitações quantitativas e qualitativas de armamento nuclear.

No que respeita a limitações quantitativas, são de salientar: o número total de lançadores de ogivas nucleares não deverá ultrapassar os 2250, sendo que cada parte terá direito, dentro deste limite, a um máximo de 1320 para o conjunto de lançadores de

ogivas múltiplas; o número de mísseis intercontinentais de ogivas múltiplas não deverá ultrapassar os 820.

As limitações qualitativas estabelecem, nomeadamente: nenhuma das partes poderá aumentar, a partir de agora, o número dos seus mísseis pesados; o número de cargas nucleares transportadas por cada míssil fica congelado, ou seja, não se poderá ir para além das actuais possibilidades; nenhuma das partes fica autorizada a experimentar e a criar mais do que um novo tipo de míssil intercontinental.

No preâmbulo do tratado assinado em Viena, destaca-se a vontade da URSS e dos EUA de «tomar medidas conducentes a novas

limitações e à redução de armamentos estratégicos, e a fim de o em vista do desarmamento geral e completo».

Tal vontade manifesta-se assim, e desde já, nas limitações quantitativas e qualitativas estatuidas no tratado, que se reflectirão nomeadamente na redução, até 1981, dos veículos nucleares em 150 unidades (de 2400 para 2250), e em importantes determinações, inseridas no articulado do tratado SALT-2.

O Artigo I obriga as partes a «limitar o seu armamento estratégico ofensivo, quantitativa e qualitativamente, e a dar provas de moderação no desenvolvimento de novos tipos de armamento estratégico ofensivo».

O Artigo XI impõe, para os armamentos que ultrapassem os limites impostos, que sejam «desmantelados ou destruídos», de acordo com os métodos a estabelecer pela Comissão de consulta permanente», organismo encarregado de superintender na aplicação dos acordos.

O Artigo XII determina: «A fim de assegurar a viabilidade e o carácter efectivo do tratado, cada parte compromete-se a não tornar as cláusulas do tratado, através de outro Estado ou conjunto de Estados ou de qualquer outra forma».

O Artigo XIII obriga ambas as partes a não assumir obrigações internacionais contrárias ao tratado.

No seu conjunto, os 19 artigos constituem uma base

importante — à base possível neste momento — de uma primeira fase de limitação e relativa redução de armamentos nucleares, passo significativo para uma fase de redução efectiva do armamento.

O protocolo inclui quatro artigos em que é estabelecida a proibição da criação e ensaios de mísseis intercontinentais móveis, as experiências em voo e a demonstração de mísseis balísticos aerotransportados com alcance superior a 600 quilómetros, assim como a demonstração de mísseis de cruzeiro com alcance superior a 600 quilómetros susceptíveis de serem lançados do solo ou a partir dos navios ou submarinos.



O Povo soviético, tal como os povos de todo o mundo, ama a paz. Cada passo no caminho da paz é, pois, uma vitória de toda a humanidade

E se o Senado norte-americano não ratificasse os acordos?

Assinado em Viena, o SALT-2 tem os seus opositores declarados, que jogam ainda numa não ratificação do tratado pelo Senado norte-americano, para além de outros mais encobertos que, congratulando-se publicamente com esta vitória das forças da paz, desenvolvem entretanto a sua acção simultaneamente no domínio do reforço dos armamentos e no da campanha internacional destinada

a desacreditar a própria luta pela paz.

Por isso é preciso que se saiba o que significaria o fracasso deste importante passo para o desanuviamento. Sem dramatizar, mas também sem escamotear a gravidade da questão, pode afirmar-se que então, os níveis já atingidos no desanuviamento dariam um significativo passo atrás. As conversações

SALT ficariam congeladas por um prazo indeterminado e o desanuviamento e o desarmamento reduzir-se-iam, nesse período, a uma noção histórica. O peso do complexo militar industrial tomar-se-ia muito mais sensível, o que se iria traduzir num perigoso crescimento da tensão mundial e numa nova corrida aos armamentos. Mais pesados orçamentos militares limitariam ainda as já difíceis

condições de vida dos povos do mundo capitalista. A ameaça de guerra passaria perigosamente a fazer parte do quotidiano.

Também os que hoje apostam na guerra sabem destas consequências, que são denunciadas, não só pelos países socialistas e pelas forças progressistas, mas mesmo por dirigentes do mundo capitalista. Ainda há pouco

tempo o ministro da Defesa dos EUA, H. Brown, declarou que a ausência de acordo bilateral significaria um aumento vertiginoso das despesas militares e a criação de novos sistemas de armas, o que de forma alguma contribuiria para uma maior segurança.

Mas este conhecimento de causa parece não obstar, não só a que haja quem porfie no ataque ao SALT-2, como

quem, afirmando embora o seu gozo pela assinatura do tratado, avance com uma prática que contradiz o espírito que o enforma. E assim temos o novo comandante supremo das Forças da NATO na Europa (talvez o primeiro continente que seria sacrificado numa guerra nuclear) a anunciar a preparação de uma força norte-americana de intervenção, ou a direcção da NATO em Bruxelas a planejar a colocação

na Europa capitalista de foguetes nucleares de raio médio de acção apontados contra a União Soviética e outros Estados socialistas. Não parecendo verem nenhuma oposição (esta, aliás, um argumento abundantemente utilizado pelos detractores dos acordos SALT-2) entre o desanuviamento militar e a transformação da Europa Ocidental num ainda mais perigoso arsenal nuclear e de foguetes.

As tentativas de impor hoje uma edição renovada, e ainda mais perigosa, da «guerra fria», não têm grandes hipóteses de se concretizar e, a concretizarem-se, estariam condenadas à partida. A experiência histórica ensina que apenas por períodos limitados se podem perturbar processos históricos irreversíveis. Mas é difícil abarcar os danos que causaria.